



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 91

PORTO VELHO-RO, SEGUNDA-FEIRA, 5 DE JUNHO DE 2017

ANO VI



SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
ADVOCACIA GERAL	1641
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	1642

TAQUIGRAFIA

16ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE A REFORMA POLÍTICA E A LISTA FECHADA

Em 19 de Maio de 2017

Presidência do Sr.
LÉO MORAES - Deputado

(Às 15 horas e 22 minutos é aberta a Sessão)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) - Senhoras e Senhores, bom dia. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, após aprovação em Plenário de Requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Léo Moraes, realiza Audiência Pública objetivando debater A Reforma Política e a possível lista fechada no País.

Convidamos para compor a Mesa o Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Léo Moraes, proponente desta Audiência Pública. Excelentíssimo Senhor Doutor Desembargador Walter Waltenberg, Tribunal de Justiça de Rondônia; Dra. Érica Gerhardt, Presidente do Instituto de Direito Eleitoral do Estado de Rondônia – IDERO; Senhor Augusto Pellúcio, Presidente da Associação Comercial e Empresarial de Porto Velho; Professor de Ciência Política da UNIR, João Paulo Viana.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Invocando a proteção de Deus, iniciamos esta Audiência Pública que tem o interesse de discutir a reforma política, suas consequências e o reflexo para a sociedade rondoniense.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Convidamos a todos para ouvirmos o Hino Céus de Rondônia. (Letra de Joaquim Araújo Lima e música de José de Mello e Silva)

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Muito obrigado. Antes das palavras iniciais de Sua Excelência, Senhor Deputado Léo Moraes, proponente desta Audiência Pública, vamos registrar a presença da Excelentíssima Senhora Vereadora Cristiane Lopes, da Câmara Municipal de Porto Velho, Excelência, que ela declinou de compor a Mesa tendo em vista, dentro de instantes, ter compromissos já agendados. Muito obrigado. Senhor Pimenta de Rondônia, Presidente Regional do PSOL; Professor Pantera, Presidente Estadual do PCdoB; Sra. Sandra Costa, representante da União Brasileira de Mulheres; Senhora Márcia Regina de Oliveira, Professora da Escola 21 de Abril; Professor Mário Rodrigues de Carvalho, Professor da Escola Estadual 21 de Abril; Senhora Professora Carla Suzete, Diretora da Escola Estadual 21 de Abril; senhoras e senhores acadêmicos em Ciências Sociais da UNIR; senhoras e senhores acadêmicos em Biblioteconomia da Universidade de Rondônia; senhoras e senhores acadêmicos em Ciências Políticas da UNIR; Senhor Carlos Maestro, Secretário Geral do PTC em Rondônia; alunos da Escola 21 de abril, senhoras e senhores acadêmicos de Direito da UNIR. Também registrar a presença do Professor Gills Vilar Lopes de Ciência e Política da UNIR; e também do Dr. Demétrio Justus do Instituto Eleitoral de Rondônia e de uma forma geral das senhoras, os senhores, sejam bem-vindos. Toda a metodologia deste Seminário, desta Audiência Pública será de Sua Excelência o Senhor Deputado Léo Moraes.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Bem, boa tarde a todos. Gostaria de agradecer a Deus pela oportunidade, saudar todas as pessoas que se fazem presentes; cumprimentar aqui a nossa Mesa, Dra. Érica Gerhardt, que está aqui ao nosso lado. Dr. Walter Waltenberg, seja muito bem-vindo à Casa de Leis, é um prazer muito grande deleitar com sua presença. Realmente a gente fica muito feliz e honrado, haja vista que nós queremos, e a proposta é exatamente essa, fazer um

MESA DIRETORA

Presidente: MAURÃO DE CARVALHO
1º Vice-Presidente: EDSON MARTINS
2º Vice-Presidente: EZEQUIEL JUNIOR

1º Secretário: EURÍPEDES LEBRÃO
2º Secretário: ALEX REDANO
3º Secretário: DR. NEIDSON
4ª Secretaria: ROSÂNGELA DONADON

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - Carlos Alberto Martins Manvailer
Departamento legislativo - Huziel Trajano Diniz
Divisão de Publicações e Anais - Róbison Luz da Silva

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 - Porto Velho-RO

debate aprofundado onde todos os atores estejam envolvidos, as Instituições, a população sem sombra de dúvidas, de entender o que o Poder Central está prestes a decidir, de que modo vai fazer e o que isso interfere na vida cotidiana, na vida corriqueira da população do Estado de Rondônia.

Muitas vezes ficamos à mercê, distante da decisão, do processo decisório e os reflexos dessas decisões mudam drasticamente a vida de pessoas. Lógico, que nós não temos o condão de mudar a decisão que venha acontecer daqui algum tempo, mas nós queremos encaminhar quais que são as opiniões aqui do Estado de Rondônia. O Estado de Rondônia que, João Paulo, é um Estado progressista nós sabemos disso, é pioneiro, rico, de terra fértil, de pessoas honradas e trabalhadoras e que precisa discutir isso com clarividência. Nós estamos num momento, e entendemos isso, conturbado, onde existe um caos Institucional deflagrado, que acarreta consequências para economia do País. Nós não fazemos juízo de valores, quem está certo ou errado, não existe time do bem nem do mal, nós entendemos claramente isso. Enquanto não estudarmos de verdade as causas que trazem essas consequências nós vamos continuar enxugando gelo no nosso País. Eu acredito que política ainda é a principal ferramenta de transformação da sociedade. Ainda não inventaram, num Regime Democrático de Direito outra condição de mudar a vida de pessoas como através da política representativa. E, por conta disso, a gente tem que ter coragem de entender que a política tem que mudar e ela muda paulatinamente. Muda, fruto da participação popular que pode aproveitar, neste momento, acesso a riqueza de informações, volume de notícias que circulam de hora em hora e fazer bom proveito delas.

Eu já ouvi falar que muitas vezes, quando têm matérias que circulam, a pessoa que lê é mal informada e a pessoa que não lê é desinformada. Ora, será que é isso mesmo que acontece? É difícil, existe um termo, que muito se falou o ano passado, que é o *after trust*, Doutor, que é o pós-verdade, é a tua crença pessoal em detrimento da realidade dos fatos. Parece-nos que com essa robustez de informações e com tanta mídia, marketing, publicidade, as pessoas se travestem de um bom personagem e vendem ilusões e logicamente projetos que não serão entregues à população. E nós temos a responsabilidade, enquanto Poder, sempre que puder, é lógico, aproximar cada vez mais o cidadão, trazer cidadania, participação popular. E que a gente possa depurar porque eu tenho, de forma muito clara, uma opinião de que não existe eleitor ruim com político bom e não existe eleitor bom com político ruim. Essa máxima não existe, nós que aqui estamos do lado de cá, que somos tão comuns quanto todos vocês, cheios de jeitos, defeitos e trejeitos, nós somos um reflexo imediato da sociedade, somos um espelho eleitos por todos vocês. Então é lógico que a gente tem que estudar melhor e se puder aperfeiçoar o modelo de eleição é muito bom; eleição, de processo eleitoral, de reforma política que isso em si não traz cidadania, mas traz uma boa evolução para o processo decisório.

Gostaria de registrar a presença, já fazendo parte da Mesa do Augusto Pellúcio, Presidente da Associação Comercial de Porto Velho, empresário que vai discutir, na sua Mesa, exatamente isso, é a Reforma Política na Visão do Empresariado; o Dr. Walter Waltenberg que também já falamos; Cristiane Lopes, nossa amiga Vereadora, eleita com expressiva votação, que tem grande penetração nos bairros de Porto Velho, é extremamente querida, benquista e certamente fará um bom mandato, um excelente mandato na Câmara Municipal, moça virtuosa, se me permita chamá-la de moça. Cumprimentar o Pimenta de Rondônia, nosso colega ativista social, militante,

com grande formação política e por isso eu o estimo tanto, seja muito bem-vindo. O senhor sempre se faz presente aqui quando é intimado, convidado. Pantera, camarada Pantera, dirigente partidário de muito, muito tempo, que não se abate, está sempre aí no *front* de batalha, opinando, expressando e deixando a sua marca indelével para o setor e para o movimento o qual o caracteriza. Carlos Maestro, Diretor Partidário, dirigente do PTC, seja muito bem-vindo, há muito tempo aqui em Porto Velho. Também Demetrio, que é do IDERO - Instituto de Direito Eleitoral de Rondônia; Dr. Adolfo, também é um prazer muito grande tê-lo conosco, satisfação. Bem, a todos que aqui estão, sintam-se em casa, afinal acreditamos que realmente esta é a casa do povo. As demais pessoas, principalmente os nossos jovens, eu vejo bastante adolescentes, jovens mesmo, é bom participarem, é bom vocês que vocês opinem, aqui é uma Audiência Pública também tem esse caráter. Ao final de cada Mesa, Dr. João Paulo, nós vamos abrir a oportunidade de manifestações e que a gente registre nos anais aqui desta Casa. Eu queria fazer um agradecimento especial ao Professor Mestre Doutorando João Paulo Viana, a quem eu realmente rendo todas as homenagens e o agradecimento pelo desprendimento, pela humildade e pela boa vontade de promover um evento dessa magnitude, com esse interesse público. Sabemos que é difícil de trazer pessoas aqui à Assembleia, talvez seja uma grande missão desta legislatura aproximar o povo, e a gente tem trabalhado nesse sentido. Nós temos, ainda que contra a maré, discutido TV Assembleia, Rádio Assembleia, traz economicidade e demonstra quem realmente trabalha, como trabalha e se o discurso realmente se aplica na prática, na vida desse parlamentar, isso é importantíssimo. A gente, às vezes, se penitencia também, porque fazemos eventos que são relevantes, de utilidade pública e muitas vezes a população não comparece. Isso é fruto dessa desconexão, que existe atualmente, da população que eu sei e sinto que estão extremamente insatisfeitos e indignados com os políticos, com a política e com o sistema representativo. Então não tem outra coisa a não falar em reforma política com profundidade, mudança do sistema político brasileiro. Lógico, educação sempre vai ser a causa que anda em paralelo com a base da família que está acima de qualquer coisa. Eu vejo aqui muitos colegas e até fui alertado aqui pelo Professor João Paulo, que nunca vieram ao Parlamento. Eu gostaria de nesse intróito, nessa breve introdução, pedir para que os colegas que nunca vieram aqui ao Parlamento, à Assembleia Legislativa, levistem o braço, por favor, quem nunca veio. Exatamente, isso mesmo; imaginei. Parabéns a todos vocês, sejam muito bem-vindos, mais da metade, mais da metade nunca tinha pisado aqui na Assembleia Legislativa. Agora vocês já sabem o caminho, eu sei que o pé de vocês tem GPS, que hoje tem modernidade, então, vocês venham sempre aqui conosco. Na semana passada, tivemos temas super-relevantes, essa semana também na Assembleia, teve um Projeto de Inclusão que agora nós teremos um profissional de Libras para orientar os surdos da nossa cidade, do nosso Estado de Rondônia. Só em Porto Velho são mais de dez mil surdos que não tinham condições de exercer na plenitude a cidadania, de se manifestar. E agora nós estamos avançando, é um Projeto de Resolução de nossa autoria, a Assembleia Legislativa, os demais pares encamparam e aprovaram esse Projeto, eu agradeço. E também deixo aqui, de coração, a menção ao Deputado Maurão de Carvalho que nos justificou a sua ausência por conta de agenda previamente marcada para o interior de Rondônia, e também já está preparando, juntamente com o Poder Executivo, a Rondônia Rural Show, que é a Feira de

Negócios, de Agronegócio de Agricultura, Agricultura Familiar, de Pecuária que acontecerá agora dia 24, em Ji-Paraná, dias 24, 25, 26 e 27. É a Feira que mais movimentará recursos e investimentos em toda a região Norte.

Sem mais delongas, porque nós queremos ouvir os nossos conferencistas, palestrantes, autoridades. Nós gostaríamos de passar a palavra ao Mestre de Cerimônias e mais uma vez muito obrigado. Eu sei que terá uma rotatividade, outras pessoas virão aqui para o plenário, mas muito obrigado por estarem conosco. E eu gostaria muito e eu acredito que assim vai ser, vocês sairão mais bem informados, mais bem norteados pelo qual é o caminho e como deve seguir a política brasileira, o sistema representativo, se é federalismo, se é voto majoritário, se é distritão, se é distrital misto, se é distrital, a gente vai entender qual seria o melhor cenário, cada um vai tirar as suas próprias conclusões. Por favor, Mestre de Cerimônias. Muito obrigado e sejam bem-vindos.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) - Vossa Excelência, só para registrar a presença do Dr. Luiz Felipe, Conselheiro Fiscal do IDERO e convidar a compor a Mesa, Sua Excelência Excelentíssimo Doutor Adolfo Naujorks, Juiz de Direito do Tribunal de Justiça, por gentileza.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Já temos um colega inscrito, depois da apresentação do Dr. Walter Waltenberg nós vamos ouvir o Pimenta, nosso dileto, distinto amigo Pimenta, depois do Desembargador, já se prepara aí, Pimenta.

Nós vamos passar a palavra, neste momento, ao Desembargador Walter Waltenberg, já agradecendo a sua disponibilidade e a cortesia de gentilmente estar aqui conosco.

O SR. WALTER WALTENBERG – Boa tarde a todos. Eu estou imensamente feliz de estar aqui, muito honrado com esse convite, honrado por poder conversar principalmente com os jovens da nossa cidade, com os estudantes que aqui se fazem presentes. Agradeço ao Deputado Léo Moraes esta oportunidade de estar aqui, agradeço pelo convite. Muito obrigado Deputado, Vossa Excelência que hoje já é uma importante liderança política do nosso Estado, certamente, em algum momento da sua carreira política, Vossa Excelência será convidado a dirigir os destinos do Estado no seu posto maior. Vossa Excelência está destinada a isso, não adianta resistir. E isso por uma situação bastante interessante, filho de uma princesa com um cidadão que deixou uma legião imensa de admiradores, Estado afora. Esse resultado faz com que Vossa Excelência seja uma liderança extremamente dinâmica, um cidadão interessado que traz dentro da Assembleia Legislativa as pessoas a quem o seu trabalho afeta diretamente. Então, isso é bastante interessante, isso é uma novidade porque dificilmente se vê um interesse tão veemente em políticos que pretendam trazer o povo para dentro da sua própria casa, para fazer esse tipo de trabalho muito bem idealizado pelo professor João Paulo que é discutir reforma política. Eu quero cumprimentar aos integrantes da Mesa, meus colegas aqui da Mesa, na pessoa do Dr. Adolfo, amigo querido de longa data, pessoa que brilha no Poder Judiciário de Rondônia pela seriedade, pela inteligência, pela capacidade incansável de trabalho e principalmente por ser tão estudioso, tão cultor do Direito. Cumprimento também todos os parlamentares aqui presentes, na pessoa Vereadora Cristiane Lopes. Eu tomei um susto muito grande, eu olhei para ela, com esse rostinho, eu falei: - ela é acadêmica de Direito, deixa eu saber onde ela estuda. E tomei um susto porque estava junto lá na diplomação, mas eu, com

essa idade toda, não consigo mais guardar a fisionomia de todo mundo. O fato é que eu a cumprimento, agradeço a sua presença e em seu nome eu cumprimento todos os parlamentares e políticos aqui presentes. O Doutor Demétrio Laino Justo está quase conhecido como o 'pai da princesa'. Ele tem uma filha que foi minha aluna, uma pessoa muito querida que também vai seguindo um futuro, o destino brilhante do pai. Meus parabéns, amigo, por estar aqui, e em seu nome cumprimento todos os advogados presentes. E me encanto com os estudantes que estão aqui, eu que venho de mais de 20 anos lecionando Direito Constitucional, eu me sinto muito à vontade nesse ambiente, eu me sinto muito à vontade entre vocês. Mas eu observo que não são só estudantes que estão aqui, cidadãos que têm também preocupação política, vontade de participação política também aqui se encontram e isso me encanta.

Eu preciso, neste momento pequeno que nós temos para discorrer sobre um tema tão relevante, eu preciso delimitar alguns aspectos que devam ser abordados, mas eu devo esclarecer desde logo que eu tenho hoje, por trabalho, a função de Corregedor Regional Eleitoral. Eu estou trabalhando no TRE como Corregedor e Vice-Presidente e nessa condição, na semana passada ou retrasada já não me lembro mais, eu fui convocado a Brasília pelo Sr. Ministro Herman Benjamin para que nós discutíssemos no Colégio de Corregedores Eleitorais do Brasil a reforma política e pudéssemos dar a nossa opinião. E eu então defendi para o Presidente Padin, que é o Presidente do Conselho, é o Corregedor do Estado de São Paulo, defendi que nós não deveríamos adotar posições que interessassem ao cidadão, mas que interessassem, sobretudo, à Justiça Eleitoral. Deveríamos examinar a reforma política sob o aspecto do impacto da reforma política no funcionamento da Justiça Eleitoral.

Então eu começo por esse ponto, eu fiz aqui listinha para eu não me perder e eu começo, então, por essa questão da coincidência que se pretende de eleição para todos os segmentos da vida pública num único dia. Nós sofremos hoje severas limitações de ordem orçamentária por conta dessa decisão política que foi tomada no sentido de que não se pode gastar no ano vindouro mais dinheiro do que aquilo que se gastou no orçamento do ano anterior, então há uma limitação seriíssima em cima da Justiça Eleitoral. Nós temos, todos sabem que nós passamos mais de um ano hospedados no Palácio do Governo, no Palácio Rio Madeira porque houve uma alagação muito importante no Tribunal Regional Eleitoral. As águas do Madeira subiram muito mais que o nível histórico esperado e então nós tivemos que nos mudar de lá e tudo indica que seria de muito bom alvitre que nós nos mudássemos daquele prédio para onde retornamos após o fim dessas cheias. Mas há limitações de toda ordem, de natureza orçamentária, de modo que nós fomos aconselhados pelo Diretor Geral do Tribunal Superior Eleitoral a sequer pensar nessa possibilidade nos próximos anos. Por diligência do meu Presidente, Desembargador Rowilson Teixeira, nós conseguimos com a União um terreno muito bom na Avenida Lauro Sodré, próximo ali à Polícia Federal, mas não podemos neste momento pensar em gastos extras de forma nenhuma.

Então, com essa limitação, nós ficamos imaginando que com a quantidade de pessoal disponível para trabalho na Justiça Eleitoral, com o orçamento que temos para as eleições de 2018 e 2020 nós não teríamos a menor condição de, respeitados esses parâmetros fixados para a execução dos orçamentos vindouros, proporcionar viabilidade numa eleição que ocorresse em todos os níveis, tanto nível federal quanto nível estadual quanto no nível municipal e para todos os cargos. A Justi-

ça Eleitoral estaria completamente inviabilizada se isso fosse levado adiante.

Então esse aspecto é muito importante de ser ressaltado porque Justiça Eleitoral se faz com pessoas, se faz com gastos, se faz com orçamento. Nós temos um gasto muito elevado por ocasião das eleições e agora mesmo nós não sabemos como dar cumprimento às determinações, por exemplo, de impressão do voto que sai das urnas eletrônicas. Porque a adoção desse sistema, a compra, a aquisição dessas impressoras vai estourar o orçamento da Justiça Eleitoral, então isso é uma questão que está sendo colocada lá em Brasília. Eu acho relevante, eu acho que ainda que eu tenha uma fé absoluta e inabalável na confiabilidade das urnas eleitorais, eu estou lá dentro do sistema e eu sei quantas pessoas precisariam ser corrompidas para que houvesse a possibilidade de corrupção nesse sistema preciosíssimo, brasileiríssimo de captação de votos que é esse sistema de urnas eletrônicas. Eu só vejo avanço nessa possibilidade, porque enquanto os outros países têm uma dificuldade imensa para contar os votos, para entregar o resultado das eleições, em algumas horas depois da eleição todo país sabe quem foi o vereador mais votado, quem foi o presidente eleito, quem foi o deputado que teve maior número de votos. Então nós conhecemos os eleitos de pronto, de imediato. Acompanhei as eleições de Guajará-Mirim, por determinação do Presidente, sozinho, e nós não demoramos meia hora para entregar o resultado para a população. Então é um sistema que, na minha visão, veio para ficar. De forma alguma nós faremos um processo em relação às urnas eletrônicas. Muito se comentou acerca desse fantástico cyber ataque que assolou o mundo, infectando computadores para todo lado e muitas pessoas se perguntam 'se o Reino Unido sofreu tanto, se os maiores bancos do mundo tiveram problemas, se o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo foi infectado de cabo a rabo, por que nós devemos ter tamanha confiança nas urnas eletrônicas?' Porque elas não são ligadas à internet. As urnas eletrônicas são compartimentos estanques, cujo resultado delas é transmitido para o TSE por um cabo dedicado, criptografado, absolutamente seguro. Todo ano o TSE faz um concurso aberto a hackers do mundo inteiro para que possam desafiar a confiabilidade das urnas eletrônicas e elas sempre passaram no teste. Não há possibilidade de se fraudar uma urna eletrônica, ponto. Além, disso, nós fazemos diante de todos os partidos políticos que mandam representantes, nós colocamos os programas nas urnas, é uma audiência pública nesse momento, fazemos a lacração das urnas de modo que se torne inviolável o chip onde ficam armazenadas as informações, e finalmente sorteamos aleatoriamente urnas para que possamos fazer uma votação paralela. Esse ano foi o Presidente da Comissão de Votação Paralela, o TSE contrata por licitação pública uma empresa de auditoria independente. Então, é um sistema muito sofisticado e nosso. E o sistema jabuticaba de novo, ele é essencialmente brasileiro, desenvolvidos para nossas condições e um orgulho para nós, para mim, me deixou muito à vontade para poder participar das eleições com esse sistema. Mas é claro que para evitar uma eventual desconfiança, entendeu-se de fazer também a impressão do voto. O voto será impresso e em seguida depositado numa urna convencional, para que, em havendo alguma suspeita de fraude ou se houver necessidade de fazer uma checagem, por exemplo, de 05 ou 10% das urnas, para que se examine a exatidão daquilo que o contador eletrônico contou para determinado candidato, com aqueles votos depositados na urna, isso se faça. Eu não sou contrário a isso. Acontece que nesse momento nós temos, como já disse, essa limitação orçamentária bastante importante, de modo que

eu tenho impressão que reforma política vai conseguir evitar a implantação, nesse momento, do registro do voto por meio físico, por meio de papel.

Então, feitas essas considerações de natureza administrativa, é nesse ponto que eu devo chegar enquanto Magistrado, aí sobra o que pensa o professor, sobra o que pensa o cidadão. Têm 30 anos que eu apuro eleições, minha primeira eleição eu apurei em 1986, era pouco mais que um menino, lá na cidade de Rolim de Moura, e de lá para cá eu venho acompanhando todo esse movimento e venho observando como nós temos feito algumas minirreformas, mas nós agora, através... Meu colega Dr. Juacy, especialista em Direito Eleitoral, acho que eu vou me levantar e ceder a cadeira para Vossa Excelência.

Bem, o fato é que eu apuro eleições há muito tempo e venho observando as minirreformas que vêm sendo entabuladas e agora nas mãos do Deputado Cândido, se pretendo uma reforma de peso, uma reforma total. Mas, para brindar mais uma vez o meu amigo Dr. Juacy, eu mostro aqui uma coletânea da ABRADEP, que ele me presenteou e eu estudei para aprender, para estar aqui hoje. O fato é que nós precisamos traçar algumas premissas para que essa reforma política se faça com sucesso, tenha apoio popular e efetivamente cause uma mudança profunda no nosso dia a dia político. E eu colhi desse estudo uma coisa bastante importante, evitar experimentalismos e retrocessos democráticos na aprovação de sistemas eleitorais novos e não testados. Eu acho que por que essa frase inicia o memorial dessa série de estudos feito pelo o Instituto de Direito Eleitoral, é que eu devo começar por aí. Concordo em gênero, número e grau que nós não devemos mesmo experimentar coisas que não foram testadas em outras democracias.

Eu tenho muita fé no povo brasileiro. Enquanto ouvíamos e cantávamos aqui o Hino de Rondônia, eu me encho de orgulho enquanto eu escuto esse hino, porque hoje, 30 anos depois, eu me considero um amazônida, mineiro de Juiz de Fora, eu tenho pena do rio Paraibuna, que não pode deixar de passar em Juiz de Fora. Eu nasci, o meu coração está enterrado aqui numa curva qualquer nesse rio Madeira, e eu me orgulho demais de pertencer hoje a este Estado de Rondônia. Mas de fato, o Estado de Rondônia é um pedaço muito pequeno, mas bastante representativo do que é o nosso País, do que é o Brasil. Eu acredito imensamente na força do povo brasileiro e tenho uma fé muito grande, também, na nossa democracia. Uma democracia jovem, mas uma democracia que não se abala. Nós já vamos aí, caminhamos a passos largos, eu não tenho dúvida disso, para o terceiro impeachment e mais uma vez a nossa democracia vai saber resistir. Eu não tenho dúvida alguma de que elegemos o nosso sistema político, que veio para ficar. Então nós não devemos dar ouvidos a esses arautos que pregam a volta dos regimes militares. Em determinado momento, isso, a população brasileira acreditou, uma larga maioria, que isso seria necessário, mas agora não há espaço e nem vontade política para isso. Tenho acompanhado as conversas em torno dessa possibilidade, não que seja remota, absolutamente impensável. E o que eu tenho escutado é que o Exército estará até o último momento ao lado do Supremo Tribunal Federal, em defesa da democracia. Então, partindo desse princípio, ainda que nós estejamos vivendo um momento extremamente conturbado do ponto de vista político, as reformas, desgraçadamente, estão completamente paralisadas, não só a reforma da Previdência, não só a reforma política também está paralisada. Não há possibilidade, neste momento, de se discutir coisa alguma que não

seja a permanência ou não do Presidente da República. Acontece que isso é mais um passo só. Se nós vamos admitir que num gesto, num rasgo de grandeza, Sua Excelência hoje de tarde pedisse demissão, 'olha, vamos embora para casa, renúncio', nós estaríamos sujeitos a uma eleição indireta, realizada por um Congresso que hoje tem a pecha de ilegítimo, mas o País suporta. Nós estamos às vésperas de novas eleições em 2018. Eu não tenho medo desse momento político. Então, mais uma vez, relevantíssima a oportunidade de nós discutirmos aqui esses temas da reforma política.

Eu vou me dirigir com bastante carinho agora, aos estudantes que estão aqui na frente, que me parecem secundaristas, eu vou tentar conversar com eles a respeito de um tema bastante interessante, que também aqui representado pela Vereadora Cristiane Lopes. A questão da participação das mulheres da vida política nacional. Nós temos hoje, 10% de parlamentares que são mulheres, em todo País. Quando em outros países do mundo, quando na Europa, em alguns Estados nacionais, em alguns países isso chega a 50%. Muitos países têm mulheres em 30% dos cargos políticos. E nós aqui não vemos mulheres nas mesas diretoras, nós não vemos mulheres nas comissões, nós não vemos mulheres dentro dos partidos políticos em cargos de relevância. Então, me parece que a reforma política precisa passar necessariamente por essa questão. É o cidadão Walter Waltenberg que está falando agora, porque a minha obrigação de magistrado é seguir aquilo que o Parlamento determinar. Mas me parece que seria de bom alvitre que nós fixássemos cotas. Por que é que nós, muitas vezes, temos que fixar cotas? Temos que fixar cotas para negros, por exemplo, nas universidades. Porque tradicionalmente os negros são, formam um contingente que de tão miserável, de tão pobre, de tão economicamente pouco desenvolvido, precisa de ajuda para poder chegar a determinado lugar. E por que então haveria necessidade, nesse momento, de fixação de cotas para as mulheres? Porque não tem sido da tradição política prestigiar as mulheres para que ocupem esses cargos. O exemplo da Vereadora Cristiane, lamentavelmente, é uma exceção, quando deveria ser uma regra. Afinal de contas, as mulheres estão em maioria, são 51% da população, se eu não estou enganado, ou muito próximo disso. Nós temos uma população bastante equilibrada entre homens e mulheres. Então por que se dá uma participação política tão pequena para a mulher? Independente da busca dessa resposta é preciso então que se faça um regime de cotas, que se estabeleça um regime de cotas em todas as funções que permeiam a atividade política, a começar dentro dos partidos políticos. Pouco importa que nós tenhamos fixado agora que 30% das mulheres fossem, 30% dos candidatos fossem mulheres porque não se fixou uma cota para o Parlamento e essas mulheres então foram eleitas num número muito reduzido. É essa questão que eu entendo relevantíssima para promover a igualdade de gênero aqui neste País. É preciso que se fixe que dentro dos partidos políticos 30% ou o que o Parlamento entender, de cargos sejam ocupados por mulheres. É preciso fixar que dentro das Comissões das Assembleias, tanto as Comissões permanentes como as temporárias em todo o Parlamento, seja ele municipal, estadual ou federal, 30% dos cargos relevantes sejam ocupados por mulheres para que a gente possa mudar essa perspectiva de domínio masculino na política como a gente viu hoje. E por quê? Porque política na verdade é representação. E eu acho muito difícil que alguém consiga representar bem as mulheres não sendo uma delas, existem interesses que muitas vezes são conflitantes. Então, é

muito importante que toda a sociedade brasileira esteja representada no Parlamento.

Nós já vimos de uma história de corrupção que vem de anos. Isso que está acontecendo agora no País não é de agora, isso acontece há dezenas de anos. Há uma corrupção endêmica na atividade política e parece que agora se está despertando para essa questão. Então, as mulheres estiveram sempre alijadas das possibilidades de contribuição financeira para as suas campanhas. Se acreditou pouco no potencial de voto das mulheres. As campanhas políticas foram turbinadas financeiramente deixando de lado a participação feminina na política brasileira.

Então, nesse momento em que se proibiu, por decisão do Supremo Tribunal Federal, o financiamento privado de campanhas por empresas, então, talvez seja o momento de se estudar essa questão com mais carinho para que se possa fazer essa fixação, não em homenagem a mulher, porque não acho que a mulher precise de homenagem. Acho que a mulher precisa de respeito, a mulher precisa de incentivo para efetiva participação política. E eu tenho muita vontade que o Parlamento consiga fixar essas cotas mínimas de efetiva participação, que 30%, no mínimo, das cadeiras das Câmaras Legislativas de todo o País sejam ocupadas verdadeiramente por mulheres. Esse mecanismo eu gostaria muito de ver colocado nessa reforma política.

O tempo é muito pequeno, não é, Deputado? Eu que falo mais do que a boca, no segundo assunto acabou o meu tempo, eu estou muito lascado aqui. Mas, só mais um pedacinho então.

Então, a questão que deve ser aí bastante debatida pelos meus colegas, a questão das listas fechadas, não é? O que é isso? A lista fechada nada mais é do que a possibilidade de voto com exclusividade no partido político. Então, hoje você vota em lista aberta, você vota naquela personalidade que mais se afina com o seu ideário político. Muitas vezes você vota naquele candidato que é mais charmoso, naquele candidato que parece mais independente, naquele candidato que é mais atuante, mas o que se pretende com a lista fechada é o fortalecimento dos partidos políticos. Nós vemos, eu vejo que o que se pretende quando se pensa na adoção de lista fechada para o Sistema Político Eleitoral Brasileiro é justamente direcionado para o fortalecimento dos partidos políticos em detrimento da personificação dessa ou daquela figura política. E de fato nós precisamos mesmo que os partidos políticos sejam fortalecidos.

Quantas vezes, nesses 20 anos de cátedra, eu pergunto aos meus alunos: quantos de vocês aqui são filiados a partidos políticos? E numa classe de 50, invariavelmente 02 ou 03 levantam as mãos. E então eu pergunto: mas como é que vocês querem decidir o destino da cidade de vocês, do Estado de vocês, do bairro de vocês, se vocês admitem que o partido entregue uma lista de nomes para que vocês escolham entre aqueles que o partido entregou? Vocês deveriam estar lá no interior dos partidos políticos fazendo barulho, levando a sua família, levando os seus amigos, levando as pessoas que são importantes para você para que essa discussão se desse da forma mais ampla possível.

Nós, tradicionalmente, só votamos, no Brasil, naquelas pessoas escolhidas no âmbito dos partidos políticos, porque esse é o nosso sistema político. Então, eu não vejo muita diferença entre a possibilidade de você votar em lista aberta ou lista fechada. No voto em lista fechada, a eleição poderia ser feita a depender da escolha que foi feita pelo legislador ou por indicação da mesa da direção do partido ou por eleição interna

entre aqueles que filiados. E a partir de determinada ordem pré-estabelecida pelo partido, você então votaria no partido A, B, C ou D, e o partido dividiria o número de votos obtidos por aqueles integrantes da lista, de modo que os primeiros da lista seriam os titulares e aqueles que remanescessem seriam os candidatos suplentes. Não há uma diferença absurda. E países importantíssimos como a Itália, por exemplo, quando você pesquisa sobre lista fechada, você descobre que mais de cento e cinquenta países do mundo adotam esse sistema de lista fechada. Então, eu acho que isso não deva assustar ninguém do ponto de vista da Justiça Eleitoral isso é tranquilo e do ponto de vista do Walter cidadão, eu também não vejo nenhum monstro nisso. Isso é uma coisa experimentada em muitos países e torna efetiva, torna verdadeira a consolidação do partido político como um instrumento essencial à realização da democracia naquele dado Estado onde se adota este tipo de coisa.

Então, fica aí, em minha opinião, uma opção extremamente válida entre lista aberta e lista fechada. Se alguém dissesse, 'mas você pode dar uma opinião?' Falo, 'olha, como tanto faz, eu acho que deveria se deveria ficar como está', pelo menos eu tenho a possibilidade de promover uma escolha daquele que fizer um discurso mais afinado com aquilo que eu quero para o meu Estado. Mas se adotar também a lista fechada, eu não acho que isso vá trazer um trauma muito grande não, uma coisa testada, não é uma inovação.

Quanto ao financiamento de campanha, sou absolutamente favorável ao financiamento público de campanha e ao financiamento individual tanto por empresas quanto por pessoas que físicas desde que haja o limite fixo de contribuição. Esse limite fixo de contribuição, só para dar uma ideia do que eu penso para vocês, o cidadão deveria poder doar no máximo dois salários mínimos e a empresa, por maior que fosse, por mais Odebrecht que fosse, não poderia passar de cinco salários mínimos. É preciso que se iguale os votos de forma verdadeira. Nós trazemos da história dos Estados Unidos da América do Norte essa ideia da democracia de um homem, um voto. Acontece que um homem que pode doar 10% do faturamento da sua empresa que é de cinquenta bilhões de dólares, que voto é esse, que igualdade é essa que se está falsificando para iludir o pobre do eleitor? E não se trata aqui de usar esses bilhões para compra de votos, mas se trata aqui para comprar peças publicitárias que sejam eficazes, para comprar publicitários famosos, pessoas muito bem-conceituadas no meio publicitário. O dinheiro serve para isso também, para pagar gasolina, para você ir fazer a campanha, para gastar sola de sapato, panfleto, todo tipo de propaganda possível, pagar bons marqueteiros, é para isso que serve o dinheiro da campanha eleitoral. Mas é preciso que cada envolvido nesse processo político eleitoral vá buscar o financiamento na casa do seu eleitor. Eu gostaria que cada pessoa com participação política pudesse colocar na sua casa, escrito de próprio punho, 'meu voto é de Léo Moraes', cola lá na porta, faz a campanha você mesmo. Participa ativamente e não fique passivamente olhando as coisas acontecerem, sem que você faça um gesto em prol da candidatura que você pretende que seja prestigiada em dado momento.

A questão da não coincidência já conversamos, as listas fechadas, financiamento, cota de mulheres e, finalmente, senhor Presidente Deputado Léo Moraes, os instrumentos de participação democrática do cidadão como recall, por exemplo.

É preciso que se crie mecanismos na sociedade para que nós possamos convocar de volta aquele que não procedeu de forma coerente com o programa do seu partido. É preciso

trazer de volta aquele que se mostrou corrupto, aquele usa o voto de confiança que lhe foi dado para promover trapalhada, para promover interesses escusos, não é? É preciso que a reforma política também contemple esses aspectos.

Eu conseguiria conversar aqui até o anoitecer, mas existem pessoas tão brilhantes que estão olhando para mim aqui e eu tenho certeza que eu agora vou trocar de lugar com elas e vou ficar aqui babando pelo que elas têm a dizer. Então eu agradeço a paciência dos senhores, eu espero ter esclarecido alguma coisa e estou sempre à disposição para que o for necessário. Agradeço ao Professor João Paulo Viana por ter me convidado; agradeço ao Dr. Juacy por ter me convidado também; principalmente agradeço ao Deputado Léo Moraes, tão jovem e tão dinâmico, pela possibilidade que ele nos proporciona de estarmos aqui diante desses jovens que vêm aqui, pretendendo de fato se engajar definitivamente na vida política. Depois que a mosca azul da política pica a gente não tem volta não, sabe. E eu procuro sempre influenciar, claro, onde eu estou eu peço, vamos participar da vida política, vamos nos filiar aos partidos, não vamos ter medo de nos confundirmos com essas pessoas que são usurpadoras do poder político do nosso País. Nós podemos, com a nossa participação efetiva, fazer a diferença. O País é muito grande, o País é forte, o País é jovem, o País aguenta e a nossa democracia veio para ficar. Muito obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Passar a palavra rapidamente para o nosso Professor João Paulo Viana.

O SR. JOÃO PAULO VIANA – Boa tarde a todos. Queria cumprimentar e agradecer ao Desembargador Walter Waltenberg, Corregedor do Tribunal Eleitoral, pelas brilhantes palavras, pela exposição acerca de pontos relevantes da reforma política. Agradeço ao Deputado Léo Moraes pela oportunidade de estar aqui novamente, em 2015 nós organizamos uma Audiência Pública onde discutimos a reforma política aqui neste plenário. Na ocasião de uma reforma política liderada então pela Presidência na gestão do Eduardo Cunha, como costuma dizer um colega da UFMG, "aquela reforma política poderia ter sido pior". Então, quando a gente viu que o distritão acabou sendo derrotado no plenário, quando gente viu que o voto, o financiamento empresarial naqueles moldes também foi derrotado. Enfim, eu queria só fazer duas observações rápidas da fala do Desembargador Walter Waltenberg que eu acho que são importantes. Primeiro parabenizá-lo por essa colocação em relação aos partidos. Eu tenho aqui presente no auditório, alunos da Universidade Federal de Rondônia, inclusive da minha disciplina de Partidos Políticos no Brasil. E eu sempre faço questão de frisar nas aulas a importância da filiação partidária, a importância da participação nos partidos. Há cerca de 15 anos, durante a minha graduação, por exemplo, quando eu comecei a estudar o tema da reforma política, a minha monografia foi sobre a cláusula de barreira no sistema eleitoral na Alemanha, no Brasil à época, eu lembro que 30, 40% da minha sala era filiada a um partido político, a minha sala na Universidade, na minha graduação. Hoje eu pergunto numa sala na UNIR, quantos alunos são filiados a partidos políticos? Pouquíssimos. Então, numa sala de 30, 40 alunos, menos 10%, às vezes, são filiados a um partido, e isso é muito preocupante. Gostaria de fazer menção aqui ao jornalista e advogado Maurício Calixto, pela participação aqui no debate conosco, em 2015 e novamente. E daqui a pouco fazer também, se quiser dar uma palavra será muito bem-vindo, como fez em 2015, viu Maurício? Muito obrigado pelo espaço de ontem e pela

oportunidade de debater aqui conosco. Pois bem, essa questão dos partidos é uma questão fundamental. Os partidos estão em crise no mundo, o modelo de representação. É muito bom ver aqui Presidentes de legendas, Secretário Geral, Presidente de Partido, Professor Pantera, Pimenta, Maestro, que vêm aqui representar os partidos políticos, Dr. Valter Silvano também, é importante que os partidos participem desse debate. E encerrar fazendo outra menção aqui à palavra do Desembargador sobre a questão do financiamento. Eu ainda acho que a gente tem que fazer uma Audiência Pública exclusiva sobre o financiamento porque é um tema extremamente complexo. Basta ligar a televisão, acessar os sites na internet que a gente vê que boa parte da crise política que nós estamos vivendo hoje decorre desse modelo de financiamento. Se por um lado a gente sabia para onde iam três bilhões de reais, nós avançamos muito em termos de transparência, hoje em dia está cada vez mais evidenciado que o *modus operandi* do sistema político era aquele e que não era um partido ou dou ou três, mas praticamente todo o *mainstream* dos partidos políticos brasileiros. E é importante ressaltar um ponto na fala do Dr. Walter Waltenberg, que de fato nós somos a única democracia grande no mundo onde o valor de doação depende de quanto você ganha, não há um teto fixo para isso. Isso é um ponto primordial para o debate. A OAB, e o Dr. Fabrício Jurado pode falar depois sobre isso na exposição dele, mas a OAB tinha uma proposta, se não me falha a memória em 2013, 2015 que se prolonga de R\$ 700,00 por cidadão como teto máximo, é uma proposta bastante razoável. Eu acho que a gente tem que debater isso com bastante ênfase, que esse ponto do financiamento ainda é uma questão complexa e a gente sabe que a Justiça não pode tudo, os órgãos de controle não podem tudo, é necessária uma participação cidadã nesse controle. E eu sempre me recordo das palavras de um estudioso americano, que ele cunhou a expressão 'efeito hidráulico do financiamento', dinheiro é como água, não adianta tampar porque vai passar do mesmo jeito, e o caixa 2 é uma prova disso.

Então passo a palavra agora, Deputado Léo Moraes, com a sua autorização, aqui aos presentes para quem quiser expor as suas ideias. Temos aqui dirigentes partidários, estudantes universitários, secundaristas. Vou passar aqui para o Deputado Léo Moraes que posteriormente passará a palavra ao público.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Nós gostaríamos de registrar a presença, cumprimentar e desejar as boas-vindas ao Aluísio Vidal, dirigente partidário do Rede Sustentabilidade, um grande colega, seja bem-vindo, é um prazer tê-lo aqui conosco; Valter Silvano nosso amigo também, dirigente partidário do DEM, está aqui conosco, participa também ativamente dos debates desta Casa. Advogado, radialista, comunicador, Maurício Calixto, Dr. Maurício que já foi também anunciado pelo nosso colega João Paulo, fique à vontade, se quiser fazer uso da palavra, à disposição. Já registramos a presença, e que logo mais estará aqui como palestrante, conferencista Dr. Juacy Lora Júnior, advogado, Vice-Presidente do IDERO – Instituto de Direito Eleitoral de Rondônia; Doutor Tales Mancebo, advogado também membro do IDERO. Doutor Fabrício Jurado, Conselheiro Federal da OAB, também da mesma feita, além disso, dirigente partidário, sintam-se também abraçados e à vontade também para fazer da palavra e logo mais estará aqui na Mesa. Doutor Demétrio Justo, do IDERO; Pimenta de Rondônia que é o Presidente Regional do PSOL. E agora quem quiser se ins-

crever fique à vontade, num tempo de 05 minutos nós iremos franquear a palavra.

Vamos começar, já está inscrito, com Pimenta de Rondônia para que possa fazer uso da palavra. Por favor, Pimenta, a palavra está com o senhor, assim como na sequência, o Pantera também vai se manifestar. E quem mais quiser usar a palavra, o nosso Cerimonial está à disposição aqui para inscrevê-los, basta levantar a mão e logo o nosso pessoal chega aí para que vocês participem, por favor.

A palavra está com Pimenta de Rondônia.

O SR. PIMENTA DE RONDÔNIA – Boa tarde a todos e a todas. Cumprimentar a Mesa na pessoa do Desembargador Walter e demais autoridades, as nossas companheiras de luta aqui, na pessoa da nossa mais ilustre Vereadora mulher porque está aqui presente.

Reforma política, o PSOL tem atuado diretamente na Câmara e é muito importante essa discussão. Por isso, Deputado Léo Moraes, tenho muito respeito pelo senhor, pela vossa pessoa, de quando criança, adolescente, jovem e senhor. Eu vejo três pessoas na política, no momento, muito importantes. Eu vou falar só de três, tem mais, vou ficar com o terceiro, o Pimenta. Vou dar o segundo lugar ao Professor Pantera, esse comunista convicto que desde que se entendeu por pessoa, no Partido Comunista e continua até hoje nessa militância. Muito obrigado, Pantera, pelos seus ensinamentos, pela sua pessoa. E ao senhor, Deputado Léo Moraes, eu diria que hoje em Rondônia, e estou lhe outorgando esse título da minha pessoa, veja o mandatário, o mandatário político de Rondônia hoje, o mais importante para mim é Vossa Excelência, pela brilhante propositura, pela brilhante propositura. Veja bem que nós temos inúmeros, nós temos 03 senadores, 08 deputados federais, estadual, mas a gente percebe que esse interesse na política na reforma é muito pouco.

Algumas questões nós pontuamos, em torno de 20, mas vamos falar só de duas em virtude do tempo. O PSOL, fala aqui da lista fechada, Deputado, essa votação proporcional ilícita, pré-ordenada, via convenção, prévias ou primárias, com alternância de gênero a cada grupo de 03, essa para o PSOL e para a população é a mais complexa das propostas da reforma política a nosso ver. O PSOL sempre defendeu voto em lista, como forma de combater o personalismo e fortalecer os partidos. Além disso, pesquisas comprovam que o partido com forte identidade ideológica tende a ser beneficiado eleitoralmente com o voto em lista. Por outro lado, a proposta tem sido duramente criticada pela opinião pública por permitir ocultar candidatos envolvidos em escândalos de corrupção. Se trataria, portanto, aqui, o mais provável, a orientação, hoje, nossa do PSOL, é votar contrária a essa proposta, mesmo conhecendo os benefícios que ela pode trazer.

Por fim, a proposta de alternância de gênero, mesmo que não seja paritária, representa um avanço que permitirá um aumento do número de mulheres no parlamento.

Outra proposta nessa reforma política, Dr. Juacy, que a nosso ver possibilita, a possibilidade de candidatura simultânea para o Legislativo e o Executivo, essa é sem dúvida a mais estapafúrdia das propostas apresentada pelo relator da reforma. Ela prevê que um candidato a prefeito, a governador, a presidente, possa compor uma chapa proporcional, mesmo sendo candidato a cargo de outra natureza. Essa proposta reforça o personalismo e em enfraquece os avanços que o voto em lista pode trazer. Portanto, essa reforma política visa principalmente achar os mais fracos, mas tem que acontecer a reforma. Nessa reforma política, Deputado Léo Moraes, se-

nhoras e senhores, o que aconteceu na eleição passada aqui em Porto Velho e no Brasil, quando o mais forte se sobrepõe ao mais fraco, deveria tachar também a mídia nessa reforma política, mas Dr. Walter, não! Essa reforma vem muito rápida e a gente sabe que ela está trazendo um peso de resolver os problemas dos políticos corruptos que nós temos no Congresso também. Mas nós não podemos ficar calados e de braços cruzados, Vereadora, nós temos que participar dessa reforma. Muito embora, saibamos que temos grandes juristas, Dr. Érica, dentro dos Tribunais para auxiliar, mas infelizmente, quem irá votar essa reforma é um Congresso corrupto, um Presidente ilegítimo que irá, que está fazendo com que a democracia desse País, a cada dia que passa, Dr. Adolfo, se vá pelo o ralo. Mas não vamos fugir da reforma, estamos conclamando a população, conclamando a classe política para tenhamos uma reforma decente para todos. Não uma reforma para beneficiar o PSOL, que tem só 06 Deputados no Congresso ou aquele partido não tem nenhum Deputado, afinal de contas, não se pode acabar com os pequenos partidos só por que não tem representatividade na legislatura passada, mas poderá ter. O PSOL também favorece na criação da federação partidária. Também estão lá os partidos que não obtiverem representantes na Câmara terão que disputar eleição via federação partidária. A nosso ver, a gente entende que não vai acabar com o partido, vai dar legitimidade ao partido, mas a reforma continua no seu bojo, favorecendo os partidos que muitos já deveriam ter sido cassados.

Nessa reforma política não está lá claro, Dr. Adolfo, que se cassaria um partido, como o Partido dos Trabalhadores envolvido em corrupção, como o PMDB e outros grandes partidos, não vamos aqui citar legendas, fazer má querência, porque o partido é o instrumento que leva a cidadania à eleição. Mas nós temos muitos senhores conspirando dentro de partidos, se apoderando da legenda para esconder a corrupção.

Nós temos a outra questão da prévia de campanha. Porto Velho na eleição passada ficou bem claro que a corrupção antes da eleição já caminhava. A corrupção do homem pelo o homem, essa, essa é que é doída! Quando a gente vê a grande mídia atrelada à corrupção política e os pequenos não conseguem combater e os tribunais não têm mecanismo. Até hoje os tribunais não têm mecanismo para cassar os partidos e os políticos corruptos que têm em Porto Velho, em Rondônia e no Brasil inteiro. Portanto, essa reforma a toque de caixa, que começou com a minirreforma política do seu Eduardo, que está lá preso, é com um bandido, um corrupto que ainda leva o atual Presidente na corrupção. Como nós podemos confiar nessa reforma? E se não fosse essa vossa brilhante propositura, muitos desses adolescentes que aqui estão, e universitários não iam saber falar, no futuro, que nessa reforma houve uma discussão aqui nesta Casa de Leis. É uma pena que os demais Deputados e outros representantes não vejam, parece, com bons olhos reforma como essa, porque senão estariam aqui.

Não vou me alongar, mas brilhante e aqui agradeço o convite e o PSOL é um Partido Socialismo Liberdade está no Congresso combatendo os desmandos, principalmente nessa reforma. Essa reforma que não pode passar beneficiando os políticos corruptos, principalmente na lista fechada, como muitos querem. E nós que éramos a favor da lista fechada, ora, pois é a única forma de você votar na ideologia de um partido e naquilo que o partido está pregando. Só para ter um entendimento, nós havíamos, no Rio de Janeiro, isso dentro do PSOL, para que possa entender essa questão da lista. O PSOL elegeu no Rio de Janeiro 03 deputados federais: Chico Alencar, Jean Wyllys e Cabo Daciolo. Ocorre que naquela eleição, elegemos

os 03 deputados e 01 foi puxado por 02, foi o caso do Cabo Daciolo. O Deputado Jean Wyllys foi eleito no Rio de Janeiro com a bandeira 'combate à homofobia, o casamento homossexual', era a bandeira dele. Ele nunca negou, desde quando passou na Globo, no Big Brother. O Cabo Daciolo, por sua vez, evangélico, ele não mostrou um projeto político. E a primeira proposta dele lá na Câmara Federal foi destituir aquilo que o partido pregou. Foi preciso que o PSOL expulsasse um deputado federal por causa da ideologia política partidária. Então, a lista fechada, para nós, era importantíssima nesse sentido. Mas a corrupção vem pelo meio e com isso, Dr. Juacy, dificulta a reforma, mas tem que acontecer. Quero agradecer, muito obrigado e nós estamos à disposição.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Nós que agradecemos. Muito obrigado, Pimenta, por estar aqui conosco. Nós vamos ter ainda muito tempo aqui de debate. É importante que você continue aqui conosco firme e forte, incólume aí, participando de modo efetivo dos nossos debates. Parabéns.

Nós gostaríamos aqui de entregar para o nosso primeiro palestrante, o Doutor Walter Waltenberg, o Certificado de Participação: "A Assembleia Legislativa de Rondônia certifica que o Excelentíssimo Senhor Desembargador Walter Waltenberg participou, na condição de palestrante, do Seminário sobre a Reforma Política na Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, realizado no dia 19 de maio de 2017".

Aqui está, vou entregar ao Dr. Walter Waltenberg e mais uma vez agradecer pela participação, que é muito importante para todos nós. Muito obrigado.

O Dr. Walter Waltenberg solicitou para a gente que pudesse ficar perto dos amigos e dos seus colegas. Fique à vontade, Dr. Walter. Muito obrigado.

O SR. JOÃO PAULO VIANA (Mediador) - Eu vou passar a palavra para o Dr. Augusto Pellúcio e depois ao professor Pantera. Os dois têm compromisso daqui a pouco, ambos, como o Augusto estava inscrito aqui na Mesa para uma exposição, ele usará a palavra agora e posteriormente o Professor Pantera, Presidente do PCdoB. A Sandreia também está na lista dos que falarão posteriormente. O Pastor Aluísio também, como membro da rede do Partido Verde; Valter Silvano, como membro do DEM; Professora Helena; os demais convidados, todos estão aqui com tempo para expor suas ideias.

E agora eu passo a palavra ao Augusto Pellúcio, Presidente da Associação Comercial e Empresarial de Porto Velho, que vai falar sobre a visão do empresariado sobre a reforma política, a visão da reforma política na ótica do empresariado. Seja bem-vindo, Augusto.

O SR. AUGUSTO PELLÚCIO – Boa tarde, João. Boa tarde a todos os presentes. Gostaria primeiramente de agradecer o convite e cumprimentar todos da Mesa, em nome do Professor João Paulo. Gostaria de cumprimentar todas as mulheres em nome da Vereadora Cristiane Lopes e todos os dirigentes partidários em nome do Fabrício Jurado, dirigente partidário do novo, que tem vários dirigentes partidários aqui. Isso é realmente bem bacana fazer este debate, esta Audiência Pública nesta Casa. É válido sempre parabenizar o Deputado Léo Moraes por aproximar o povo desta Casa. Eu acho que de certa forma os Poderes Legislativos estão enfraquecidos neste País e um Poder que é tão importante de representatividade precisa cada vez mais ser fortalecido.

Bom, primeiro que eu não sou nenhum *expert* no assunto, sou empresário e falar sobre esse assunto é extrema-

mente interessante. E quando eu conversei isso com o João Paulo, o João Paulo falou assim: “é justamente por isso que eu queria te convidar, eu queria saber a visão do empresariado, da reforma política, da política brasileira”. E falar sobre o ponto de vista do empresário é algo bem interessante, porque quando você fala de política com o empresário ele quer distância da política, assim como inúmeras, muitas pessoas. Infelizmente, as pessoas que se aproximam da política muitas vezes são pessoas que estão com outros interesses. E eu começo a observar agora um movimento de mudança, o verdadeiro movimento de reforma, cada vez mais e mais pessoas participando, contribuindo, querendo contribuir de maneira espontânea, sem querer nada em troca, da política brasileira.

Então, gostaria de começar falando do ponto de vista do financiamento de campanha. Eu acho que essa é a última regra que foi imposta de proibir as empresas de fazer o financiamento de contribuir, eu acho que ela foi válida por um seguinte ponto: sou empresário, sou sócio da empresa da qual eu atuo, dentro da empresa que eu atuo tem inúmeras representações. A minha empresa, na última candidatura, teve 02 candidatos a Vereador por duas legendas diferentes. Uma empresa tem uma representação de várias ideologias. Como que muitas vezes um empresário por si só pode destinar um Fundo para um determinado partido por interesse, às vezes, único. Eu particularmente gosto desse novo formato onde apenas pessoas físicas podem doar, mas acredito que a gente precisa inovar mais nessa forma de arrecadação.

A proibição dos mecanismos tecnológicos inovadores de arrecadação é um retrocesso. Eu acho que a gente precisa criar maneiras de financiamento coletivo onde a tecnologia, as plataformas podem aproximar as pessoas com a internet, onde as pessoas possam de fato contribuir.

O nosso amigo aqui, o Pimenta falou sobre a lista fechada e um pouco antes a gente estava comentando como que o empresariado enxerga isso.

Na verdade, a gente não consegue enxergar ideologias partidárias. Hoje, se tem que fazer uma Reforma é uma reforma de cada partido, de apresentar sua missão, quais são os seus objetivos. Enquanto empresa, toda empresa tem isso muito bem estancado. Todo o estudante de Administração sabe que uma empresa precisa ter valores, precisa ter missão, objetivo. Você não consegue ir a lugar algum se você não estabelece para onde você quer ir. E o que eu consigo ver dos partidos é uma nuvem, você não consegue enxergar a ideologia de cada um, o que cada um defende. Você observa pessoas que são filiados aos partidos políticos que têm outras ideologias que não são dos seus partidos.

Então, se tem que ter uma reforma é uma reforma, de fato, interna dos partidos. Acredito sim, eu li um artigo do Professor João Paulo que defende bem a lista fechada, ele listou bastantes prós e contras. E um dos pontos positivos, de fato, é fortalecer a ideologia. E outro ponto que eu achei muito interessante é que isso poderia diminuir o custo da campanha, a partir do momento que você não tem uma pessoa personificada, você tem uma lista, um grupo, vai diminuir o interesse por aumentar os custos da campanha.

Mas o que infelizmente acontece no País é que tudo nós queremos resolver criando leis. Tem algum problema? Cria uma Lei. Está acontecendo um excesso de arrecadação, corrupção? Cria-se uma Lei para diminuir o teto. Isso inibe? O teto para a campanha de vereador no ano passado foi de R\$ 122 mil. Será que todas as campanhas estabeleceram esse limite? Será que isso é o resultado? Se está tendo algum tipo de corrupção a gente tem que combater o mal pela raiz. Eu

sou totalmente aberto a outros tipos de reformas que tem se discutido, talvez a distrital, onde limita a região que o candidato precisa percorrer, a gente vai a uma causa talvez barateando ainda as eleições.

Mas eu acho que a grande reforma que precisa ter é a participação popular. Eu gostei da pergunta que o Professor e o Desembargador Walter Waltenberg fez, ele faz sempre nas suas aulas, eu gostaria de perguntar aqui para esse Plenário, para essas pessoas que estão: quem aqui tem alguma filiação partidária, por favor, levante a mão? A gente percebe que a maioria dos presentes não tem nenhuma filiação partidária. Como é que a gente vai conseguir uma democracia, onde muitas pessoas não têm nenhuma filiação, discutir uma lista dentro de um partido? Como é que a gente vai discutir democracia numa lista fechada se os próprios partidos muitas vezes não têm uma democracia interna bem estabelecida. Então eu acho que a discussão da reforma política vai muito mais além de criar uma lei. E eu acho que estamos num local adequado para discutir, para debater. Eu assistindo uma entrevista do Ministro Gilmar Mendes, ele falou: “Se o Congresso não aprovar uma reforma política, o Tribunal Superior Eleitoral vai criar regras”, ou seja, mais uma vez o Poder Legislativo é enfraquecido e o Judiciário determina mais uma reforma da sua própria vontade. Se for para ter uma discussão em torno de leis, tem que ser nesta Casa, tem que ser no Congresso Nacional, tem que ser no Poder Legislativo com a presença de todas as pessoas, e não fazer uma reforma de uma hora para outra porque precisa se reformar. Eu acho o problema do País não está em torno de uma lei, está nas próprias pessoas de participarem mais.

Gosto da fala do próprio Deputado Léo Moraes, que falou aqui no início, ‘não dá para a gente eleger homens honestos com uma população corrupta. Se nós queremos uma mudança, essa mudança tem que vir de cada um de nós, da participação do indivíduo, do menor ente, não de empresas, mas do indivíduo participando de partidos políticos e discutindo isso de maneira mais ampla’.

Eu acho, Professor João Paulo, que mais do que definir teses é trazer para os presentes que essa visão do empresariado cada vez tem mudado um pouco mais e até falar um pouco desse empresariado, porque essa imagem do empresário brasileiro está muito manchada nos dias atuais. Alguns empresários, grandes empresários saem na mídia participando de grandes esquemas, sendo que 70% do empresariado brasileiro recebem até três salários mínimos. A verdadeira classe empresarial neste País é representada por micro e pequenos empresários. Esses são os empresários brasileiros, a gente não pode generalizar nunca uma classe que produz, que gera empregos, que gera renda. E cada vez mais eu vejo essas pessoas se politizando, buscando contribuir, buscando defender, tentando diminuir a interferência do Estado. Eu fico vendo cada vez mais leis e regularizações para esse empresariado, então, eu fico feliz dessa reforma estar acontecendo no momento em que as pessoas estão participando mais. E se é para deixar uma visão empresarial, é essa, essa que o empresário tem cada vez mais buscado dar a sua voz, ser uma voz nesse ambiente político.

O SR. JOÃO PAULO VIANA (Mediador) – Agradecer a participação do Augusto Pellúcio, Presidente da Associação Comercial e Empresarial de Porto Velho, e Presidente também do LIVRES, Partido Social Liberal.

Bom, agora eu gostaria de mencionar a presença do Secretário Geral da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional

Rondônia, Dr. Márcio Nogueira; Dr. Fabrício Jurado também, Conselheiro Federal da Ordem; Dr. Juacy; Dr. Tales; Dr. Luiz Felipe, todos representantes do IDERO, Dr. Demétrio.

Bom, a palavra agora estar com o Professor Pantera, Presidente do Partido Comunista do Brasil no Estado de Rondônia. Seja bem-vindo, Professor.

O SR. FRANCISCO BATISTA (PANTERA) – Boa tarde a todos. Quero parabenizar aqui o Professor João Paulo; o Deputado Léo pela brilhante ideia de fazer esta Audiência. Meu nome é Francisco Batista, mais conhecido como Professor Pantera, eu sou Presidente Regional do PCdoB e vou aqui, nesse curto período de tempo aqui, procurar esboçar aqui o que pensam os comunistas.

Dizer que o Brasil é um País jovem em relação ao resto do mundo. É um País que procura se encontrar, do ponto de vista da democracia, o País, na realidade sempre negou ao seu povo a participação popular, mas diante de todos esses percalços aqui, Dr. Walter, eu queria tecer um comentário que para nós do PCdoB... Os tribunais eleitorais, as eleições no Brasil, nós conquistamos nessa história do nosso sistema eleitoral a maior democracia eleitoral do mundo. Isso é um patrimônio do povo brasileiro e do judiciário eleitoral. No Brasil você faz uma eleição para Vereador, para Deputado, para Senador, para Governador, para Presidente da República, com duas horas você sabe e com o sistema perfeito e com credibilidade e que é exemplo para o mundo inteiro e que exporta esse sistema eleitoral para o mundo inteiro.

Essa reforma política, nós somos a favor de uma reforma política que aumente mais a participação popular do povo tanto no Parlamento como nos Executivos estaduais e municipais. O sistema político partidário brasileiro é perverso e excludente e é elitista a partir do momento em que o povo brasileiro pôde exercer o seu direito do voto. Os jovens, as mulheres, os negros, só para se ter uma ideia, vieram ter esse direito a partir da Constituição de 1932, e os jovens acima de 21 anos. Os jovens, os negros e as mulheres e os pobres não tinham direito na sua plenitude. Então já era, na sua essência, o sistema político brasileiro representativo já era excludente e assim por diante. E hoje eles falam, a gente vê nos meios de comunicação que são sócios desse modelo excludente dizendo: não, o problema da democracia brasileira está no número de partido. É mentira, é mentira! E ao mesmo tempo tem um conteúdo de verdade, quem é que cria partido neste País? É a elite brasileira que tem essa seboseira no sentido de que se criar partido e trocar de roupa é todo dia, porque você não tem ideologia partidária. Está aí a reforma trabalhista, aí está lá, 'Partido Trabalhista não sei o que, Partido Trabalhista não sei das quantas, Partido Trabalhista não sei de onde, Partido Trabalhista Democrático, Partido Trabalhista...'. Aí, o trabalhismo que conquistou, em 1943, os direitos trabalhista do povo brasileiro, juntamente os trabalhistas junto com os comunistas, e colocaram para o povo brasileiro a CLT, que foi uma carta importantíssima que organizou as leis trabalhistas no Brasil, que eles dizem que está cega, que está ultrapassada. Não, nós temos que fazer reforma, mas para modernizar algumas profissões e garantir o legítimo direito dos trabalhadores. Porém, aí está lá o Partido Democrático Trabalhista, o Partido Trabalhista não sei de onde votando contra o trabalhismo. Aí você pergunta para um dirigente partidário, qual o programa do seu partido? Não sei. O que é que vocês pensam sobre a reforma agrária? Não sei. Habitação? Não sei. E assim por diante. Na história da República Brasileira, só para se ter uma ideia, foi criado mais de 300 partidos políticos. Eu sou de um partido que

foi criado no dia 25 de março 1922, Partido Comunista do Brasil, esse partido nunca deixou de existir. Nós iremos completar 100 anos, um século, e nunca deixou de existir. Nasceu na ilegalidade do nosso período mais longo na história política do Brasil, é recente, de 1986 até agora, o período que nós tivemos mais tempo na legalidade. Nós defendemos que a reforma política deve ser para aumentar a participação popular porque, Deputado Léo, aqui é elitista, este Poder que está na Assembleia Legislativa, o que está na Câmara de Vereadores, o que está no Parlamento brasileiro. Nós temos que mudar o perfil, quem é que produz as riquezas do Brasil? É a classe operária. Vocês sabem quantos operários têm na Câmara Federal? Apenas três operários. Quem produz a alimentação que vai para a mesa dos brasileiros? Os camponeses. Quantos camponeses eleitos têm lá, deputados federais? Um. As mulheres, por exemplo, no Parlamento representam apenas de 8%. Então nós temos que mudar. Nós entendemos que os partidos, para nascer partido, têm que ter o caráter ideológico, com programa, com estatuto, porque os partidos nascem é desse modelo elitista e picareta que está aí. Só de 1988, da Constituição de 88 para cá já foram mais de 100 partidos que foram criados. Aí não serve mais àquele cacique, ele muda para outro, e vai mudando para outro e vai mudando para outro partido, para se venderem durante o processo eleitoral e não tem nenhuma representatividade no meio social, e assim por diante. Nós temos que mudar esse caráter. A partir de 2010, quando se começou a discutir a cláusula barreira, até o PT fantasiado estava nesse embalo, que tinha que ter no mínimo 5%, os partidos tinham que ter no mínimo 5% na Câmara Federal para ter vida. E quem era que ficaria nesse processo aí? PMDB, PSDB, PT, PTB e o DEM, aí a farra estava feita. Quem é que representa a maior crise política da história do Brasil? Esses maiores partidos, por quê? Qual foi o princípio de toda essa corrupção? O princípio da corrupção no Brasil está no financiamento privado de campanha. O que a Odebrecht passou de caixa 2 para as campanhas nesses 20, 30 anos, quem falou foi o dono da Odebrecht. Só a Odebrecht daria para ter financiado todas as eleições brasileiras de todos os candidatos no Brasil inteiro. Então para nós do PCdoB, nós somos a favor do financiamento público de campanha, exclusivo de campanha, somos a favor da lista aberta alternada de um homem/uma mulher para que as mulheres aumentem a sua participação nos parlamentos, tanto nas Câmaras de Vereadores, nas Assembleias Legislativas como no Congresso Nacional. E entendemos que essa questão da cláusula de barreira, a cláusula de barreira não era para outra coisa, que está lá aprovada na Câmara Federal de 3% no mínimo em 14 Estados da Federação. Tudo bem, que venha, mas o objetivo da cláusula de barreira nada mais era do que acabar com o PCdoB, com a Rede Sustentabilidade e com o PSOL, que são três partidos que vêm crescendo na política brasileira. Então, nesse contexto, eu volto aqui a parabenizar, eu vou até pedir licença para sair porque hoje nós fazemos parte do fórum estadual de defesa dos direitos dos trabalhadores da Frente Brasil Popular. Nós estamos com a manifestação na praça, pedindo 'Fora Temer e Diretas Já', que essa reforma, toda reforma, sabe João, está suspensa lá. E essa reforma que eles querem, política, inclusive é o seguinte, é ter eleições agora para presidente, mas eleição direta, então já é uma reforma política, viu doutor, já é uma reforma. Nós queremos Diretas Já, nós queremos entregar o poder central da República brasileira para o povo. Então nós vamos às ruas para exigir isso. É tanto que não é brincadeira, João Paulo, senhores e jovens que estão aqui, eu estou lendo agora a

tarde, está nas redes sociais, em vários jornais do País que o próprio Gilmar Mendes teve envolvimento tanto com o Temer como com Aécio no sentido dessa questão da legislação eleitoral da reforma política. Então a coisa extremamente temerosa porque você está..., a República brasileira está numa crise institucional tão profunda que está mergulhado o Judiciário, o Executivo e o Legislativo.

Portanto, quero mais uma vez parabenizar, agradecer a vocês porque essa forma de evento que educa e pedagogicamente vai elevando o nível de consciência da sociedade brasileira. É pena que só tem um deputado aqui, é pena que só tem uma vereadora dos 21 que estão lá, porque eles também não têm nenhum interesse. Se tiver a reforma política e só tiver 05 partidos acaba o resto todinho e eles vão procurar um para se acomodarem, entendeu? Agora, ideologicamente não vai representar nada. Muito obrigado e valeu à pena.

O SR. JOÃO PAULO (Mediador) – Agradeço ao Professor Pantera, um ativo militante das causas sociais, políticas do nosso Estado. O Professor Pantera, como bem colocou o Pimenta de Rondônia, está na militância partidária do PCdoB há mais de 20 anos aqui no Estado de Rondônia, é um símbolo de militância partidária aguerrida. Muito obrigado, Professor, pela sua participação.

Por favor, Sandreia, acadêmica de Ciências Sociais e militante do Partido Comunista do Brasil, faça uso da palavra.

A SRA. SANDREIA COSTA – Boa tarde a todas e todos. Eu gostaria de cumprimentar a Mesa aqui em nome da Marina, bebezinha de um mês que está aqui junto com a Roberta participando desse debate. Já vai crescer compreendendo a política e a nossa participação. Gostaria de cumprimentar o Deputado Léo Moraes e o Professor João Paulo, enfim, o Deputado que traz essa propositura de fazer um debate acerca da reforma política em meio ao caos político que nós vivemos. Nós vivemos uma crise de representatividade política no País muito séria, muito grave e nós precisamos debater e discutir porque senão a gente acaba sendo levada pelo bojo das mídias sociais que vão cada vez desmoralizando e enfraquecendo a nossa democracia. Eu acho que nós precisamos levar em conta esse debate da reforma política quando nós olhamos para as casas legislativas, das Câmaras Municipais, passando pelas Assembleias Legislativas e chegando ao Congresso Nacional, com uma representatividade extremamente baixa. As mulheres são 54% da população brasileira, no Congresso Nacional elas representam apenas 8%; aqui na Assembleia Legislativa acho que só tem uma ou nenhuma?

O SR. JOÃO PAULO VIANA (Mediador) – Uma, no momento.

A SRA. SANDREIA COSTA – Uma, e na Câmara Municipal temos 04 parlamentares, e a gente ainda vê na concentração das Mesas Diretoras das Casas Legislativas uma participação mínima das mulheres. Quando nós vamos para outros partidos políticos, vou falar isso porque conheço, sou militante do Partido Comunista do Brasil há alguns anos, mais de 12 anos, iniciei ainda no movimento estudantil. No nosso partido, por exemplo, que é o PCdoB, nós temos hoje, depois que o PCdoB completou quase 100 anos de idade, a primeira mulher Presidenta do partido, por quê? Presidenta do Nacional, que é a Deputada Luciana Santos, nosso partido tem a maior bancada feminina do Congresso Nacional e, nós temos uma grande dificuldade da participação das mulheres na política, porque é

cultural. A gente só conseguiu votar a 80 anos. Há 84 anos as mulheres têm direito de votar no Brasil, imagine participar dos processos de discussão da sociedade, de todos eles. Então, nós precisamos começar a reforma política, e aí o professor João Paulo provocava, nos provocava lá na UNIR, a falar acerca da lista fechada. O PCdoB vem fazendo um debate há mais de 10 anos, acerca da lista fechada com alternância de gênero. Porque nós precisamos, as pessoas precisam compreender que elas não votam na pessoa, elas votam naquilo que aquele partido representa no parlamento. Então, a gente vê que a maior crise, umas das maiores, não é a maior, mas umas das maiores crises que a gente está vendo agora acontecer, os partidos maiores, que têm as maiores bancadas no Congresso Nacional são os principais envolvidos nesse tipo de corrupção. Então é preciso ampliar a participação.

Nós apoiamos a lista alternância, desde que elas tenham essa alternância de gênero. Alguém falava comigo sobre: 'vocês concordam com a lista fechada?' – Sim! Desde que, ela seja uma lista, não na forma, nos moldes que é colocada nesse momento em que o Brasil vive essa eclosão'. E eu posso dizer, esse momento de golpe. Porque se 55 milhões de brasileiros que votaram em uma chapa, em uma presidenta, eles não têm o seu voto validado por um Congresso Nacional, eu não posso falar o que eu acho, mas... É esse Congresso Nacional que a gente tem visto e retiram sem provar, só com a história da Pedalada da Fiscal, enfim, sem provar. Isso quer dizer que a democracia realmente está golpeada e que nós precisamos valorizar a democracia. E constitucionalmente, a gente vê que os nossos direitos constitucionais vão sendo tolhidos, e a gente vê que os debates vêm sendo feito às coxas. Se você olhar, o Congresso Nacional fez uma enquete perguntando se as pessoas concordavam com as reformas. São quase unânimes, mais de 70% dos que votaram não concordam e as reformas estão sendo aprovadas. Isso quer dizer que não está representando a maioria do povo, está representando os interesses desses que estão no Parlamento e que não representam a maioria da população.

Então, o voto fechado em lista é necessário para que as pessoas compreendam, porque virou moda você ir lá e se desfazer da participação política através dos partidos políticos. Só que nós não podemos nos esquecer que morreram muitos para que hoje nós tivéssemos o direito constitucional de se organizar no partido que eu entender ser certo, de direita, de esquerda, de centro, mas que represente os meus anseios como cidadão, que represente meus anseios como cidadão que participa desse processo eleitoral. Eu acho que há necessidade de fortalecer os partidos ideológicos. Porque quando o Pantera falou, falou uma coisa interessante, quando começa o financiamento privado das campanhas no Brasil, começa a corrupção. Então não é uma moda que inventaram há 05 ou 10 anos, 20 anos atrás, é algo que vem se arrastando por muitos e muitos anos. Então nós defendemos que exista o Fundo, não é o Fundo partidário, um Fundo de financiamento público, porque ele dará igualdade na participação das pessoas. Só para vocês terem uma ideia, há dois anos, três anos atrás, a gente discutia a participação das mulheres, a gente discutia as cotas de gêneros, porque não é cota de mulher, se tiver mais mulheres do que homens, a cota é de gênero, então vai ter a participação através da cota. Então é preciso compreender que isso não é uma disputa de homens contra as mulheres, mas uma luta para que a participação seja igualitária, que seja uma participação que represente todos os anseios das mulheres, dos homens, enfim, da sociedade.

Por último eu queria... Que foi um debate, que a gente fez na UNIR, nesses últimos dias, a questão da participação dos negros. Quantos negros nós vemos no Congresso Nacional, nas Casas Legislativas? Quantos índios, quantas mulheres, quantos professores? Agora, quantos ruralistas nós temos visto no Congresso Nacional, fazendo tudo que a gente tem visto e enlameando cada dia mais o Brasil, que tem um histórico de ser um País que luta pelos seus anseios e pelos seus interesses.

Eu vou encerrar, porque eram somente 05 minutos, eu estava contando. Mas agradecer o momento dessa participação, dizer que é importante estar aqui e provocar os meus colegas ali do Curso de Ciências Sociais, futuros cientistas políticos que venham aqui fazer uso da palavra porque é importante a nossa participação. Muito obrigada.

O SR. JOÃO PAULO VIANA (Mediador) – Agradeço à Sandreia Costa, que é bacharel em Letras e acadêmica em Ciências Sociais, militante do Partido Comunista do Brasil.

Bom, neste momento eu desfaço, então, a Mesa. Peço que a Dra. Érica Gerhardt, Presidente do Instituto Eleitoral de Rondônia continue para que possa convidar os demais participantes da primeira mesa-redonda desta Audiência Pública. Muito obrigado a todos.

A SRA. ÉRICA GERHARDT (Mediadora) – Boa tarde a todos. Inicialmente eu gostaria de agradecer a iniciativa do Deputado Léo Moraes por mais uma vez promover o debate sobre a reforma política nesta Casa. Para a mesa-redonda sobre o debate da reforma política, eu gostaria de convidar os participantes da Mesa, Dr. Fabrício Jurado, Conselheiro Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Rondônia; Dr. Juacy Santos Loura Júnior, Vice-Presidente do Instituto de Direito Eleitoral de Rondônia e membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político – ABRADep e o Dr. Demétrio Justo Laino, Secretário Geral do IDERO e membro também da ABRADep.

Nesta incumbência de Presidente de Mesa, eu já gostaria de colocar aos participantes deste debate os seguintes questionamentos: é necessária reforma política? Será que a reforma política que se propõe tem que ser tão radical como se propõe? Porque nós temos no texto da reforma em debate no Congresso, a alteração de vários tópicos: coincidência das eleições, a propositura das listas fechadas, estabelecimento do sistema eleitoral no voto distrital, o financiamento exclusivamente público. E, com base nisso, a gente vai debater e trazer aos presentes nesta Audiência, aquilo que efetivamente se considera, pela Academia, o que seria melhor para o sistema político.

A OAB tem uma Comissão que está debatendo esse tema lá e eu gostaria de passar a palavra para o Dr. Fabrício para ele poder trazer a posição da OAB Nacional a respeito da reforma política.

O SR. FABRÍCIO JURADO – Boa tarde a todos. Gostaria de cumprimentar aqui os membros da Mesa, Dra. Érica, presidindo aqui; Dr. Demétrio Justo; Dr. Juacy. Deputado Léo Moraes, muito obrigado pelo convite, é uma honra participar deste evento tão importante, é uma honra estar aqui na Casa do povo. Também o Dr. João Paulo, Professor João Paulo, obrigado também pelo convite.

Primeiramente eu gostaria de falar então em nome da OAB, da Ordem dos Advogados do Brasil, como Conselheiro Federal e membro da Comissão de Reforma Política. A OAB tem uma preocupação muito grande com esse momento que

nós estamos vivendo agora no País e o ano passado a OAB, o Presidente Nacional da OAB, Cláudio Lamachia, nomeou uma Comissão Nacional de Reforma Política para debater temas relevantes da sociedade brasileira. E essa Comissão, eu faço parte dessa Comissão, juntamente com o Presidente dela, que é o Pedro Henrique lá de Pernambuco, Conselheiro Federal; o Professor Paulo Roberto Medina, Medalha Rui Barbosa, que é um jurista muito conhecido em Minas Gerais; Professor Siqueira Castro, Rio de Janeiro; a Juliana Nepomuceno que é de Minas Gerais e o Ary Raghiante que é do Mato Grosso do Sul. São grandes juristas, pessoas que atuam na área do Direito Eleitoral e nós estivemos reunidos no ano passado, discutindo a reforma política e foi apresentada essa proposta que a Comissão analisou no começo do ano, numa sessão do Conselho Federal lá em Brasília. O Conselho Federal, para quem não conhece, é composto por três Conselheiros Federais por Estado, são 81 Conselheiros. É como se fosse o Senado da Advocacia brasileira. Então, cada Estado tem 03 representantes lá em Brasília e eu vou falar um pouquinho dos temas, do que foi aprovado pela OAB.

Realmente, como a Doutora Érica falou, a proposta do Deputado Vicente Cândido do PT de São Paulo, é uma proposta muito grande, muito abrangente e a OAB ficou muito preocupada em querer abraçar tudo. Nós achamos que não adianta também fazer uma reforma política grande que não vai resolver o problema da sociedade brasileira. Aliás, quando nós estivemos reunidos lá em Brasília, fizemos uma Audiência também pública e estavam presentes membros do Judiciário, os Ministros do STF, do STJ, Membros do Ministério Público Federal, todos os Presidentes de partidos políticos estavam lá presentes. E o que se percebeu é que se tenta fazer uma reforma política no Brasil desde a Constituição de 1988 e não se consegue chegar a um resultado, porque você imagina são várias ideologias, vários partidos políticos. Então não adianta querer fazer uma proposta ampla que não vai passar, quando chegar lá na Câmara dos Deputados, a discussão vai ser tão grande que vão acabar cortando a maioria dessas propostas, no Senado da mesma forma. Então, a OAB optou por abraçar causas que realmente seriam necessárias neste momento.

Então, no relatório da Comissão nós acabamos encampando a ideia da PEC 151. Essa PEC é de autoria do Senador Ricardo Ferraço, do Espírito Santo e do Senador Aécio Neves. Essa PEC já foi aprovada em dois turnos no Senado e hoje ela está na Câmara dos Deputados. Essa PEC trata do final das coligações e a cláusula de desempenho dos partidos. Então, a OAB ela é totalmente favorável e ela vai apoiar essa PEC.

Primeiro, o fim das coligações nós entendemos é importantíssimo porque hoje em dia, como vocês sabem, nós votamos no voto de legenda e o que acontece que tem aquele famoso efeito Tiririca, tem os puxadores de voto e acabamos elegendo pessoas que nós nem conhecemos justamente por causa do quociente eleitoral. Então, com o fim das coligações isso vai acabar. As pessoas que votarem no seu candidato, eles terão o voto real e será eleito quem tiver mais voto. Então, eu acho que será uma ótima, já é uma ótima mudança para o sistema eleitoral. Há uma ressalva porque na proposta dos Senadores, que agora está na Câmara para aprovação, essa proposta só entraria em vigor em 2022 e a OAB defende que já entre a partir das eleições do ano que vem, em 2018. Contudo, para que isso aconteça essa PEC tem que ser aprovada até um ano antes das eleições. Então, tem que ser aprovada agora, até setembro, final de setembro para poder valer

no ano que vem. Então, com todo esse turbilhão nós não sabemos se vai passar.

Com relação à cláusula de barreira, que é aquela cláusula que diz o seguinte: os partidos que não obtiverem 2% dos votos válidos em todo o território nacional para Câmara Federal; 2% dos votos no mínimo em 14 Estados da Federação, não vão poder ter acesso ao Fundo Partidário, não vão poder participar da Mesa Diretora da Câmara Federal, não vão poder participar das Comissões permanentes. Enfim, é uma cláusula que restringiria a participação de alguns partidos políticos, inclusive reduziria de 35 partidos para mais ou menos 12 partidos. Eu particularmente sou contra essa cláusula de barreira, mas depois eu vou falar um pouquinho mais à frente, sem ser como líder, membro da OAB, mas como cidadão brasileiro.

Então, com relação a esses dois temas a OAB é totalmente favorável e vai apoiar. Já está apoiando essa PEC, agora vamos ver se a Câmara vai conseguir aprovar até o prazo que está aí.

Com relação ao tema do debate hoje, que é a lista fechada, a princípio nossa Comissão aprovou o voto distrital misto, que seriam 50% dos votos destinados aos distritos e 50% dos votos para lista fechada. Eu também sou muito simpático a esse modelo, é o modelo alemão, já foi testado em alguns lugares, conversei até com o Professor Paulo Roberto Medina, o Siqueira Castro, todo mundo é muito sensível a isso, todo mundo gosta muito desse modelo. Contudo, na hora que nós apresentamos essa proposta para o plenário do Conselho Federal houve uma grande divergência. Os Conselhos Federais, apesar de também acharem que é um modelo muito interessante, um modelo que poderia dar certo no Brasil, mas todos acham que não é o momento. Nós vivemos um momento muito difícil no Brasil e testar um modelo no Brasil de voto distrital misto não seria muito bom, pelo seguinte motivo: o voto distrital, como ele é 50% dos distritos e 50% lista fechada, essa parte da lista fechada é o que nos preocupa. Porque nós acreditamos que, talvez, os políticos que querem aprovar o sistema de lista fechada único poderiam se aproveitar desse momento que a OAB está apoiando esse sistema. E por que nós não apoiamos a lista fechada? Primeiro, os líderes partidários que iriam escolher os representantes, então os primeiros da lista. Isso não seria bom porque ele ia acabar gerando aí o caciquismo político, só seriam eleitos os líderes partidários.

Eu vou até ler aqui um trecho de algumas manifestações aqui, de alguns membros da Comissão. Uma delas é do Professor Siqueira Castro que diz o seguinte com relação à lista fechada: "Inexistentes essas condições penso que a lista fechada poderá se transformar em uma perversa falácia e favorece interesses espúrios, além do caciquismo, do nepotismo e da comercialização de interesses, quiçá a corrupção, ao ensejo das convenções partidárias que laboram e aprovam as listas fechadas". Então, ou seja, os líderes partidários vão colocar nessa lista quem eles querem e vão eleger quem eles querem. Então, não seria uma forma democrática para a política brasileira.

Outra opinião também que foi do Professor Paulo Roberto Medina, que é medalhista Rui Barbosa, um grande jurista, ele diz o seguinte: "Do ponto de vista conjuntural, entretanto, a lista atenderia a outros objetivos ou, mais precisamente, serviria de biombo para que notórias figuras atingidas pela Operação Lava Jato se elegessem a sorrelfa. Além do que o sistema partidário atual, não tem autenticidade e enseja o domínio de caciques, que teriam o controle da formação da lista. Enfim, a lista, no momento, é algo estigmatizado e inaceitável".

Outro também que se manifestou com relação a isso na Comissão Especial de Reforma Política da Seccional OAB de São Paulo, também o Professor muito conhecido Ives Gandra, ele diz o seguinte na sua manifestação também com relação à lista fechada: "Não se pode cogitar em lista fechada sem estar a ela associado o voto distrital. A lista fechada pura e simplesmente, sem considerar a divisão distrital proporcional ao número de eleitores, inevitavelmente deixará várias regiões sem representação política no Congresso Nacional. O voto em lista fechada caracteriza por natureza ideológica, ao passo que o número de partidos existentes no modelo brasileiro, 35 agremiações partidárias, das quais 28 com assento no Congresso Nacional impedem a identificação clara de qualquer ideologia partidária para o eleitor. A grande maioria dos partidos brasileiros não tem perfil programático e ideológicos claros". E, finalizando, ele diz: "O voto em lista fechada, segundo estudos apresentados pela Universidade Yale, nos Estados Unidos, estão associados aos mais altos níveis de corrupção, não é, portanto, condizente com o presidencialismo de coalizão existente no Brasil".

Portanto, levando em consideração esses estudos, essas manifestações de vários juristas do Brasil, a OAB se manifestou então totalmente contra a lista fechada, por esses motivos que acabei de elencar.

Agora, voltando um pouquinho, agora saindo um pouco da OAB, agora como cidadão brasileiro, como até líder partidário, que já fui Presidente do Partido Novo, um partido liberal, eu me considero um aprendiz de liberal assim como o Dr. Márcio Melo, está aqui também, a gente discutiu muito, o meu amigo Augusto Pellúcio, que hoje é o Presidente do Livres, que é um partido de liberais, defende muito a redução do tamanho do Estado, redução de carga tributária, enfim.

Um ponto que me incomoda muito, falo como cidadão brasileiro, o Fundo Partidário. Eu acho que o Fundo Partidário é um absurdo. Hoje gasta-se mais ou menos R\$ 800 milhões, quase um bilhão para bancar aí 35, sendo que os partidos que ganham a maior bolada são os maiores, que são o PT, PSDB enfim. E não há muita fiscalização com relação a esse dinheiro; é um dinheiro público, dinheiro nosso, dinheiro dos pagadores de impostos que financiam partidos. Para vocês terem uma ideia tem partido político que já comprou helicóptero com esse dinheiro, já comprou avião. Enfim, eu acredito que os partidos políticos deveriam viver dos seus apoiadores, dos seus filiados. Então, se você gosta da causa do partido A, B, C, D ou do partido vermelho, amarelo, azul, seja lá qual a sua ideologia, você contribua para o seu partido da forma como você quiser, seja ela através de uma mensalidade, não sei, mas, não através do dinheiro público, dinheiro nosso. Por qual motivo que o meu dinheiro, do pagador de imposto tem que financiar, por exemplo, o partido A que não tem nenhuma ideologia parecida com a minha? Então, eu penso que acabar com o Fundo Partidário já eliminaria o grande número de legendas. Hoje são 35 partidos e já tem 40 partidos na fila no TSE para aprovação. Para vocês terem uma ideia tem até o Partido do Corinthians, nada contra os corinthianos, também deve ter do Flamengo também, mas virou uma loucura. E essas legendas querem esse dinheiro, que é o dinheiro público, para viverem disso. E, além disso, quando chega às eleições esses partidos acabam vendendo seu tempo de televisão enfim, usam o partido para, de alguma forma, ganhar algum tipo de dinheiro, alguma vantagem. Portanto, eu acho que se nós conseguíssemos aprovar, acho muito difícil passar isso porque quem está no poder, os políticos não vão querer acabar com o Fundo

Partidário, jamais. Mas se nós conseguíssemos acabar com o Fundo Partidário, se os partidos sobrevivessem dos seus apoiadores, acho que seria um grande começo. Muito obrigado.

A SRA. ÉRICA GERHARDT (Mediadora) – Obrigada, Dr. Fabrício. Só fomentando um pouco o debate, que eu acho até vai ser abordado pelo Dr. Demétrio, se a lista fechada, a adoção da lista fechada não seria viabilizada por conta para acabar com os tais puxadores de voto, se nós fortalecêssemos a democracia interna dos partidos. Aí até um questionamento que a gente faz com relação a isso porque, como a Sandreia falou aqui também, nós não temos mulheres participando da política porque muitas vezes elas não conseguem acessar os cargos de direção partidária. Talvez essa reestruturação, essa reformulação com o fortalecimento da democracia para que todos os filiados pudessem realmente acessar os cargos de direção, eliminaria essas diferenças, não só para as mulheres, mas para que todos os filiados realmente pudessem acessar os cargos de direção, e poderem ter os seus nomes em disputa numa campanha eleitoral.

Mas eu vou deixar agora a palavra com o Dr. Demétrio para ele fazer a abordagem sobre a democracia.

O SR. FABRÍCIO JURADO - Só para fazer uma, concordo plenamente com isso. Eu acho importante porque o que se vê hoje no Brasil é que os partidos são praticamente os familiares, porque o Presidente do partido é um Senador da República, o filho é o tesoureiro, a esposa é a Secretária Geral, enfim, acaba sendo meio que familiar os partidos. Então, nós temos que acabar com isso mesmo, tem que envolver todo mundo mesmo, os filiados precisam participar. Eu acho que primeiro precisa fazer, modificar a estrutura dos partidos para depois pensar numa lista fechada. Eu acho que tem de começar de baixo para cima.

A SRA. ÉRICA GERHARDT (Mediadora) - Fortalecer o ator principal do nosso sistema eleitoral que é o partido político, a nossa Constituição trouxe o partido político como o ator principal. Então nós não podemos simplesmente acabar com o partido político, mas sim fortalecê-los e a democracia interna dos partidos eu acho que é um ponto fundamental. Mas eu vou deixar o Dr. Demétrio abordar o tema com mais propriedade.

O SR. DEMÉTRIO LAINO JUSTO – Senhora Presidente desta mesa-redonda, quero cumprimentar inicialmente o Deputado Léo Moraes e me congratular com ele pela excelente iniciativa de, numa sexta-feira, promover esse tipo de debate em que só enriquece e isso que amadurece justamente o eleitorado brasileiro e no despertar da consciência. Assim como também quero cumprimentar o Dr. Adolfo Naujorks, aqui representante do Poder Judiciário, os estudantes e plateia pela disposição em vir, essa determinação em querer conhecer mais estimular o debate e estimular o debate e ter mais conhecimento. Assim como a senhora Vereadora Cristiane Lopes, os advogados aqui presentes, senhores jornalistas, e os representantes da OAB também, colega Fabrício, e o Márcio.

Bem, quando se fala, o aspecto que eu vou abordar mais aqui, é mais relativo a partido político. Então vejam só, se nós fizermos uma pequena retrospectiva, pegando do ciclo militar para cá, tão logo eles assumiram o poder, já com o Ato Institucional nº 2, extinguíram todos os partidos criando apenas dois. Isso por si só já podemos considerar como uma reforma partidária. Depois, a cada eleição que houve, das que

eram possíveis à época, também se criavam regras próprias para aquele pleito. Então vamos supor, se avançar um pouco mais para não nos restringir nós podemos ter por ideia, por exemplo, as eleições de 1974, quando o partido da situação teve um grande revés. Já em 1977 houve aquele que ficou conhecido como 'Pacote de Abril', quando se instituiu o senador biônico, além de outras regras que restringiam a ampliação dos votos da oposição. Depois, já quando se iniciou a abertura também, em 1982, com a volta das eleições para Governador, tinha as suas regras. Em 1985, com as eleições para os Prefeitos das capitais e das cidades tidas como de segurança nacional como as estâncias hidrominerais e as cidades de fronteiras. Depois, em 1986, de novo, com campanha para Governador, Senador, Deputado. Em 1988 para Prefeito, 1989 as primeiras eleições presidenciais. Em 1990 de novo, para Governador, para o Senado e para o Congresso Nacional. E todas, até que veio a Lei das Eleições, visando justamente para que se coibisse essa questão de toda eleição ter que ter o seu regimento próprio e também acabou se mostrando não efetivo por quê? Porque até hoje, a cada eleição, se está falando novamente em reforma eleitoral. Nós acabamos de discutir, há dois anos, a reforma eleitoral, há quatro anos, há seis e assim por diante. E, ao que tudo indica, daqui a dois anos nós também estaremos discutindo a nova reforma eleitoral para as eleições de 2020.

Então como é que se vê isso? O que se que vê é que, como o professor Francisco Batista, o Pantera já se manifestou; D. Fabrício acabou de falar, assim como outros interlocutores, a cerne da questão nos parece estar dentro do partido político, dentro da sua democracia partidária, por quê? Porque o partido, da maneira como ele é constituído e ele se mantém, é justamente com o dono, entre aspas, o cacique. Ele elege, como se falou, seus familiares, ele tem os seus correligionários de confiança que se mantêm em cargos estratégicos e em toda eleição ele que acaba dando as cartas dentro das questões internas partidárias para abrir espaço para quem quer que seja. E assim, quem se sente preterido, quem não consegue espaço se vê na contingência de montar outro partido e assim se constitui. Tanto que hoje se tem 35 partidos oficiais no Brasil, 28 com representação no Congresso e mais de 200 pedidos no Tribunal Superior Eleitoral para autorizar a funcionar como partido político.

Então o que acontece? Se não houver mecanismos que determinem uma democracia interna, como até mesmo, por exemplo, a restrição de se manter dirigente partidário para que haja um rodízio efetivo entre os filiados desses partidos para que se oxigene essa democracia, talvez inibisse mais a criação de tantos partidos; assim como depois as consequências, como as tais barreiras para fazer com que os partidos ditos nanicos ou pequenos fiquem fora. Dentro desse aspecto da democracia partidária haveria sim o fortalecimento partidário. Então quando se questiona a tão baixa filiação partidária, tão baixa participação popular nos partidos, se dá justamente por isso, porque quem se filia acaba tendo inibida a sua participação e não se sente estimulado para continuar participando uma vez que não vai passar de mero figurante numa convenção ou quando assim o partido o exigir.

Então desta forma o filiado teria mais interesse em participar politicamente, por quê? Porque a democracia se faz com partido. Sem o partido as eleições e a representatividade fica de maneira débil, tanto que a candidatura avulsa não é admitida no nosso sistema eleitoral e os partidos devem sim ser fortalecidos. E para serem fortalecidos é importante que

haja mudanças na maneira com as quais o regramento hoje os disciplinam.

Então, Sra. Presidente, na minha opinião seria isso, fortalecimento do partido através da democratização com mecanismos para que houvesse um revezamento de forma a impedir que dirigentes se tornem donos e eternos imperadores dentro dos partidos, que aí sim se inibiria a criação de novos partidos, que nem sempre tem uma força suficiente, se permitiria a filiação onde este cidadão efetivamente teria uma participação política por conta de se ouvido, porque as instâncias partidárias iriam ter que trabalhar com esse filiado, uma vez que ele teria um papel importante na estrutura partidária. E assim, dentro da reforma eleitoral, vejo que nessa célula do sistema eleitoral chamada partido político é que se tem que promover alterações para que a partir daí, sim, se tenha condições de se promover as mudanças e definitivamente se ter regra eleitoral que não precise a cada eleição ter que ser alterada, por quê? Porque a cada eleição, dependendo da conveniência daqueles que detêm o poder dentro dos partidos políticos é que se quer impor regra.

Então, por exemplo, só para citar a questão da lista fechada. Nunca se falou, poucas vezes que vieram à tona, se veio, logo perdeu a força, tirando a questão do Partido Comunista do Brasil que discute isso há pouco tempo e tem uma visão muito própria da questão, mas hoje o único interesse da lista fechada é justamente porque a maior parte dos dirigentes partidários, dos caciques estão com problema na Justiça Eleitoral e tem pouca probabilidade de viabilizar as suas candidaturas nas próximas eleições e com a lista fechada se vê uma possibilidade de continuar com mandato parlamentar. Então, quer dizer, hipocrisia pura! Não se está tratando aqui de uma proposta de lista fechada por mera democracia ou enriquecimento ou amadurecimento do nosso sistema eleitoral, mas simplesmente uma conveniência de poucos que na iminência de serem excluídos do processo eleitoral por conta de comportamentos e infringências às normas eleitorais, se vêm para ficar fora, querem mudar a regra por conveniência própria.

Então, dentro desse tema todo entendo que o fortalecimento dos partidos sim, mas como? Através de mecanismos que permitam a efetiva participação dos seus filiados, pois aí sim haverá o estímulo do cidadão se filiar a um partido político por conta de saber que de uma maneira ou de outra ele vai ter uma participação de alguma maneira. Esta é a minha participação, Sra. Presidente. Muito obrigado.

A SRA. ÉRICA GERHARDT (Mediadora) – Obrigada Dr. Demétrio. Antes de dar a palavra ao Dr. Juacy, eu gostaria de convidar o Vice-Governador Dr. Daniel Pereira, que está presente aqui na Assembleia, para compor a Mesa. Eu gostaria de solicitar ao Dr. Juacy Loura, que pudesse acompanhar o Vice-Governador até aqui.

Então, enquanto ele chega, nós vamos passar a palavra para o Dr. Juacy, para apresentar suas considerações sobre a reforma política.

O SR. JUACY DO SANTOS LOURA JÚNIOR – Boa tarde senhora Presidente, Dr. Érica Gerhardt, na pessoa de quem saúdo todos os membros desta Mesa; também quero saudar o nobre Vice-Governador Daniel e convidá-lo a participar da Mesa neste momento; convidar, falar com meu querido amigo Adolfo Theodoro Naujorks Neto, prazer em tê-lo aqui; aos colegas advogados que estão aqui na pessoa do Dr. Márcio Mello; Dr. Manoel Veríssimo; Tales Mancebo; dos políticos, Deputado Léo

Moraes e da Vereadora Cristiane Lopes que aqui está; dos jornalistas, citar meu o amigo, além dos jornalistas da Casa, meu amigo Léo Ladeia.

Eu pretendo falar, senhora Presidente, se quiser até cronometrar, e pode ser que eu passe um pouco do tempo, então quando chegar perto a senhora já me avisa que é para eu não falar tanto.

Mas falar sobre reforma eleitoral e reforma política é falar sobre um tema que, como disse o Dr. Fabrício, pelo menos desde a nossa Constituição vem sendo falado ano após ano. E primeiro dizer que cada um que está aqui, com certeza, ainda aqueles que estudam a matéria de direito eleitoral, ciências políticas, certamente vão ter uma reforma eleitoral de estimação, certamente vai ter algum ponto da reforma que ele pensa diferente. E aos queridos alunos que aqui estão nos ouvindo neste momento, vocês também, já na graduação, certamente já têm um posicionamento a respeito de qual será ou qual seria uma reforma eleitoral, uma reforma política na visão de cada um.

E 'nunca', é uma palavra muito forte, mas certamente essa convergência, no que vem a ser uma reforma eleitoral, de que abranja interesses diversos, multifacetários, pluripartidários, enfim, às vezes não tão republicanos, enfim, que possa agregar a todos, é muito difícil. Daí porque o Brasil vive, na verdade, pequenas reformas e vem sendo assim adjetivado mesmo, como minirreforma eleitoral de 2013, de 2015, agora de 2017. Importante dizer, também, que nessas minirreformas geralmente se coloca tudo aquilo que ainda não foi colocado em prática numa eleição municipal. Ou seja, as eleições municipais servem de laboratório para uma eleição geral, sempre. Foi o que aconteceu no ano passado, e querem agora, talvez, ampliar, melhorar a situação para 2018. Só que agora vem, eu conversava isso agora com o Deputado Léo Moraes, vem um grande questionamento: este Congresso, tanto do Senado, quanto da Câmara dos Deputados, neste momento, com todo esse alvoroço político que estamos a viver, será que teria legitimidade para propor uma efetiva reforma eleitoral? Interrogação. Quais seriam os pontos de convergência que essa reforma eleitoral realmente poderia e deveria, e deve trazer para que seja implementado para as eleições de 2018? Talvez, talvez, de tudo que foi dito até agora aqui, Dr. Fabrício, Vossa Excelência trouxe um ponto fundamental, que há, talvez, uma convergência nesse sentido, que é o fim das coligações, que já foi inclusive aprovada essa PEC no Senado, está em discussão na Câmara dos Deputados. Afora isso, todas aquelas outras, todos aqueles outros assuntos de lei infraconstitucional, que é a proposta da Comissão da Câmara dos Deputados, trazendo inovações, por exemplo, como o Fundo de Financiamento da Democracia, o FFD, seria um fundo tal qual o fundo partidário, no entanto sendo utilizados 2% igualmente para todos os partidos políticos e os outros 98% somente para aqueles partidos políticos que efetivamente conseguissem eleger representantes que estivessem na Câmara dos Deputados, seria uma inovação.

Financiamento público de campanha que sempre vem, e ao longo desse tempo para cá, pelo menos de 2014 para cá, é o 'calcanhar de Aquiles' de tudo aquilo que se fala em corrupção no Brasil. Só que, no entanto, eu penso diferentemente, talvez, uma pouca das vozes que fale nesse sentido, eu penso que o financiamento privado deve continuar. Ele não deveria continuar daquela forma que estava, porque era uma verdadeira prostituição de valores que uma empresa poderia doar para vários partidos ao mesmo tempo, desde que estivesse dentro dos limites de doação.

Eu penso que se deveria continuar com o financiamento privado, inclusive de empresas, se colocando um teto nominal e não em percentual, como se colocava anteriormente, do faturamento, 2% do faturamento da empresa. Isso poderia ser nominal e mais, se vedar que aquela empresa fizesse várias doações, para vários partidos políticos ao mesmo tempo. Ela tinha que escolher lado, ela tinha que escolher quem de fato ela iria apoiar e não fazer essa substituição de financiamento, que se fazia. Doava-se para todos, porque na verdade não era uma doação e sim investimento, porque lá na frente podia ter, como de fato a gente está vendo agora, ter retorno. O que também muita gente critica, e eu vejo isso como muito salutar, que foi através do financiamento privado, através das prestações de contas, com o encontro de dados, foi que a Operação Lava Jato pôde levantar aquilo que os partidos políticos tinham recebido de doação dessas empresas. Foi através das prestações de contas na Justiça Eleitoral, advindo do financiamento privado, e pouca gente fala disso, Deputado, foi que a sociedade brasileira pôde perceber e pôde aferir aquilo que de fato vinha como doação verdadeira ou se vinha como propina. Isso tem se falado pouco.

Nós tiramos a partir do fim do financiamento privado uma possibilidade de que o Poder Público, o Ministério Público, a Justiça Eleitoral e os mecanismos outros de fiscalização, que eu penso que a OAB deveria também estar dentro desse sistema como um membro oficial, que hoje está fora, que é somente a Justiça Eleitoral e o Ministério Público, a gente não tem como aferir a partir do momento que se proibiu o financiamento privado de campanha. O financiamento privado continua a partir da doação de uma pessoa física, desde 2014 para cá, com a revogação do artigo 81 da Lei 9.504, somente pessoa física pode doar, 10% do que ela declara no Imposto de Renda. Também penso que esse valor deveria ser nominal, que esse valor... Porque 10% do Imposto de Renda do Juacy é uma coisa, do Dr. Márcio com certeza é outra coisa totalmente diferente, é uma pequena fortuna somente esse percentual de poderio de financiamento. Então, a gente precisa, talvez, colocar isso numa situação em que não haja percentual, mas haja valor nominal.

A proposta do Deputado Relator traz três tipos de financiamento público. Na verdade, três formas do mesmo financiamento público: seriam dois salários mínimos para uma pré-campanha, dois salários mínimos para uma campanha de primeiro turno e outros dois salários mínimos para uma campanha de segundo turno. E aí faz alguns cálculos, traz algumas situações que eu entendi um tanto quanto confusas. Sinceramente eu acho que esses seis salários mínimos poderiam ser utilizados de uma forma mais geral e dizer que quem pode doar, pode doar até, sei lá, seis salários mínimos ou cinco salários mínimos, enfim, dentro daquela realidade. E por quê? Porque hoje, neste momento, há de fato uma possibilidade, muita gente tem esquecido que foi a mudança do artigo 36-A pela 9.504, através da 13.165, de 2015, que é instituto da pré-campanha. Tem muita gente que de fato vai ser candidato o ano que vem e que ainda não vem utilizando esse instituto da pré-campanha como deveria. Primeiro porque há muitas incertezas, o que pode e o que não pode, esse é o primeiro ponto. Qual o critério de utilização de aplicação de recursos numa eventual pré-campanha, se ainda não há de se falar em candidatos, mas apenas candidatos que possivelmente que estarão disputando eventuais cargos. Mas eu penso que é uma situação que o Congresso Nacional poderia discutir e poderia trazer a lume isso para que a gente pudesse de fato, já nas eleições de 2018, aplicar, por quê? Digo isso, Dr. Adolfo, talvez já na sua

saída do TRE, mas ainda quando nós estávamos por lá, ano passado nós tivemos muitas dúvidas a respeito do que poderia se fazer na pré-campanha. Dr. Márcio acompanhou esse debate conosco, 'será que pode aquele link patrocinado no período de pré-campanha?', porque no período de campanha efetivamente não se pode. Então são várias situações que talvez o Congresso Nacional deveria se debruçar e trazer isso mais minuciosamente detalhado, ao invés de estar falando coisa que é mais do mesmo, diga-se de passagem, a questão da unificação das eleições; diga-se de passagem, a questão de centralizar eleições, de unificar mandatos. Isso, ao meu ponto de vista não traz aí uma..., unificação de mandatos, por exemplo, não traz uma discussão mais democrática porque ficaríamos, vejam vocês, 05 anos sem qualquer manifestação política, sem qualquer manifestação política, sem qualquer manifestação do eleitor nas urnas. É muito tempo para se ficar sem fazer essa avaliação dos partidos e dos candidatos. Eu penso que esse modelo de a cada dois anos nós termos eleições é o melhor, mais que isso, se tivermos uma unificação de eleição com datas coincidentes, as eleições para Presidente, para Governo, vão tomar o protagonismo das eleições, por exemplo, para Prefeitos. E aí, a gente sabe que a política aflora nas eleições municipais, é quando o vizinho, quando o parente briga um com outro, porque de fato eles estão ali mais próximos das discussões políticas. E esse protagonismo perderia totalmente a razão de ser com uma unificação de eleições onde os candidatos a um nível mais alto, certamente levariam esses de nível mais baixo, vamos dizer assim, como cabos eleitorais unicamente para essas candidaturas. Não podemos deixar que isso seja reaquecido, Dra. Érica, Dr. Demétrio, Dr. Manoel, que são membros da Academia Brasileira de Direito Eleitoral Político – ABRADEP, e o Luiz Felipe também que está aqui, nós já discutíamos isso em 2015, a ABRADEP fez de fato um *lobby*, uma discussão muito grande com os Deputados e conseguimos convencê-los que de fato essa unificação seria muito ruim para a democracia.

Enfim, eu acho que talvez o que eu vá falar aqui com menos substrato, menos substância, os doutores que logo, logo estarão aqui falarão com muito mais expertise, com muito mais conhecimento acadêmico. O que eu conheço muito, talvez, seja mais na prática o que de fato acabava chegando à Justiça Eleitoral como Juiz Eleitoral que fui, aqui no Estado de Rondônia por dois biênios. E a gente vê que de fato precisa muita coisa, mas talvez, este Congresso que aí está, e aqui eu volto àquela situação que eu disse no começo, não tenha neste momento uma legitimidade para uma discussão efetiva, real, eficaz e legítima de uma verdadeira reforma eleitoral e política no Brasil.

E, por último, não poderia deixar de dizer sobre isso, a participação da mulher na política, o empoderamento feminino. O que nós precisamos de fato, Sandreia, é que mais mulheres como você que veio à tribuna aqui para discutir sobre política, mais mulheres se coloquem à disposição. Muita gente quer a mulher na política, mas não dá meios nem métodos para que a mulher de fato possa encarar todos os turnos que tem como mãe, como mulher, como profissional, como aluna, para ainda assim pensar para fazer política em prol da sociedade. Hoje, o sistema que nós temos aí é machista, o sistema que diz que a cota é 30, 70, mas esses 30 sempre são de mulher e os 70 sempre são de homem.

Então, a gente precisa de fato mudar isso com propostas mais efetivas. Mas eu penso que também trazer isso de uma forma legal, empurrando goela abaixo, eu acho que isso é mudança de postura. A própria Lei 13.165 já determinou

que houvesse aplicação de recursos dos partidos políticos na implementação de propaganda eleitoral em prol da mulher e a gente tem visto isso muito pouco. Então, parabéns a você e a todas as outras alunas que aqui estão discutindo e parabéns também Vereadora, única Parlamentar que aqui está, a tarde toda. Tenho certeza de que a senhora não está perdendo, vai sair daqui muito mais cheia de muitas coisas que vão ser ditas a partir de agora, inclusive, pelos colegas que foram falando, porque de fato é uma grande aula e o Deputado Léo Moraes está de parabéns pela propositura deste tema mais uma vez. Era isso que eu tinha a dizer, agradeço a atenção dos senhores. Muito obrigado.

A SRA. ÉRICA GERHARDT (Mediadora) – Deputado, mais uma vez eu gostaria de agradecer o convite, falar que o Instituto do Direito Eleitoral de Rondônia, como em 2015 o senhor fez o convite, está aberto a levar esse debate, os membros para a população, não só aqui na Assembleia, mas eu lembro que, à época, o senhor fez o convite para que nós levássemos o debate para as escolas, para a sociedade em geral e isso é muito importante. Eu gostaria de agradecer o convite e gostaria de convidar o senhor para entregar o Certificado de Participação.

(Entrega do Certificado de Participação)

A SRA. ÉRICA GERHARDT (Mediadora) - Convidar os membros da Mesa para voltarem aos seus lugares. O Vice-Governador permanece à Mesa, que já vai participar da próxima Mesa.

Convidar o Dr. Adolfo, que vai ser o Presidente da próxima Mesa para tomar assento; o Professor João Paulo e o Dr. Márcio Melo Nogueira.

O SR. JOÃO PAULO VIANA (Mediador) - Retornado às atividades, gostaria de conceder a palavra ao Dr. Adolfo Naujorks, Juiz de Direito e mestrando em Direito pela Universidade Federal de Rondônia, que irá presidir a mesa-redonda intitulada: Lista Fechada, Coligações Proporcionais e Cláusula de Barreira no Sistema Político Brasileiro.

O SR. ADOLFO THEODORO NAUJORKS NETO (Mediador) – Boa tarde a todos. Inicialmente gostaria de cumprimentar Sua Excelência ao nosso Vice-Governador Dr. Daniel Pereira; fazer um elogio ao Deputado Léo Moraes, por este evento tão importante. Deputado Léo Moraes, uma liderança política consolidada no nosso Estado; também gostaria de agradecer ao Professor João Paulo, professor da Universidade Federal de Rondônia, a quem eu tenho uma admiração pela sua vida acadêmica, um cientista político jovem, um eterno estudante da Ciência Política. Gostaria também de cumprimentar o Dr. Márcio Melo Nogueira e os advogados aqui do Instituto, do IDERO, meus amigos que estão aqui Dr. Juacy; Dr. Luiz Felipe; os representantes parlamentares; estudantes; senhoras e senhores.

Início os nossos trabalhos invocando o capítulo 4º do versículo 20 dos Atos dos Apóstolos: “Como não falarmos das coisas que temos visto e ouvido?”. Para nossa perplexidade, o ambiente político no Brasil parece que se degradou a tal ponto, que a sociedade brasileira está sendo empurrada a discutir essa reforma política. Como disse o Dr. Juacy, nesse assunto cada um tem a sua reforma de estimação, eu tenho a minha também, sou um observador, sou um curioso, estudo o assunto. E todo esse panorama político que tem se desenrolado nos

últimos tempos, tem feito a sociedade pensar nessa reforma política, e nós precisamos de uma reforma política que não seja paroquial, que não seja provinciana. Nós não precisamos de uma reforma política para a eleição que se aproxima, nós precisamos de uma reforma política para o futuro, nós precisamos de uma reforma política para as próximas gerações. E aí eu penso este Congresso Nacional, não legitimidade, porque legitimidade eles têm, eles foram eleitos e estão no exercício de um mandato representativo, mas este Congresso hoje pode fazer essa reforma? Tanto é que já se levantam vozes a favor de uma Assembleia Constituinte exclusiva tão somente para fazer uma reforma política. Se esse constituinte exclusivo ficar inelegível por 20 anos, tem a minha simpatia. Nós precisaríamos de uma reforma para o futuro, nós precisaríamos de uma reforma para as próximas gerações. Mas hoje nós vamos falar agora de cláusula de barreira, coligações e lista fechada.

A cláusula de barreira tem a minha simpatia na medida em que comprovadamente este presidencialismo de coalizão está falido. Não tem como governar este País com 25, 30 ou 35 partidos representados no Congresso Nacional. É verdade que a nossa Constituição prevê o pluralismo partidário, pluralismo político, isso deve ser observado, e uma eventual cláusula de barreira eu entendo muito pertinente, deve observar este pluralismo político.

Lista fechada para mim, Professor João Paulo, é uma aberração. Não faz parte da nossa história política, na República não tem notícia de lista fechada. Lista fechada nós tivemos no Brasil na segunda metade do século 19 quando o Império fez uma reformulação política na Lei Saraiva, 1860, 1870 se não me falha engano, nos anos 1860, 1870? A Lei Saraiva foi uma reforma política do Império, teve um período de lista fechada. Nas circunstâncias que nós estamos vivendo no Brasil hoje, me parece que a lista fechada é uma aberração.

E as coligações sempre ficaram a sabor das circunstâncias, das eleições, dos momentos. No meu sistema de estimação eu sou do voto distrital puro, no voto distrital puro você não precisa de coligações. No voto distrital puro, com financiamento público de campanha, você acaba com a influência do poder econômico. Evidentemente que na eleição majoritária teríamos que criar mecanismos para este financiamento. Mas sendo voto distrital toda ela seria majoritária, majoritária dentro dos distritos. Esses assuntos a sociedade brasileira precisa discutir com muita seriedade, mas nós precisamos pensar nisso, nós precisamos pensar numa reforma para o futuro. Nós precisamos pensar numa reforma para as futuras gerações.

Mas a respeito desses assuntos eu vou passar a palavra realmente quem entende do assunto que são os nossos palestrantes. Então eu vou iniciar dando a palavra para o nosso Vice-Governador Daniel Pereira.

O SR. DANIEL PEREIRA – Boa tarde a todos. É um prazer muito grande estarmos aqui. Fico muito honrado de ter sido convidado pelo Professor João Paulo e por ter o Dr. Adolfo presidindo a Mesa, Dr. João Paulo, também o Dr. Márcio, e parabenizar o Deputado Léo pela iniciativa.

É uma situação um tanto quanto paradoxal, ninguém quer falar de política hoje, e talvez o momento mais oportuno que a gente tenha e mais necessário que a gente tenha de propriamente dito de falar de política seja agora, não é? Principalmente para buscar uma forma de tentar fazer algo diferente daquilo que nós temos feito. Então fico muito feliz de estar aqui e com certeza não estou aqui pelo conhecimento jurídico na área de Direito até por que as pessoas abalizadas para esses, estão aqui ao lado. Creio que sejam então pelo

número de campanha que já disputei, nesse quesito, aqui neste plenário, ninguém tem condições de bater comigo, já disputei 8 eleições. Então sou um dos, nesse quesito, até pela vantagem da idade, já sou um dos top de linha aqui no Estado, decano. Então vamos partir do princípio que foi por isso que eu fui convidado.

É óbvio que eu não vou me aventurar por nenhum meandro que na seja muito fácil de sair dele. E o trabalho do Dr. Adolfo aqui já começou me facilitando a vida. Eu sou formado em Direito, além de ter participado de bastante campanha eleitoral e tive oportunidade de conhecer o Dr. João Paulo e o Dr. Márcio num curso de especialização em Direito Eleitoral, onde que num contingente expressivo, que nem o nosso juiz do TRE, Dr. Juacy, Dr. Manoel, Dr. Demétrio que estava aqui, o Dr. Ernande Segismundo, um grupo bastante expressivo de profissionais do Direito e que estavam buscando ali, alguns por curiosidade, alguns por convívio e alguns por convicções profissionais, tanto é que o Dr. Juacy e o Dr. Manoel militam e convivem nessa área como profissionais do Direito. E já naquele momento o meu Trabalho de Conclusão de Curso, que não foi feito até hoje, o ponto que eu pretendia enfrentar era exatamente a questão do financiamento de campanha. Porque, para mim, para a gente conseguir minimamente equilibrar o processo, estabelecer justiça no processo, eu tenho que ter uma forma de financiamento de campanha de forma que eu tenha paridade de armas entre os concorrentes. Agora, como fazer isso? Bom, nós podemos ter a opção só do financiamento público e eu sou muito simpático a ela. É óbvio que aqueles que são contrários ao financiamento público vão dizer, 'não, mas a gente..., não pode, tem que ir além disso, quem tem que financiar a campanha é o recurso privado seja ele de pessoa física, seja ele de pessoa jurídica'. Agora, infelizmente e eu acabei de consolidar o meu pensamento que o financiamento de campanha neste País é público através de uma leitura de mais ou menos umas 250 páginas de leitura dinâmica que eu fiz ao vir para cá, que é o documento que o Dr. Janot mandou para o STF com relação aos últimos fatos políticos do País. Todos os procedimentos de uma grande empresa financiamento de campanha, se isso é financiamento público de campanha nós não temos outro tipo de financiamento. Agora, o que nós temos que ter é o financiamento público de campanha saudável onde que você tenha, indiferentemente de qual partido político você esteja o teu financiamento de campanha, as condições que você tem são iguais. Bom, isso é o ideal. Agora nós não vivemos no mundo da filosofia, a gente vive no mundo da sociologia. Como é que eu vou barrar os financiamentos espúrios, vamos chamar assim, ilegais, que eles continuem a acontecer? Porque a gente está vendo, o nosso regimento permite financiamento privado, mas ele tem limites para isso, mas as pessoas extrapolam o legal, extrapolam o legítimo em total desrespeito à lei, em total desrespeito à vontade do cidadão. Então, o grande desafio para nós é definir essa questão do financiamento de campanha.

Dentro de uma linha de pensamento que não vai afetar nada com relação à coleta, de votar ou não, mas eu acho que a gente tinha que enfrentar algo que para mim é paradoxal, que é a questão da obrigatoriedade do voto. Em 2002 eu fui candidato a deputado federal, eu não lembro mais o que eu pretendia fazer se eleito fosse, mas uma coisa eu lembro bem, a primeira coisa que eu ia fazer se chegasse ao Congresso Nacional, eu não ia ser bem sucedido, mas eu ia propor e ia passar 04 anos brigando para a gente acabar com a obrigatoriedade do voto. Primeiro que o voto não é obrigado coisa nenhuma, a única sanção que você tem é para funcioná-

rio público porque o cidadão que paga lá 3 ou 4 reais, a não ser deixar de pagar e tentar disputar eleição subsequente aí está fora do jogo, não é? Então de fato não é um voto propriamente dito obrigatório. Agora, o cidadão que sai de casa por obrigação e depois agora um prazo mais curto de campanha, eu já vi pessoas saírem de casa 90 dias de campanha e ele ainda não sabia em quem é ele ia votar, ele saía catando papalzinho pelo meio da rua. Um cidadão desse é melhor que ele fique em casa no domingo, fazendo churrasquinho ou indo para onde ele quiser, caçar, fazer o que ele quiser da vida do que ir para a urna fazer uma escolha de quem ele não quer escolher. Porque se ele quisesse escolher, ele há muito tempo sairia ou já estaria preparado ou mesmo na semana que antecede... Ora, o cidadão saindo pelo meio da rua, sabe esse povo que joga santinho no meio da rua que a gente acha que é só para sujar a rua? É porque muita gente sabe que tem eleitor que sai de casa no dia da eleição que ele não sabe para quem votar e é possível que no meio daquela lixaiada que você joga no meio da rua o cara abaixo e pegue um e o sorteado vai ser contemplado com o voto. Este tipo de democracia, convenhamos, a gente tem que dar uma melhorada nisso. Acabar com o voto obrigatório é algo simples, cirúrgico e resolveria isso.

E a questão da coligação, eu sou contrário a existência de coligações proporcionais por uma razão muito simples, eu junto alhos com bugalhos, eu voto no PT e elejo o DEM, nenhum problema nem com um nem com outro, só para demonstrar as diferenças que eu obrigo o eleitor a se sujeitar. E principalmente por outro fato, nós, ao acabar com coligações partidárias, nós vamos acabar, e aqui não tem ninguém inocente na sala, a gente vai acabar com o comércio que é o cidadão, na véspera da eleição, tentar colocar o partido dele, se fosse onde é mais conveniente político, tranquilo, isso é direito, correto, eu tenho que ir ao grupo aonde eu tenho mais chance de me eleger, mas nem sempre é por isso. Acontece um leilão na véspera das eleições e é muito mais isso que motiva as coligações do que propriamente dito as questões de razões ideológicas, as questões de conteúdo de fundo de interesse da população.

Então, simplesmente acabar com a coligação resolveria isso, e por outro lado isso aqui criaria uma obrigação para quem quiser sobreviver, quem quiser se estabelecer, tem que se organizar, tem que trabalhar. Eu sou contrário a essa história de criar barreira, cota dessa natureza ou daquela. Acaba com a coligação, cada partido vai ter que se organizar. Garanto aos senhores que não têm candidatos a vereadores o suficiente para todos os partidos preencher nominatas. Garanto aos senhores que não teremos candidatos em quantidade suficiente para todos os partidos preencherem as suas nominatas de deputado estadual e de deputado federal. E aqueles que conseguirem sobreviver a esse exercício, convenhamos, esses caras merecem diferentemente se teve o máximo de quantidade de votos ou teve o mínimo, eles merecem uma oportunidade porque trabalharam e conquistaram isso. Inclusive eu creio que a gente deveria pensar, até mesmo para estimular os partidos a se organizarem, não para o cidadão ter um partido que é para chamar de seu e que ele, no dia da eleição só tem e ele de candidato. Eu já vi coligação nas últimas eleições que era uma coligação que a única coisa que ele tinha a oferecer era as letras. Claro, tinha mais do isso, porque o partido político num local que tem propaganda de televisão, propaganda de rádio, esse partido garante um tempo e é essa a mercadoria que ele tem, mas ele não tinha um candidato para participar do processo eleitoral. Isso é um partido político,

alguém que se propõe no momento eleitoral, a única coisa que ele tem para vender é o tempo dele para colocar à disposição do partido político A ou do partido B? Convenhamos, isso não traz nenhum tipo de contribuição para o processo democrático. Então, a gente acabar com o processo de coligação vai obrigar quem quiser sobreviver como partido político a se organizar, e isso é muito bom.

Bom, outro tema também, que me parece que já tinha sido superado e agora está sendo trazido, é a questão da unificação das eleições. A gente vai ter gosto para tudo aí, e eu confesso que sou simpático a isso. E por que é que eu sou simpático? Porque infelizmente, e olha, alguém que já disputou 08 eleições, que já participou, é o 5º mandato que estou participando por ele, a gente vive em função da eleição seguinte.

O Vereador Daniel Pereira, viveu em função da eleição seguinte. O Deputado Daniel Pereira, viveu em função da eleição seguinte. O Vice-Governador Daniel Pereira viveu em função da eleição seguinte. Estou trazendo para mim isso daí, porque isso é um modelo que funciona para todos. Eu deixo de agir em cima de uma linha de pensamento médio, daquilo que é melhor para a sociedade como um todo, porque, bom, eu posso, vamos fazer assim: - Porto Velho, eu poderia ajudar bacana o prefeito, mas eu sou de um partido diferente, se eu ajudar o prefeito eu vou fortalecer o grupo político dele. Então, vamos fazer o seguinte, deixa ele quietinho aí, vamos tratar bem, como é que está? Tudo bem? Mas, vamos porque a gente vai ter uma eleição daqui um ano e meio, daqui dois anos, se a gente unificasse esse processo, nós teríamos mais tempo para cuidar da população e menos tempo para se preocupar com a campanha. Eu sei que, e talvez com razões fortes, 'ah, mas a gente vai, o debate local vai deixar de existir'. Mas se for por esse critério, nós temos que pegar as eleições de Governador e de Presidente da República e separar em momentos distintos também, porque se é esse o critério, se é essa a necessidade, o debate local de governador seria, ficaria apagado em função da campanha presidencial, e nós sabemos que isso não acontece. A gente tem paixão suficiente para cuidar da campanha de governador e para cuidar da campanha de presidente. Todo mundo que participa do processo eleitoral sabe disso. E nós ainda temos um pouco de paixão para... Aqueles que gostam de política, aqueles que não têm o voto como obrigatoriedade, de saber também buscar a questão da escolha do candidato a prefeito, é a solução dos problemas? Não sei, até por que, como diz o Tiririca, pior que está não fica. Então fica aí como sugestão.

A questão da lista fechada com financiamento público. A lista fechada para mim não é coisa nova. Eu militei durante 20 anos num partido político, e lá dentro dele, e quem me fez lembrar esses dias foi um cidadão chamado João Paulo, que está aqui do meu lado, porque essa questão de lista fechada, onde é que eu já vi isso? Eu conheço esse negócio de algum lugar. A lista fechada é uma proposta que o Partido dos Trabalhadores sempre defendeu. E cá para nós, se você tirar a lista fechada desse momento, porque agora tudo que quanto é coisa que nós vamos fazer agora, aquilo que eu sou contrário que acontece, eu vou dizer, qual argumento que eu vou usar? Eu não vou discutir a ideia que eu estou querendo discutir, não vou discutir o mérito daquilo que estou querendo. Vamos dar dois exemplos: reforma trabalhista. Eu sou contrário à reforma trabalhista. Qual é melhor maneira de eu acabar com ela? Dizer que o Congresso não tem legitimidade para fazê-la. Eu tenho reforma da Previdência. Eu sou contrário à reforma da Previdência. Qual é a melhor maneira de fazê-lo? É encerrar o

mérito da discussão da reforma da Previdência ou dizer: o Congresso atual, por uma série de motivos, não tem legitimidade para isso. Ou seja, são formas evasivas da gente pegar e discutir o assunto.

Agora, a questão da lista fechada é de fato, nessa conjuntura a primeira coisa que a gente vê é a seguinte: quem é que vai ser o cabeça de chapa nesse processo? Ora, é o cara que já é o cacique do partido nesse momento. Logo, vai eleger ele e mais alguém ou não vai eleger ninguém. Agora, nós também não podemos pensar que a população, com a sua sabedoria, pode falar: olha, onde é que está o pessoal que tem mandato atualmente? Eu não tenho esse pensamento porque não vim aqui para... Até como alguém que já disputou tanta eleição, para fazer toda essa geração que está fazendo político agora pagar por um determinado problema. Agora, é um fato que a categoria está em baixa, a gente não pode fugir disso. O cidadão pode falar o seguinte: - Bom, eu não gosto dos caras que têm mandato. O Daniel Pereira tem mandato? Tem. O Daniel Pereira está nessa nominata? Está. Não vou votar nessa nominata, vou procurar outra que não tem ninguém. Pode ser também uma oportunidade para você trazer pessoas novas, com ideias novas, sei lá.

Agora, do ponto de vista histórico, o Dr. Adolfo já abriu a Mesa, as discussões e falou, "olha, nós não temos tradição com isso". Significa experimentar algo que nós nunca experimentamos. E eu confesso para os senhores o seguinte, entre experimentar algo que nós não conhecemos, que a gente depende de muitas situações que nós não temos controle sobre elas, eu preferiria que a gente trocasse a questão da lista fechada pela consolidação do fim da coligação. Porque acaba sendo, é uma mesma forma de fazer a mesma coisa, são formas diferentes de chegar ao mesmo resultado.

A lista fechada fortalece os partidos, e nesse sentido é bom, porque veja bem, hoje, repito, a gente tem partido que é do próprio cara. Tem partido que participa de eleição sem ter candidato. E esse é algo inaceitável. Mas eu acho que o fim da coligação já poria termo e já resolveria isso. Por isso, então, seria contra a questão da lista fechada nesse contexto. Eu só fiz questão de..., até por que eu tive o privilégio de falar antes com o Dr. João Paulo, então eu posso roubar a ideia dele, e ele já não vai mais poder usar mais como coisa nova, porque isso é resgatado neste momento pelos partidos que se opõem ao Partido dos Trabalhadores, pelo menos a partir do momento da ruptura do mandato da Presidente Dilma para cá, como se fosse algo novo. E não é algo novo, é algo que a gente já conhece. E talvez pelas mesmas razões que o Partido dos Trabalhadores um dia já defendeu, falou: olha, a gente chega ao governo, a gente controla esse negócio e aí, meu amigo, é nós que vamos mandar nisso.

Eu não vou criar oportunidade, um exemplo claro aqui, o nosso jovem e promissor Deputado Estadual Léo Moraes. Numa conjuntura de lista fechada, o Léo está fora. O Léo não controla partido, quem vai controlar é quem manda no partido. Agora, a não ser que ele monte um partido para ele, aquele negócio todo, um partido para chamar de seu. E por que é que eu estou dizendo isso? Estou dando um exemplo com o Léo, claro que o Deputado Léo é super poderoso, ele é o número um mesmo da nominata dele. Mas é um exemplo, você pode pegar um cabra bom e deixar fora, porque eu não vou ter a liberdade de escolha. E aqui eu conversava com o Dr. Mauro, que também tem uma experiência de participar de muitas campanhas, ele falou: "Daniel, eu sou contrário a esse negócio de lista fechada dentro do momento que nós estamos vivendo, mas talvez seja o momento de a gente enfrentar, de

transformar uma eleição proporcional em voto majoritário". Ou seja, eu também não posso ter uma situação que um cara tem cem mil votos e fica fora e o outro tem meia dúzia de votos e ele acaba dentro do mandato. Para o Mauro isso é muito bom porque o Mauro sempre foi um campeão de voto. Para mim teria sido muito ruim, eu não teria tido nenhuma participação política até hoje, porque todas as vezes que eu fui eleito foi dentro da proposta de soma partidária e com média partidária. Então, ela excluiria as pessoas.

Agora, por outro lado, quero terminar aqui, não é objeto da discussão, mas, sobre participação de mulheres na política. Acho que a única coisa nova que eu vou trazer aqui vai ser essa ideia. Foi um avanço muito grande para nós, você ter na legislação um percentual de participação. Isso promoveu a eleição de vereadoras e deputadas estaduais, deputadas federais. Agora, a presença de mulheres na vida pública no Brasil, principalmente na vida representativa do Parlamento é muito pequena. Eu já ouvi algo que eu nem sei se dá para acreditar, que até os países árabes que têm uma forma de tratamento das mulheres totalmente inaceitável para os nossos padrões, as mulheres têm mais representação política lá do que no nosso meio. Convenhamos, é um tanto quanto desafiador. E quando nós colocamos a cota de mulheres, que primeiro foi 10%, depois evoluiu para 20% e hoje não é mais cota de mulheres, para sabedoria do texto, é participação de gênero, mas o gênero a gente sabe, um gênero, 70% é muito fácil de presumir qual vai ser e o outro a gente tem que fazer puxadinhos, tem que fazer arranjo, até por que a Justiça Eleitoral, o TSE sabiamente estabeleceu o seguinte: Não, não é 30, 70 do total de candidatos, é daquilo que você apresenta como candidatos. E aí meu amigo, a gente vive uma situação como nós vivemos em Chupinguaia, onde o pai e a filha foram candidatos a vereadores. Era só um deles que era candidato, mas a filha foi candidata para fazer cumprir a questão da proporção de candidatura. E eu acredito que pelo papel que a mulher ocupa na sociedade brasileira, numericamente maior, cada dia que passa avançando, creio, é algo extremamente difícil de você trabalhar, mas talvez seja necessário. Não é a gente estabelecer uma cota mínima de gênero para legitimar o processo. É a gente ter coragem e fazer igual a Bolívia faz. – Poxa, Daniel, mas você está usando a Bolívia? Claro. Nós não copiamos o modelo americano em tudo aquilo que nós achamos que eles são bons? Então, pelo menos algo que a Bolívia faz que eu acho que é extremamente importante com relação a gênero, lá não tem conversa, é meio a meio. Poder Legislativo Municipal, metade mulheres, metade homens; Poder Legislativo Departamental, que é estadual aqui para nós, Assembleia Legislativa nossa, metade mulheres e metade homens e no Congresso a mesma coisa. Porque aí sim, nós estaríamos fazendo um negócio revolucionário e algo extremamente novo. E eu aqui, para fazer justiça eu nem sou o dono, o autor da ideia. Eu tenho um primo pelo Estado do Acre, que foi Senador pelo Estado do Acre e não sei se ele fez muita coisa pelo mandato, até por que o mandato parlamentar não permite você fazer muita coisa além de correr atrás de muita coisa. Agora, ele deixou isso como uma proposta no Senado, claro que não era tão abrangente como estou pontuando aqui. A proposta dele que pode ser aproveitada no Congresso Nacional, é quando eu tenho aquela eleição para o Senado, que ele era Senador, ele estava legislando sobre a situação e ele propõe o seguinte: toda vez que eu tenho eleição com dois candidatos ao Senado, necessariamente um deles tem que ser mulher. Era um avanço fantástico.

Então, fica aí como sugestão e quem sabe o Deputado Federal Léo Moraes, daqui um ano e pouquinho pode apresentar isso em nome desse Seminário aqui no Congresso Nacional. Com certeza seria um avanço. Obrigado, pela oportunidade.

O SR. ADOLFO THEODORO NAUJORKS NETO (Mediador) - Muito bem, vou passar a palavra agora então para o Professor João Paulo.

O SR. JOÃO PAULO VIANA – Boa tarde a todos novamente. Agradecer aqui ao Dr. Adolfo Naujorks, pela participação no evento; Vice-Governador do Estado de Rondônia Daniel Pereira pelas belíssimas colocações de quem viveu e vive a política há mais de 20 anos neste Estado, de participar de eleições. Eu sempre digo isso para os meus alunos que, até numa reunião departamental essa semana dizia que a Universidade é sempre criticada pela sociedade como um todo por, costumam dizer que a gente está em outro mundo, que a gente se fecha e aqui no Estado. E há também a questão geográfica da nossa Universidade, ela está um pouco distante do centro de Porto Velho.

Então, enquanto a gente dá as costas para a classe política e nos fechamos lá na BR, a gente perde uma boa oportunidade de ver como as coisas funcionam na prática, seja na política partidária, na política à disputa de eleições, seja como o Dr. Juacy colocava, com uma experiência no TRE, e o Dr. Adolfo também. Então, é importante esse diálogo da Academia, da Universidade com a própria sociedade, ouvir os anseios da sociedade, ouvir a classe política e poder debater aqui nesta Casa de Leis, por iniciativa, mais uma vez brilhante, do Deputado Léo Moraes. Cumprimentar também ao Dr. Márcio Nogueira, por quem tenho grande admiração desde os tempos de jovem. Posso dizer que aprendi muito e fui muito incentivado pelo Dr. Márcio enquanto formação acadêmica. São alguns cabelos brancos, não é? E cumprimentar o meu amigo querido, amigo pessoal Léo Ladeia pela visita e por prestigiar esse evento de grande importância. Obrigado, Léo.

Bom, vou tentar não me alongar, mas é um tema sobre o qual eu venho, já desde a graduação estudando e me dedicando, que é o tema do sistema político brasileiro, particularmente das Instituições Políticas.

Desde 2003, basicamente, eu venho acompanhando debate acerca da reforma política no Brasil. Uma das primeiras publicações que eu tive acesso, foi um livro da Fundação Konrad Adenauer, Fundação do Partido Conservador Alemão que funciona em vários países do mundo, inclusive tem uma produção bastante profícua no Brasil. Este livro, na época, fruto de um Seminário na Assembleia Legislativa do Ceará, onde eu fiz graduação juntamente com o Dr. Márcio, tinham alguns juristas e alguns cientistas políticos, entre eles o Professor Fabiano Santos, Professor Martonio Mont'Alverne, Professor Filomeno Moraes, e o Professor Jawdat Abu-El-Haj. Basicamente do texto do Professor Jawdat, que eu vou usar uma expressão agora que eu nunca esqueci. Ele começava o texto com uma brilhante expressão que dizia o seguinte: "O Tema da reforma política, é o cerne do pensamento político brasileiro". Ou seja, a reforma política não é algo novo em discussão, muito pelo contrário, o próprio Dr. Adolfo citou a pouco, a Lei Saraiva do Império que data o ano de 1881. Foi a última Lei Eleitoral do Império, e eu, por ser um sobrenome do qual eu, que faz parte do meu nome, eu nunca me esqueci da Lei Saraiva. E ela proibiu voto ao analfabeto, tem um livrinho genial do Manoel Ferreira, aquele autor da Ferrovia do Diabo: "A

evolução do sistema eleitoral brasileiro”, onde ele fala muito bem sobre o tema da Lei Saraiva. O José Murilo de Carvalho também, na obra *A Construção da Ordem - Teatro de Sombras*. Nós tínhamos um milhão e poucos mil eleitores e ao proibir o voto do analfabeto, a Lei Saraiva reduziu o eleitorado brasileiro a cem mil e poucos eleitores. Foram mudanças, mudanças, após mudanças e mudanças, e mudanças desde o Império. Lei dos Círculos, sempre uma preocupação com representação de minorias que vinha acompanhada novas alterações. Essa do voto ao analfabeto durou quase cem anos, até 1985, uma Emenda Constitucional e posteriormente a Constituição de 1988. Mas o que eu queria colocar aqui, mostrar como a reforma política funciona no imaginário do brasileiro comum, como uma espécie de antídoto contra a corrupção. É aí que está mal colocado o tema da reforma política, porque a gente tem que parar de olhar a reforma política como uma solução para os males, para os vícios da vida pública no Brasil. Não é mudando regras eleitorais que nós vamos criar anjos na vida pública. Isso não existe. Tem corrupção onde se adota o voto distrital misto? Tem. Tem corrupção onde se adota o voto proporcional? Tem. Essa ligação entre, é o que o Fabiano Santos chama, acho que de, usando uma expressão dos estatísticos, não me lembro bem agora, mas é correlação espúria, seria o nome mais adequado. É dizer então, mudam-se as regras e criam-se anjos. Aqui uma coisa que não se encaixa, e a gente tem que entender a reforma política como uma forma de aprimorar, sobretudo, a representação. Fazer com que a representação se torne mais fiel à vontade do eleitor. Então, isso me incomoda muito, essa ideia da reforma como uma solução para os males da vida brasileira, até por que, como o Dr. Juacy, usou uma expressão, e eu me lembrei rapidamente do Jairo Nicolau, que diz basicamente a mesma coisa: “todo cientista político tem a sua reforma de estimação”, todo operador do Direito Eleitoral também deve ter. Então, têm alguns pontos que certamente precisam ser ajustados. Isso é fundamental, mas com o objetivo primordial de se buscar uma representação mais fiel à vontade do eleitorado e não como uma espécie de luta contra a corrupção. Corrupção é assunto de instituição de controle, assunto de Delegacia de Polícia Federal. É obvio que os mecanismos podem ajudar, mas regras eleitorais não criam anjos, é isso que tem que ficar bem claro.

Outra coisa, e de vital importância, nós fazemos reformas. Eu tenho aqui um mainstream do direito eleitoral rondoniense que pode falar muito melhor do que eu sobre mais de dez alterações nas últimas dez eleições subsequentes. Ora, isso não é reforma? Isso não é reforma? Desde a verticalização em 2002, eleição após eleição, nós estamos mudando regras. Então, essa ideia de que a gente não faz reforma é falsa, isso é falacioso.

Pois bem, não existe sistema eleitoral perfeito. Esse é outro ponto fundamental no debate. Cada sistema eleitoral vai ter pontos positivos e negativos, resta saber o que é que nós queremos como sistema eleitoral. Nós queremos fechar sistema político em torno de cinco, seis partidos, é isso? Adota-se o modelo alemão então, misto, a gente vai chegar próximo a isso. A gente quer um sistema eleitoral que prestigie todas as mais diversas opiniões de uma determinada sociedade? Mantemos o voto proporcional, que é uma conquista, a meu ver, da sociedade brasileira, desde Vargas. Agora, num dá realmente, como o Dr. Adolfo colocou, para gerir uma coalizão dentro do atual modelo, com 28 partidos. Isso não dá, isso não dá! Uma coisa é você ter 8, 10, 12 partidos, o número de partidos efetivos vai cair bem lá, 7,6, uma coisa é você ter 28, com um

número efetivo de partidos de 16, 17. Aí não tem em lugar nenhum do mundo, não tem! Nós chegamos, um colega, o Bruno Reis costuma dizer que nós ainda não chegamos ao limite que seriam 513 partidos, já que são 513 deputados federais, mas estamos bem próximos disso. A questão, gente, é que não é o número de partidos em si, mas o número de partidos que estão representados no Parlamento. A Inglaterra tem centenas de partidos, centenas, mas no Parlamento tem 3 forças, basicamente duas, agora com o Partido Liberal que voltou a ser uma força relevante nas últimas eleições, nos últimos anos. Os Estados Unidos também tem dezenas e dezenas de partidos.

O que é que a gente pode fazer para diminuir o número de partidos no Brasil? Então, primordialmente uma reforma? A gente precisa saber o que é que a gente quer reformar, não é? Isso é fundamental. O que é que a gente quer reformar?

Bom, Dr. Dr. Dr. Fabrício Jurado tem advogado com bastante ênfase sobre a questão do voto distrital misto. Muitas outras vezes, defendido, inclusive pelo Dr. Adolfo, pelo Dr. João Closs, que esteve aqui com a gente em vários debates. Sinceramente eu não acho que resolva o problema, apesar de ter grande admiração pela Alemanha, onde passei uma curta temporada de estudos, onde pude estudar o sistema eleitoral alemão ainda que de forma introdutória e etc. Mas será que isso se aplica ao caso brasileiro? Ah, aliás, o sistema eleitoral alemão não é bem um sistema misto, porque a conta é feita proporcional, por isso que tem uma coisa lá chamada de mandatos excedentes. A princípio são 598 cadeiras, mas dependendo do voto em lista fechada, que é o segundo voto, e é proporcional, essa conta pode aumentar, não é? Eu lembro que na eleição de 2002, se não me falha a memória, eram 603, 598 vagas, mais 5 mandatos fixos, ou seja, também não é muito fácil entender o sistema eleitoral alemão, o sistema misto de correção.

Um cientista político alemão chamado Dita Nulen, até usou a expressão “voto proporcional personalizado” para denominar o sistema eleitoral alemão. Pois bem, um dos argumentos sobre o voto distrital misto no Brasil seria o tamanho da magnitude do distrito, é um argumento plausível, é um argumento racional. Os nossos distritos são os maiores do mundo, não é brincadeira. Está aqui o Vice-Governador do Estado, que foi deputado, e tinha o reduto eleitoral dele em Cerejeiras e Colorado, lá perto de Vilhena, a 700 quilômetros de Porto Velho, mas certamente teve votos em outros lugares do Estado. Rondônia é um distrito, São Paulo é um distrito, mas quem sabe a gente não poderia mudar isso, criar distritos menores, de menor magnitude e mesmo assim continuar com o voto proporcional? Seria uma alternativa ao voto distrital misto e ao mesmo tempo diminuiria o número de distrito, que em tese poderia baratear o custo da campanha, talvez, é uma discussão.

Mas vamos pegar aqui os pontos principais do debate, eu vou deixar a lista fechada por último. O final das coligações e a eleição proporcional. Isso, na ciência política brasileira é assunto praticamente unânime. Eu não entendo como que os deputados ainda não acabaram com a coligação em eleição proporcional. Em 2015, um acordo entre o Eduardo Cunha e alguns partidos, os partidos nanicos, fizeram com que a coligação persistisse, não fosse extinta a possibilidade de coligação eleição proporcional. O Cunha fez um acordo com os pequenos partidos para que eles votassem a favor do financiamento empresarial e com isso ele não acabaria com as coligações proporcionais. Na verdade, o fim da coligação proporcional já reduziria num bom número os partidos representados no Parlamento federal. O quociente eleitoral já é uma cláusula

de barreira, não é fácil ultrapassar o quociente. A maioria dos partidos ultrapassa o quociente porque está coligado com partidos grandes. E aqui, que me desculpem os colegas Comunistas, o PCdoB legisla em causa própria quando é contra o fim das coligações em eleição proporcional. O PCdoB quase sempre vem coligado com PT e fica mais fácil superar o quociente. Concordo plenamente com o senhor quando fala sobre o fim das coligações.

Quando eu fazia os créditos do doutorado em Campinas, tive oportunidade de me encontrar com o Senador Valdir Raupp, durante uma dessas viagens, e a gente conversou no aeroporto e ele me falava, me dizia que era um dos relatores da proposta no Senado que versa sobre o fim das coligações em eleição proporcional. Eu vou dar um caso rápido aqui da Finlândia, se não me falha a memória, na Finlândia, e outro país que agora me esqueço, existem coligações proporcionais, o modelo lá é proporcional, mas a conta do quociente é feita separadamente. Isso seria uma forma também no Brasil, e é esse projeto que está em votação no Senado atualmente. Inclusive escrevi um texto para O Estadão, em 2015, sobre isso, falando sobre esse projeto que era do Romero Jucá, não me recordo agora, era uma proposta do Sarney e do Romero Jucá manter as coligações proporcionais, mas na hora da conta do quociente cada um fica com aquilo que teve. É uma maneira também. A Socorro Braga defendeu isso aqui em 2015, quando a gente fez Audiência Pública sobre a reforma política, também proposta pelo Deputado naquele ano. Seria uma forma, talvez. Mesmo assim eu ainda prefiro acabar com as coligações em eleição para deputado e vereador porque eu acho que tornaria o processo mais limpo, do ponto de vista ideológico, mais claro para o eleitor, enfim, e evitaria formas de burlar o quociente.

Bom, cláusula de barreira. A cláusula de barreira foi o tema da minha pesquisa de monografia na graduação. Ela entrou em discussão no sistema eleitoral brasileiro, voltou, não é? Porque nós já tivemos diversas cláusulas de barreira até durante o Estado Novo, enfim, mas o modelo de 5%, que entraria em vigor a partir da eleição de 2006, foi proposto na Lei 9.096/1995 e seria instituída duas eleições seguintes, era um prazo para os partidos se adaptarem à nova regra. Naquela ocasião, se não me falha a memória, não sei se foi o PCdoB que entrou no STF, não me recordo bem, mas em fevereiro, março de 2007 o STF julgou a cláusula de barreira como inconstitucional, o limiar dos 5%, o parâmetro dos 5% que era uma espécie de cópia do modelo alemão, sendo que nós instituímos o voto proporcional diferentemente deles e etc. Também há uma questão diferente, que no Brasil essa cláusula de barreira versa sobre a questão do funcionamento parlamentar. Na Alemanha o indivíduo não toma nem posse. No Brasil ele toma posse sim, mas ele vira o que acho que o Vanderlei Guilherme dos Santos denominou de 'deputado zumbi', entendeu? Ele não tem direito a bancada, ele não tem direito a uma série de requisitos que os partidos têm hoje, ele fica praticamente a título pessoal, sem ter direito a formação de bancada, sem ter direito a certos recursos, sem ter direito a inúmeros cargos, etc. e tal. Bom, sinceramente eu não acho que a gente precise de cláusula de barreira. Eu acho que a gente precisa acabar com a coligação. Talvez, já que nós temos hoje 28 partidos, uma cláusula de barreira no máximo de 2% ou 1%, mas nada acima disso, vai de encontro à ideia de sistema proporcional, que como o próprio nome diz é proporção, é ser fiel à vontade do eleitor, à representação da sociedade, é privilegiar a representação de minorias.

Quem conhece a história do voto proporcional na Bélgica, na Europa, no final do Século 19, início do Século 20, sabe que o sistema eleitoral proporcional tem como objetivo garantir uma justiça do ponto de vista da representação eleitoral, coisa que o voto majoritário distrital não garante. Então, eu acho que se a gente começar a cortar recurso de partido que não tem representação mínima, se a gente começar a cortar as coligações e eleição proporcional, a gente reduzirá o problema de forma drástica, sem fechar o sistema político em torno de quatro a cinco grandes legendas, e com isso evitar que minorias sejam esmagadas.

Por último, a lista fechada. Na Alemanha existe lista fechada, o voto na Alemanha, como eu disse há pouco, é um distrital misto. Você vota duas vezes para deputado, você vota num deputado distrital, o primeiro voto, e o segundo numa lista fechada. Outros países também adotam a lista fechada, a Argentina, o Uruguai, a Espanha. É uma forma de se fortalecer partido político, verdade. Esse é o grande argumento, você incentiva uma ligação maior entre o cidadão e o partido. Aos meus alunos, eu só gostaria de explicar rapidamente, já que vocês estão no primeiro período, que a lista fechada funciona da seguinte maneira: o partido ordena uma lista e o cidadão vota agora nas eleições de deputado estadual e federal e no partido e não mais no candidato ou a possibilidade de votar na legenda. Você então retira o direito do eleitor de votar no indivíduo e só permite a ele o voto de legenda, sendo que agora há uma ordem que vai influenciar no resultado eleitoral. Eu disse a pouco que não há sistema eleitoral perfeito e de fato não há. Todo sistema eleitoral tem seus pontos positivos e negativos, e com a lista fechada não é diferente, resta saber se a dose do remédio não seria muito alta.

Um dos grandes defensores da lista fechada no sistema eleitoral brasileiro, o Professor Bruno Reis, da Universidade Federal de Minas Gerais, escreveu um artigo precioso em 2007, para a Revista Plenário da Câmara dos Deputados, onde ele dizia, entre outras questões, que apesar de todas as dores do parto, em longo prazo a lista fechada poderia produzir uma vida partidária mais fiel no sistema político brasileiro. Mas acho interessante nesse artigo, o artigo é muito bom, eu recomendo a vocês é a Revista Plenário especial sobre a reforma política de 2007. E numa das passagens do texto ele diz uma coisa, eu acho muito interessante, 'as próprias convenções partidárias poderiam ser vistas como de fato o primeiro momento da eleição, desde que os filiados pudessem escolher a ordem da lista'. Agora eu me pergunto, isso ocorreria, pelo menos, em curto prazo? A Polícia Federal estaria dentro das convenções inclusive. Se os filiados pudessem escolher essa lista seria um processo mais democrático. A minha grande preocupação é o momento, que foi dito aqui agora a pouco, é o momento, será que esse é o momento de a gente discutir a lista fechada? E essa é a preocupação dos próprios dos próprios defensores da lista. Porque eu posso dizer que vai produzir uma ligação maior entre o indivíduo e o partido, que pode baratear os custos da campanha, que pode favorecer a um financiamento público, tendo em vista que o indivíduo agora, acabou a convenção, ele vai para rua correr atrás de voto para o partido, não para ele, pode haver aí um controle maior dos recursos. E a proposta do PT de lista fechada, que o Vice-Governador acabou de citar, esteve sempre atrelada à ideia de financiamento público, sempre.

Então, têm essas características aqui, esses pontos positivos, mas eu também posso me perguntar, e agora, de quem é a responsabilidade com o mandato? Tema que o Professor André pode até abordar daqui a pouco, de quem é responsa-

bilidade e o *accountability*, quem vai prestar contas do mandato, o partido ou o deputado ou o vereador? E se a cacicada enfiar goela abaixo do eleitor a ordem da lista? E se essa lista for tão fechada que impossibilite a renovação? Então, sinceramente eu ficaria no meio termo aqui.

Uma proposta chamada lista flexível, lista flexível. Foi muito tempo defendida tanto pelo Jairo Nicolau quanto pelo Fabiano Santos, a lista aberta, mas faz uma lista fechada, e o eleitor quando chega lá decide o que ele quer, se ele obedece à ordem do partido ou se ele escolhe o candidato dele.

Na impossibilidade da lista flexível, eu manteria as coisas como estão e me preocuparia, Deputado Léo Moraes, com uma questão chamada financiamento de campanhas. Essa questão ainda está inconclusa, acho que a gente ainda tem que resolver, buscar aprimorar cada vez mais.

Eu gostaria de cumprimentar a todos novamente, agradecer pela oportunidade, cumprimentar os amigos do Instituto do Direito Eleitoral, a Vereadora Cristiane Lopes, os dois palestrantes que estão aqui, que vieram conhecer Rondônia e com muita boa vontade de contribuir com o debate, André Coelho, Guilherme Simões Reis, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Cumprimentar a Professora Berenice Tourinho, ex-reitora da Universidade Federal de Rondônia, que gentilmente trouxe seus alunos para prestigiar esta Audiência Pública, não é? E muito obrigado, Dr. Adolfo. Retorno a palavra ao senhor.

O SR. ADOLFO THEODORO NAUJORKS NETO (Mediador) – Vamos passar a palavra então, ao Dr. Márcio Nogueira.

O SR. MÁRCIO MELO NOGUEIRA – Cumprimento o Dr. Adolfo Naujorks; cumprimento o Governador Daniel Pereira; cumprimento e parabenizo o Deputado Léo Moraes por esta iniciativa, Vossa Excelência tem tanta, sempre tem e tem tanta disposição para promover debates relevantes que interessam a todos nós. Cumprimento e agradeço ao Professor João Paulo, que muito gentilmente me convidou para estar aqui hoje sentado nesta Mesa. Muito obrigado, Professor. Boa tarde a todos, eu cumprimento também meus colegas advogados que estão aqui presentes, e faço pela Dra. Karina, sintam-se todos abraçados, colegas advogados. Cumprimento a Vereadora Cristiane e dou uma boa-tarde a todos que estão aqui nos ouvindo.

Eu vou procurar ser breve porque eu tenho a impressão de que se eu estou ansioso para ouvir o Professor Guilherme e o Professor André, eu imagino então como é que não estão todos os demais. Então eu vou procurar ser breve nas minhas considerações.

Antes de falar mal da nossa Constituição Federal, na realidade, aqui, nós estamos falando mal, senão da Constituição Federal o tempo todo, em algum momento dela, e em outra parte da legislação vigente. É por reconhecer que esta Constituição Federal que nos foi, que nós todos construímos há 30 anos, ela nos deu algumas, ela tem grandes méritos, ela nos forneceu alguns presentes, eu não sei se presente porque não foi dada, foi conquistada, mas ela nos forneceu realidades bastante relevantes. É preciso reconhecer que a gente tem uma história tumultuada, uma história turbulenta, uma história de quebras de institucionalidades reiteradas e esta Constituição que aí está, não sem turbulências, tem nos dado 30 anos de estabilidade institucional. Obviamente eu não estou aqui ignorando aqueles que entendem que houve golpe, mas entendo que esse é um posicionamento mais político e institucionalmente entendo que a Constituição, há 30 anos, tem nos dado uma estabilidade política, com todas as turbulências,

mas estabilidade política. Uma Constituição que também nos permitiu ter uma estabilidade monetária. Por vezes há certa variação aí, mas podemos dizer que temos uma estabilidade monetária. E por fim, talvez não na velocidade que queiramos ou mesmo alguns espasmos e variações, mas também, nos últimos 30 anos, com esta Constituição vigendo, temos sim experimentado uma inclusão social bastante relevante. Portanto, são três dados, me parece, objetivos que nos permite louvar a Constituição vigente. E, agora que falamos bem dela, vamos falar mal.

O sistema político que esta Constituição nos deu me parece muito cruel. Ele me parece muito cruel porque ele estimula e gera uma série de deficiências e eu diria até de maldades. Se nós pensarmos no funcionamento desse sistema político e não se discute, me parece que há consenso de que é necessário uma reforma política, não se decide sobre quais pontos e como essa reforma deve se dar, mas há consenso de que há necessidade de reforma política. Esse funcionamento nos permite concluir que talvez o item número um dessa reforma política tem que ser o barateamento das campanhas eleitorais. Nós já tentamos uma série de modificações. Então, eu comentava agora a pouco com o Dr. Manoel Veríssimo que lá na época do PC Farias, lá na época do impeachment do Presidente Collor, aquela eleição, aquela primeira eleição pós-constituição que gerou o Presidente Collor, nela era proibida a doação por empresas. E aí tivemos aquele escândalo que culminou com o impeachment do Presidente Collor.

Então, com aquela experiência, o que pensamos então? Não adianta proibir, vamos aqui permitir doação por pessoas jurídicas. E desde então passamos a ter doações de pessoas jurídicas, experimentamos e agora estamos de novo, chegamos à conclusão de que não, doação por pessoas jurídicas é o grande problema. O grande problema penso eu é o custo da campanha.

Então, eu acho que qualquer modelo de reforma que seja discutida deve partir da premissa de que o custo da campanha deve ser drasticamente diminuído. Enquanto o custo da campanha não for diminuído pode proibir o que for que nós continuaremos tendo graves problemas no nosso sistema político.

Outro ponto que me parece também ser central nessa discussão da reforma política diz respeito à governabilidade. A gente tem hoje um sistema político que gera um verdadeiro caos no Parlamento e na relação institucional do Parlamento com o Executivo, é uma institucionalidade brava, difícil essa que nós temos. Então, numa reforma política que for pensada, a gente tem que melhorar a governabilidade, tem que trazer mais estabilidade na governabilidade.

Um terceiro ponto que eu diria também, elegendo como premissa das opções que eu faço na sequência é que, tem o terceiro ponto, baratear as campanhas. É isso, os dois pontos que eu acredito que devem guiar as opções que nós façamos quando pensamos em reforma política. E aí falamos aqui os temas da Mesa, são três. Falamos sobre a lista fechada. É um tema bastante polêmico tem esse histórico, sempre foi defendido pelo PT, historicamente defendido pelo PT, me parece que ele está intimamente ligado à questão do gasto nas campanhas eleitorais, não é?

E eu que lá atrás, eu estava lembrando Professor João Paulo, há alguns anos tivemos esse mesmo debate aqui nesta Casa e lá naquela oportunidade eu falava que não era necessária uma reforma, bastavam alguns ajustes que o sistema funcionária. E eu hoje, refletindo, após o seu convite, chego à conclusão que precisamos sim de uma reforma, uma reforma

profunda. O sistema proporcional do jeito que aí está, em que o candidato tem que pedir voto numa área muito grande é o grande causador do problema que nós temos hoje de gasto elevado em campanha eleitoral.

Então, eu tenho a impressão e cada vez mais convicto disso de que esse sistema proporcional com o candidato pedindo voto para muita gente, numa região muito grande, não funciona, ele não dá certo. Ele é um dos grandes causadores das crises que nós vivemos. E, portanto, tenho e digo isso porque eu sou um neoconvertido, tenho cada vez mais me convencido de que vale a pena testar o distrital misto no Brasil. Porque no distrital misto o candidato vai se preocupar com o distrito, ele vai ter que ter recursos no distrito, para buscar votos no distrito. Quem vai buscar votos naquela área maior, digamos, no Estado todo é o partido. Então o partido tem mais condições de recursos financeiros para buscar esses votos no Estado todo. Penso que essa seria uma solução que aplacaria ou ao menos uma tentativa de aplacar esse problema do gasto de campanha, que se não tratar do elevado gasto de campanha não há alteração que faça esse sistema funcionar.

Outro ponto que também é objeto aqui de debate diz respeito ao fim das coligações. Como eu disse, eu imaginava lá atrás que bastava terminar, acabar com as coligações que o sistema proporcional funcionaria, mas hoje acredito que não. Acredito que se acabar as coligações e o sistema proporcional for mantido, é o problema do gasto. O candidato para se eleger vai ter que gastar muito, ele vai precisar de muito recurso. Um candidato para se eleger, digamos, nos Estados maiores, quantidades absurdas de recursos e em Rondônia também. Então, a manutenção do sistema proporcional sem a coligação, com as vantagens que ele tem de assegurar maior representatividade no Parlamento, preserva essa questão central que é o gasto de campanha.

Então, eu hoje acredito que devemos abandonar o sistema proporcional, o que faz então ruir essa discussão da coligação e acho que vale a tentativa do sistema distrital misto, pensando muito nessa questão do gasto de campanha, que é central.

Quanto à cláusula de barreira, eu fui tomado de surpresa quando o Professor João Paulo disse que já não concordava mais com ela. Porque nós tivemos a oportunidade de fazer faculdade juntos e o Professor João Paulo fazia Ciências Políticas e eu Direito, e eu presenciava lá a defesa contundente que ele fazia na cláusula de barreira. Já ouvi de alguns Ministros do Supremo Tribunal Federal que hoje eles reconhecem o grande erro que foi a decisão, lá atrás, de considerar inconstitucional a cláusula de barreira. Sem a diminuição do número de partidos políticos a um número razoável, é impossível manter a governabilidade, é impossível nós termos a estabilidade do sistema político.

É fundamental uma solução rápida, uma solução para, não se governa com 35 partidos políticos. Nós temos 35 partidos políticos no Brasil e mais em torno de 40 em processo de criação, 55? Cinquenta em cinco em processo de criação, não é isso? É um absurdo, é uma insanidade, o inominável. Então, a cláusula de barreira, não sei nem se do modo como o Senado Federal aprovou a pouco, me parece que começa com 2%, depois passa para 3%, só a partir 2020, eu acho que a de 5% lá de trás deveria voltar. Acho fundamental que nós tenhamos menos partidos e quando falo menos, falo em muito menos partidos funcionando no Parlamento. Isso faria a relação institucional do Executivo com o Legislativo funcionar muito melhor.

E já me encaminhando para o final, porque eu prometi ser breve, coloco aqui uma preocupação minha que foge um pouco do tema. Eu fico muito preocupado quando eu ouço manifestações a favor de emendas à Constituição para convocar eleições diretas. Eu fico muito preocupado quando eu ouço defesa de qualquer solução para a crise institucional que nós vivemos que não passe pela manutenção da constitucionalidade.

A solução para a crise que nós vivemos está na constituição vigente, a solução para a crise que nós vivemos, queiramos nós ou não, está no Congresso que nós elegemos. Se não gostamos da Constituição vigente, se não gostamos do Congresso que nós elegemos, nós podemos mudar essa situação, mas desde que essas regras valham lá na frente, não com quebra de institucionalidade, não com mudanças das regras do jogo com ele em curso. Eu acredito que essa Constituição que nos deu esses 30 anos de estabilidade institucional, obviamente não sem turbulências, é capaz sim de nos tirar dessa crise que passamos atualmente. E inclusive, acredito que temos condições de sair maiores da crise que vivemos atualmente, desde que não quebreemos a institucionalidade, desde que a solução saia dessa Constituição, desse Congresso que lá está que é o Congresso que nós todos elegemos.

Eu renovo o meu agradecimento à generosidade do Deputado Léo Moraes e do Professor João Paulo pelo convite e agradeço a todos os senhores pela paciência. Muito obrigado.

O SR. ADOLFO THEODORO NAUJORKS NETO (Mediador) –

Interessante como nós vimos aqui a visão de quem exerce o mandato, de quem vem da Academia, da advocacia. Tudo isso me reforça a convicção de que essa reforma política que nós precisamos fazer tem que ser uma reforma para o futuro, tem que ser uma reforma que fortaleça os partidos, que democratize a participação das pessoas internamente nos partidos, que privilegie as ideologias partidárias porque os partidos são a ressonância dessas parcelas da sociedade que se fazem ouvir através dos partidos. E que essa reforma política que nós precisamos fazer para o futuro, que não seja só pontual, que não seja circunstancial, essa reforma não será feita, não vai ser feita pela Lava Jato, ela não vai ser feita pelos meninos do Ministério Público, ela não vai ser feita pelo Poder Judiciário, ela vai ser feita pela sociedade brasileira. Ela deve ser feita pelos partidos políticos e, sobretudo, pelos políticos brasileiros. São os políticos brasileiros que têm que fazer essa reforma política tão necessária para o nosso País. Eu mais uma vez agradeço o convite do Deputado Léo Moraes, agradeço o convite do Professor João Paulo, e estarei sempre à disposição para outros eventos dessa natureza, muito obrigado.

Vou passar a palavra rapidinho para o Professor João Paulo que ele tem um aviso.

O SR. JOÃO PAULO VIANA - Na verdade, agradeço Dr. Adolfo, e é só uma observação. Peço desculpas também que a gente está como tempo aqui bastante corrido, mas o argumento do voto distrital, além dessa questão da magnitude de que o distrito seria uma forma de ligar mais o eleitor com o eleito, seria também a questão do efeito Tiririca, é outro argumento eu acho um pouco falacioso, porque isso não é regra. Um colega que recentemente escreveu um texto comigo lá para o blog no Estadão, o Márcio Cunha Carlomagno, da Federal do Paraná, fez um estudo de mestrado, foi publicado agora recentemente, inclusive no Nexa Jornal, onde ele mostra que

mais de 90% dos eleitos para a Câmara dos Deputados foram os mais votados em suas respectivas coligações. Ou seja, dos 513 deputados, menos de 50, ou cerca de 50 apenas entram com os votos dos colegas, é menos de 10% do Congresso. Então o efeito Tiririca não tem esse poder todo. O que houve lá com o Eneas, de ele ter puxado candidatos eleitos em São Paulo com 300 votos, 600 votos em 2002, por exemplo, e ocorreu depois com o Tiririca, isso não é regra, pelo contrário. Então eu acho que vale a pena dar uma lida nesse porque desmitifica muita coisa e esclarece muitos pontos em relação ao voto proporcional e ao debate.

Agradecer mais uma vez ao Dr. Adolfo, e retornar a palavra a ele para o fechamento da Mesa. Muito obrigado.

O SR. ADOLFO THEODORO NAUJORKS NETO (Mediador) – Muito bem, dou por encerrado os trabalhos. Muito obrigado a todos.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Bem, antes de nós iniciarmos o próximo e último painel, onde contaremos com a participação de André Luiz Coelho, Doutor em Ciência Política, Professor da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, e também do Professor Guilherme Simões Reis, Doutor em Ciência Política e Professor da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro também, nós gostaríamos de aproximar ainda mais a comunidade acadêmica, os estudantes da realidade da Assembleia Legislativa para que cada vez tenham mais sentimento, pertencimento e interesse pela política, e quem sabe nossos futuros deputados, vereadores, líderes estudantis, de bairros, de associação.

Eu quero chamar um a um dos estudantes que irão receber as horas complementares de participação neste Seminário para estarem aqui conosco dentro do plenário, não somente na galeria. Por gentileza, eu vou nominá-los aqui, galera vocês estão intimidados, estão entendendo? Venham para cá.

- Laura Aires Cotinguiba, Gabriela da Conceição Oliveira Ribeiro, Awdrey Sophia Nascimento Silva, Suelen Deufina Feitosa, Antônia Pires de Santana, Gustavo de Moura San Juan, Edivaldo Júnior dos Santos, Márcio José Costa Barbas, Caio Gomes de Carvalho, Rosa Maria Frei Moraes, Josiane de Oliveira, Lucineide Lima da Silva, Jaqueline Ribeiro de Barros, Lucileia Ribeiro de Santana, Janáina Duran Motta, André Akio Ferraz Obinata, Débora Cristina dos Santos Araújo, Ernandes Gervásio, Taiana Silva da Costa, Crystidely Brito da Silva, Ariane Lolita da Cunha Dutra, Marcos César Pereira Ramos, Mônica Gomes de Carvalho, Morgana Mariana Gomes da Conceição, Nathália Apurinã, Ana Cleide de Almeida Viana, André Pereira Rocha, Ingrid Luíze Brasil Lima, Herivanete Ferreira Camargo, Erione de Oliveira Mota, Jucilândia Marques da Silva, Fancidalva Sousa de Castro, Marcos Cunha de Souza, José Rodrigues das Chagas, Sueli Oro Mon dos Santos, Marileth Lima Lopes, Vanessa Pereira Sousa, todos que irão participar até o final desse último painel com os doutores e também com os nossos distintos palestrantes e mediadores. Fiquem à vontade, os nossos futuros legisladores do Estado de Rondônia, com certeza.

Registrar a presença da Magnífica Reitora, que foi Reitora da Universidade Federal de Rondônia Berenice Tourinho que sempre nos brinda com sua presença e com seu potencial e capacidade intelectual. Muito bem-vinda, muito obrigado. Sempre muito bom quando a Academia, quando uma catedrática está aqui conosco nos prestigiando. Todos acomodados? Tem lugar aqui na frente, venham aqui para frente, venham para cá. Sentem-se aqui ao lado do Dr. Manoel, advogado conceitu-

ado, o Dr. Fabrício Grisi Médici Jurado, Dr. Richard Campanari, Dra. Érica, Léo Ladeia meu xará, amigo, gente boa que está aqui também conosco. Os colegas também que quiserem venham para cá, venham para dentro é melhor, a acústica aqui funciona mais, vocês escutam melhor. Dr. João Paulo, por favor, a gente vai juntar. Então vamos lá.

O nosso debate agora das 19 horas, a conferência será a seguinte: Representação Política no Brasil Contemporâneo: Lista fechada seria a solução? O Presidente da Mesa, gostaria de convidar o Dr. Manoel Veríssimo, do Instituto de Direito Eleitoral de Rondônia. Por favor, uma salva de palmas para o Dr. Manoel. E como conferencista vamos convidar o Professor Dr. André Luiz Coelho, Cientista Político, Professor da UNIRIO. Por gentileza, Professor. Sinta-se em casa aqui em Rondônia, Professor. Em ato contínuo, gostaria de passar a palavra para o Presidente da Mesa, Dr. Manoel Veríssimo.

O SR. MANOEL VERÍSSIMO (Mediador) – Inicialmente, gostaria de dar boa noite a todos e parabenizar, agradecer ao Deputado Leonardo Barreto de Moraes, Léo Moraes, pela pujante, pela brilhante iniciativa de estar trazendo mais uma vez um tema palpitante, um tema tão sensível para a política nacional. E em que pese estar sendo nesse momento, Dr. André, ofuscada por duas reformas importantes também para o País, que é a da Previdência e a trabalhista, mas nós não podemos fazer uma reforma casuística. E, por isto, iniciativas como essa, Deputado, são brilhantes, são louváveis e gostaria de parabenizar o senhor e agradecer a oportunidade de estar aqui para abrir um evento da estrela da noite que será o Dr. André Luiz Coelho. Queria agradecer em nome dos aqui presentes, em nome da minha Vereadora, Vereadora Cristiane Lopes; cumprimentar os colegas advogados, em nome do Secretário Geral da Ordem Dr. Márcio Nogueira e também do Conselheiro Federal da OAB, Dr. Fabrício. Eu só me lembro do Médici Jurado, o do meio que o senhor falou, eu esqueci, Deputado, Grisi? O Grisi eu tinha escutado, eu tinha esquecido, Fabrício. Mas vamos lá. E também não posso deixar de registrar e agradecer o convite do Professor João Paulo, um estudioso, que desde meados de dois mil e... Ele disse 2003, mas eu tenho acompanhado a trajetória do Professor João Paulo a partir de 2007, defendendo e trazendo sempre, estudando o sistema eleitoral brasileiro e parabenizar, Professor, vejo que o Senhor escolheu a dedo os palestrantes para abrilhantar esse evento. E, por fim, mas não menos importante, o jornalista e amigo Léo Ladeia. Obrigado Léo, pela sua participação aqui no evento.

E eu começo, Deputado, com a seguinte pergunta, e essa pergunta é direcionada ao nosso palestrante. Doutor André, muito se falou aqui em crise do sistema de representatividade: crise ou transformação? É uma das perguntas que deve ser respondidas com outra, Dr. Richard Campanari. Há uma desconfiança, pelo o que eu estudei num artigo de Vossa Senhoria, chamado de Representação Política: responsabilidade do Brasil contemporâneo. Há uma desconfiança imensa do eleitorado com os partidos políticos. Hoje a população, os representantes, não sente de fato representada pelos que ali estão, pelos nossos deputados estaduais, vereadores, deputados federais. E um estudo do Latinobarômetro, é isso, nos mostrou que alguns temas afetos, que são anseios da população, não representam de fato o que é proposto pelos nossos representantes. Por exemplo, Segurança Pública, no ano de 2005 era o maior anseio da população, salvo engano, e os nossos representantes, vamos dizer assim, o Legislativo, vamos usar o Legislativo, vê economia. E parece que esse cenário muda em 2010, com uma semelhança entre os temas.

Essa falta de representação, vamos dizer assim, pode ser amenizada com o sistema de lista fechada? É a solução? Já foi aqui posto pelo Dr. Juacy, pelo Dr. Márcio, que nem sempre a coincidência de eleições representa uma evolução. Temas locais, me parece que deixariam de ser debatidos. Mas o Vice-Governador Daniel Pereira é simpático, dizendo que nós estamos, e quando eu digo 'nós', eu digo 'eles', os nossos representantes estão sempre pensando na próxima eleição. E aqui, com todo respeito, *data venia*, acho que há uma confusão no instituto da reeleição que o senhor trata de amnésia, não é? Amnésia da eleição. Parece-me que quando os nossos representantes ali chegam, eles estão preocupados primeiro com as conjecturas que são postas e com o processo de reeleição. E o que de fato era para ser representado pelos que ali o lançaram, fica à parte, não é discutido.

Pois bem, eu vou deixar aqui que Vossa Senhoria discorra com mais propriedade, mas gostaria aqui também de pontuar em relação à lista chamada de 'lista fechada'. E quando se fala em lista fechada se tem aquela ideia, aquela ligação cognitiva de que não saberíamos quem seriam os candidatos. Mas não é bem assim, acho que o nome mais apropriado seria 'lista pré-ordenada bloqueada', não é? Porque eu sei quem são os nomes, mas ela já vem definida, não é, Dr. Márcio? Agora, quem irá definir?

E quando se fala em crise, quando se fala da sempiterna crise pública, não é só 02 e 60, tema recorrente é a reforma política. E aqueles que defendem esse sistema, o sistema de lista fechada, eles pontuam supostos 09, basicamente, pontos positivos, Deputado. O primeiro deles, fortalecimento do sistema partidário, Professor, em detrimento do enfraquecimento do personalismo político; o barateamento das eleições; a diminuição do número de candidaturas; a coesão programática; o fortalecimento das candidaturas femininas; a eliminação da competitividade intrapartidária e a redução do número de candidaturas, se eu não me repeti.

Pois bem, a Academia, aqui eu peço permissão a minha Presidente, a Dra. Érica, ao meu amigo Dr. Tales, ao Dr. Richard, ao Dr. Luiz Felipe para falar em nome da Academia, da ABRADep – Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político. A Academia tem estudado e é veementemente contra o sistema de lista fechada. E ela combate esse sistema dizendo que alguns desses supostos pontos positivos são inerentes ao sistema proporcional e não do sistema de lista fechada como, por exemplo, a representação das minorias. A representação das minorias e a diminuição das distorções provocadas pelo sistema de representação. Vejam bem, seria essa eliminação, por exemplo, da competição intrapartidária benéfica? Enquanto a gente teria um freio no fisiologismo, nós teríamos também o estancamento do debate de ideias. E aqui eu peço licença ao Professor João Paulo, o que se propõe, a me ver, é que nós teríamos uma esquerda. Um teria uma esquerda de centro, uma esquerda mais a esquerda, existiria só uma esquerda, enfraquecendo esses debates intrapartidários, seria a solução do sistema proporcional. Aliado a isso, a diminuição das campanhas. E o Doutor, volto aqui a usar o nome do nosso Secretário Geral da Ordem, simpático ao distrito alemão, eu vejo que há mecanismos no que se apresenta hoje, suficientes para se fazer um barateamento das campanhas eleitorais. Um deles, por exemplo, foi colocado aqui pelo Dr. Juacy, que nós fazemos um teto global nominal e não percentual dos valores. E um indicativo trazido pela Academia é também a questão da intensidade das propagandas e o modo de propaganda eleitoral. O horário eleitoral gratuito, que de gratuito só tem o nome, na verdade ele é muito caro. Ele só é gratuito para o partido

político. Aquela peça publicitária, o Deputado, que já participou de algumas campanhas, pode falar com alguma propriedade, ela tem um custo bem elevado, Deputado. Hoje nós vivemos um momento, tanto nacional como regional, em que a produção de uma campanha eleitoral com marqueteiros bons que levem a ideia e consiga transmitir a ideia do candidato ela é cara, em contraponto nós temos as mídias sociais. Barack Obama, em 2008, não usando ainda das mídias sociais, mas da internet conseguiu - não é, Professor João Paulo? - fazer uma campanha de qualidade usando uma ferramenta barata. E aí, nas eleições de 2014, 2016 a mídia social, vamos falar aqui de facebook que é a única que eu utilizo, não tenho muito conhecimento em Instagram entre outros como Snapchat, enfim, mas ela se mostra uma ferramenta acessível, com um custo/benefício considerável.

O que propõe então a Academia? Como eu já disse, um aprimoramento do que aqui está posto. De que forma? Foi falado por aqueles que me antecederam, o fim das coligações nas eleições proporcionais, é um ponto.

O segundo ponto seria que na participação do quociente eleitoral, mesmo aqueles partidos que não atingissem participassem das sobras, Professor, e participasse pela maior média e não pela melhor média. Isso seria uma forma de fortalecimento, na visão da Academia, do sistema que aí está, Professor.

Novamente, Deputado, essas são as nossas singelas considerações. Parabenizo Vossa Excelência e passo a palavra aqui ao nosso palestrante da noite. Meu muito obrigado a todos.

O SR. ANDRÉ LUIZ COELHO – Boa noite. Primeiro eu gostaria muito de agradecer ao Deputado Léo Moraes, pelo convite. É uma grande alegria de fato, pela primeira vez estar aqui em Rondônia, e obviamente ao meu amigo também João Paulo, pelo convite também, é uma grande alegria realmente. Nós fomos muito bem recebidos aqui, comemos um peixe maravilhoso. Então eu já estou aqui felicíssimo por estar aqui, enfim, comer tão bem, isso nos alegra bastante. Aproveito também para, enfim, falar aqui com o Dr. Manoel Veríssimo e todas as pessoas que aqui estão, os Advogados, os alunos, todos aqueles aqui presentes.

Bom, a minha fala vai sair um pouco do que foi falado aqui no sentido, não vai sair porque na verdade ela vai para outro caminho porque eu vou trazer algumas reflexões mais filosóficas, não necessariamente factuais. Mas na verdade tentando conectar filosofia e realidade do que é política e realidade eu acho, mas interessante para a gente, principalmente quando temos alunos também de graduação, pensar um pouco na representação política a partir da filosofia política também. E também minha função, como professor, muitas vezes, é justamente é de provocar. Nós professores, gostamos muito de provocar os nossos alunos, principalmente aqueles professores de Cursos de Humanas, de Ciências Sociais, Ciências Política. Então, venho aqui provocar vocês também. E pensando também como é importante, Deputado, essa relação, foi o João Paulo, essa relação entre o Direito e Ciência Política. Eu e o Professor Guilherme, por exemplo, hoje nós damos aulas no mestrado em Direito e Políticas Públicas na UNIRIO, que é um mestrado justamente que metade dos professores dá Direito e metade dá Ciência Política. Então, nós estamos dando aulas para Desembargadores, para Promotores, Procuradores e também Cientistas Políticos, funcionários públicos justamente por isso, tentando conectar o Direito e a Ciência Política, o Direito e a Política Pública. Então, mestrado

bastante interessante, convido vocês também, todos e todas a ir ao Rio de Janeiro, tanto para esse mestrado em Direito de Políticas Públicas como também nós damos aulas no mestrado em Ciência Política também na UNIRIO. Então são dois mestrados, vocês podem também ir algum dia ao Rio de Janeiro e continuar a formação de vocês na UNIRIO.

Bom, seguindo, minha fala aqui vem com a importância de pensar o conceito de representação política para a atual realidade brasileira. Fundamental esta Mesa, este dia, esta Audiência Pública é muito informativa, muito importante para os alunos e com certeza para as pessoas que estão nos vendo agora na filmagem, que realmente possamos pensar soluções para sair da crise ou para diminuir a crise e principalmente, como foi bem dito aqui, diminuir o hiato, diminuir a distância entre representantes e representados.

Nós que estamos na Ciência Política muitas vezes ficamos muitos tristes quando conversamos com as pessoas, de um modo geral, e as pessoas falam: “poxa, mas eu não vejo a política de uma forma positiva”. Isso dói muito para a gente, porque na verdade nós trabalhamos muito para isso, levamos a sério a política, a Ciência Política e na verdade, como fazer para as pessoas se sentirem representadas? Acho que é uma pergunta fundamental para todos nós. A política não é externa a ninguém, a política faz parte do nosso dia a dia. Desde que nós nascemos, nós já estamos dentro da política, afinal nós somos registrados, se nossos pais não nos registram, eles perdem o pátrio poder. Então, a política existe, educação é política, ela diz o que você pode fazer o que você não pode fazer, têm que usar roupa, as meninas têm que..., enfim, cruzar as pernas, tudo isso é política, gente. Então, a política não é externa. As pessoas têm que pensar isso e quem pensa que a política é externa, está errada. Da mesma maneira como quem pensa: - Ah, todo político é ladrão! Está errado. Então, é assumir que todos somos ladrões, todos nós somos errados. Ou seja, está errado, está errado! Então, na verdade a política não é externa.

Então, um ponto eu vou também falar, que não foi falado aqui na Mesa, é a responsabilidade do cidadão, do eleitor. Nós temos responsabilidade de pensar, com certeza. O cidadão também tem responsabilidade e eventos como estes são fundamentais justamente para quê? Para informar a vocês sobre as responsabilidades dos cidadãos, dos eleitores. As reformas que nós estamos propondo aqui, não têm efeito se vocês não souberem o real conteúdo delas. Isso é muito importante. As pessoas têm que saber o que é uma coligação, por exemplo, por que ter uma coligação, por que não ter uma coligação, um dos requisitos fundamentais.

Mas seguindo, falando um pouquinho rapidamente do histórico, do conceito de representação política, nós percebemos que Norberto Bobbio tem uma definição bem interessante que diz: “a representação política pode ser percebida de uma maneira muito sintética em Assembleias Parlamentares regularmente eleitas, que basicamente atuam como mecanismo de controle dos representantes dos representados em relação aos representantes”. Ou seja, quando pensamos em política, principalmente política ocidental, nós temos que voltar à Grécia Antiga. Como acontecia na Grécia Antiga, na pólis? Acontecia justamente que um número restrito de cidadãos, entre três e quatro mil, através da democracia direta, debatiam e votavam sobre o que queriam, perfeito? Só que na verdade a pólis era muito excludente. A polis, como nós conversamos aqui, não pegava minorias; mulheres, por exemplo, aqui nós temos uma maioria de mulheres, ainda bem, mulheres não estavam presentes no corpo político, perfeito? Escravos que eram, enfim,

muitos volumosos, também não votavam. Quem votava eram homens brancos com uma renda definida. Então, o conceito de representação política, tem a ver justamente com o momento histórico em que ele perpassa. Então, a pólis, democracia direta era possível. Mas se você amplia o número de cidadãos, amplia o sufrágio, nós temos que pensar justamente a representação, ou seja, escolher alguém que vai lhe representar.

A representação política é muito bonita porque, a gente falou aqui também de conflito, o conflito diminui ou desaparece ou ele tende a desaparecer justamente quando nós temos a eleição. Ou seja, no lugar de grupos ou facções estarem brigando em campo aberto, numa guerra, nós fazemos o quê? Nós simulamos, prestem atenção, simulamos este conflito aberto por meio de representantes, mais a esquerda, mais a direita. Então, é algo, uma construção filosófica muito bonita, gente. Ou seja, a representação política evita o conflito, ela evita o derramamento de sangue. Portanto, queridos e queridas, quando estamos negando a política, estamos fazendo justamente o quê? Ampliando a possibilidade da guerra, do conflito, da violência.

O Brasil neste momento se encontra, inclusive, muito polarizado justamente por isso, com a negação da política, enfim, não sobra muito. Afinal, se não temos como debater as ideias de uma maneira igual, correta o que nos resta é a violência. Infelizmente a violência aumenta paulatinamente com o decréscimo da confiança na política e nos políticos dos representados. Portanto, é como aconteceu na Argentina, por exemplo, com o ‘*que se vayan todos*’, por que isso? Então nós temos que justamente que evitar que isso aconteça. Fortalecer a política é fortalecer a sociedade, nós estamos aqui justamente para pensar isso.

Então, pensando mais um pouco à frente, o conceito de representação política passa, por exemplo, por Roma Antiga, passa quando o Papa representa Jesus, os cardiais representam Jesus Cristo, que na verdade o Papa representaria Jesus na verdade, os cardiais representariam os seus apóstolos. Então, percebam como isso vai se desenvolvendo ao longo do tempo, mas na verdade ela toma uma semelhança maior com o que nós temos hoje, justamente na Inglaterra do século 13, 14 depois até o século 17, quando basicamente o Rei chamava os seus nobres e os seus cavaleiros, no primeiro momento para que esses nobres e cavaleiros fossem até as suas localidades cobrar impostos. Ou seja, o Rei chamava os seus cavaleiros, por exemplo, na Idade Média vamos pensar nas Cruzadas, as Cruzadas eram feitas com dinheiro. Como que nós vamos ter dinheiro para as Cruzadas? Vamos até as localidades, vamos pedir impostos, esses impostos vão financiar as Cruzadas. Então o cavaleiro, ao mesmo tempo em que ele vai lutar nas Cruzadas, ele vai cobrar impostos, perfeito? Mas o que acontece? Em algum momento, com o passar dos séculos, esses cavaleiros, esses nobres passam a representar determinadas circunscrições, determinados territórios. Como assim? Bom, cavaleiro fulano de tal é oriundo de território X, cavaleiro cicrano de tal é de território Y. Então o que acontece? Habitantes daqueles territórios, daquelas circunscrições passam a cobrar desses cavaleiros uma posição também. Há uma frase muito famosa na Ciência Política que se diz o seguinte: “taxação sem representação é tirania”. Ou seja, em algum momento as pessoas passam a perceber que devem demandar a seus representantes junto ao Rei, e aí você cria justamente a Câmara dos Comuns, você tem a Câmara dos Lordes, que são dos nobres, a Câmara dos Comuns passa a ser justamente o representante do povo.

Então a história da evolução política é muito bonita, uma construção filosófica conceitual muito bonita, gente. Então, negar a política é negar também essa história, essa trajetória do pensamento político ocidental contemporâneo. E a partir daí, séculos depois, esses representantes passam a ser pagos, percebem, pagos pelos cidadãos daquelas regiões para representá-los junto e ao Rei. E aí você institui o chamado Parlamento, aí que surge a ideia do Parlamento inglês que é tão copiado por todos nós.

Mas agora tem uma questão diferente, a gente está falando aqui de voto distrital ou voto binomial, ele surge também em parte, não só, mas em parte da Inglaterra, na Inglaterra século 14, 16, 17 com distritos pequenos. Então, ele surge justamente num momento histórico definido, diferente do Brasil. Então o voto distrital ou o voto binomial surge num momento histórico definido de grupos pequenos ainda, nesse momento nós temos inexistência de partidos políticos, por exemplo. Daí, de lá para cá muita água rolou.

Bom, e aí passando, pulando, chegando mais para cá, no século 19 nós temos a extensão paulatina do sufrágio e dos direitos para as pessoas. Essa expansão, ou seja, o aumento do número de cidadãos também necessita de uma reforma. Ou seja, já começando a responder a sua pergunta, as crises são fundamentais para a transformação, perfeito? Ou seja, se você pensa, por exemplo, no caso das mulheres, em algum momento houve uma crise as mulheres chegaram e falaram: - nós queremos participar. Os homens não queriam permitir por uma série de questões, mas foi necessário. Por exemplo, quem nunca viu esse filme, é um filme muito legal de dois anos chamado "As Sufragistas", que mostra justamente, na Inglaterra, o movimento das mulheres para votar e como que muitas vezes elas sofreram, foram mortas. Interessante falar que cada direito social, cada direito político que ganhamos, queridos e queridas, não vem à toa. Ele vem à custa de muito sangue, suor e lágrimas. Então nós temos que pensar que votar, trabalhar oito horas, ter licença-maternidade, por exemplo, para que nós pudéssemos ter isso, muita gente morreu, muita gente deu suas vidas. Então é importante pensar mais uma vez na importância da política e da militância política, da luta política, porque a militância política se dá das mais diversas formas. Então é muito importante se envolver com política por conta disso.

Seguindo, das Assembleias hereditárias passam às Assembleias eleitas, e com o aumento do sufrágio, o aumento do número de cidadãos que estavam aptos a votar e depois a serem votados, nós temos justamente o que se falou bastante aqui, o desenvolvimento de modelos distintos de representação proporcional. Ou seja, novas soluções institucionais para o campo da representação política. A pergunta de lá, é a mesma pergunta que fazemos aqui agora, como tornar a máquina de representação eficiente? Eu estou dando essa volta toda porque nós, como acadêmicos, a gente gosta muito de olhar o passado, não é? Estou tentando trazer o passado para pensar o presente, perfeito? Mais ou menos a minha ideia é justamente essa de deslocar um pouco a discussão, trazer um pouco do histórico da representação política para a gente poder pensar melhor o presente. E, por exemplo, eu trago agora Jean Jacques Rousseau, um filósofo político bastante conhecido, eu me lembro em Rousseau pensando em lista fechada. Rousseau vai dizer o quê? Que a representação política praticamente não existe, porque o ideal é que o cidadão só aceite a política quando ele participa, certo? Ou seja, eu só vou aceitar uma determinada decisão política se eu participei do processo. Mas é impossível participar do processo o tempo todo, então ele vai

dizer o seguinte: o cidadão deve participar o máximo possível do processo.

Agora, quando você tem a lista fechada, como foi muito bem conversado aqui nesta Mesa e em mesas anteriores, o cidadão não consegue escolher o seu representante porque ela já vem pré-ordenada. Então, pegando o argumento de Rousseau, talvez a lista fechada não seja necessária, não seja desejável inclusive, porque ela vai diminuir a participação efetiva dos cidadãos. Então a gente traz filosofia política para pensar a nossa realidade contemporânea, porque talvez a lista fechada desrespeite a soberania popular.

Eu vou aqui muitas vezes falar bem e falar mal da lista fechada, do voto distrital e binomial, na verdade, como eu falei para vocês a minha intenção aqui, muitas vezes, não é dar respostas, mas sim dar provocações e perguntas. Eu acho que o papel de um professor muitas vezes é justamente esse, de provocar, e a partir da provocação a reflexão vem, surge.

Bom, e aí, pulando um pouquinho mais, quando pensamos na literatura dos Estados Unidos, de federalistas, por exemplo, especificamente autores federalistas, eles têm uma preocupação muito grande importante também, que você pode perceber como crítica hoje à lista fechada, que é a seguinte: eles tinham uma preocupação muito grande de evitar que facções políticas, grupos políticos dominassem, tomassem o controle da representação. Prestem atenção, estamos falando que a soberania é popular, ela não deve ser de grupos específicos. Então, se imaginando que a lista fechada pode ser dominada por um grupo específico ou por caciques específicos, você, talvez, olhando pelo prisma dos autores federalistas você pode, portanto, estar permitindo que uma facção política roube a sua soberania, de novo é uma provocação. Estou usando na verdade autores de 300 anos atrás para pensar a realidade contemporânea. Ou seja, na verdade a população perderia a capacidade de escolher diretamente seus representantes e ficaria então subordinada à ordenação feita pelos líderes partidários. E aí, a gente conversou aqui muito sobre os modelos, o Professor João Paulo falou várias vezes sobre isso também, que modelos a gente pode escolher? Não seria bom, na verdade, um modelo em que nós pudéssemos ordenar esta lista? Como ordenar esta lista, uma vez que essa lista venha? Bom, os federalistas também diziam o seguinte, o equilíbrio de uma democracia só irá acontecer se cada representante buscar de fato o seu eleitor.

Pessoal, isso é muito interessante e importante porque diz o seguinte, o mandato, é uma visão de mandato vinculado: o mandato do representante não é só seu, ele é do povo e você tem que ir buscar o povo o tempo todo, porque é a ele que você deve prestar contas. Então, o bom representante ou a boa democracia é justamente quando você tem uma série de representantes buscando o seu eleitorado e aí você tenta, a partir daí trazer maior equilíbrio à democracia. Mas aí têm alguns problemas que são, as Mesas anteriores falaram, as coligações, por exemplo, são bem importantes nisso, mas como que o representante sabe efetivamente quem votou nele, se os votos muitas vezes são perdidos? Ou seja, quando você tem sistemas eleitorais que nem sempre permitem dentro da representação proporcional, tanto que o representante como o representado consiga identificar justamente quem votou, foi dito aqui, por exemplo, o caso de alguém que vota no PT, mas que está na coligação com o DEM e na verdade acaba elegendendo alguém do DEM. Ou seja, você não consegue identificar justamente em quem você votou e aí você fica meio que sem saber basicamente a quem cobrar. Bom, seguindo, passando mais à frente. Então, a lista fechada por outro lado, tem o

lado positivo ou não, mas um lado positivo que você vota lista fechada no partido e você pode identificar o partido e você pode cobrar o partido. Então, por outro lado, poderia ser algo positivo.

Bom, mas a gente falou muito aqui de minorias. Eu pergunto, jogo aqui a pergunta às reflexões: as minorias estariam presentes nas listas fechadas? Hoje em dia, já foi muito dito aqui que existem uma série de entraves, por exemplo, para a participação feminina, certo? E aí, as mulheres teriam condições de ordenar as listas e ficar nos primeiros lugares, por exemplo? E uma série de outras minorias teria condições de estar lá no início da fila? Então, a lista fechada, se por um lado - e eu vou falar mais à frente sobre isso - ela aumentaria a ideologia, ela privilegiaria o partido e talvez a ideologia, ela seria pavorosa para minorias. Ou seja, aqueles deputados, senadores, vereadores que defendem minorias específicas, sejam elas quais forem, provavelmente não seriam eleitos, porque não teriam um lugar nas listas, e aí, nós teríamos uma democracia mais elitizada.

Então, tudo isso é muito importante para a gente pensar sobre que modelo nós queremos. O Professor, o Doutor Manoel Veríssimo acabou de falar também sobre a distinção entre representação local e nacional. E aí eu falo em relação, por exemplo, à lista fechada também. Mas como assim lista fechada e local versus nacional? Quando você tem o nosso modelo, onde eu possa escolher diretamente o candidato, um político, ele tem que fazer uma campanha no local, ele vai ficar muito preocupado, justamente, com o local, por questões obviamente de chegar ao seu eleitorado e por questão de reeleição, óbvio. Se existe a reeleição, todo político ou a maior parte dos políticos pensam na reeleição como natural. Então ele vai buscar no seu mandato a reeleição e tem que buscar realmente. Faz parte do processo buscar a reeleição ou buscar eleição num outro cargo. Então, ele vai ficar não preso, ele vai ficar muito ligado ao local e é normal.

Agora, se você tem a lista fechada, por outro lado, talvez o nacional ganhasse mais peso, no sentido de que o partido vai trabalhar no local, não só o candidato individual, perfeito? Ou seja, não sou eu que vou ter que percorrer sempre 700 quilômetros, mas membros do meu partido estariam percorrendo os 700 quilômetros. E aí o meu partido seria identificado, não o indivíduo, não o candidato individual. Com isso, as orientações nacionais do partido poderiam ser mais relevantes, e a política local não seria negativa de maneira alguma, mas questões nacionais poderiam tomar mais vulto, se tornar mais relevantes. Então, tudo isso eu estou trazendo para vocês questões para a gente pensar, basicamente em a escolha de uma ou outra, perfeito?

Seguindo o que eu dizia, nós também pensamos no caso da ideologia. Em teoria, tudo isso é em muito em teoria, na lista fechada a ideologia seria mais contemplada. Isso seria muito interessante também por quê? Vocês estão percebendo estou dando vantagem e desvantagem da lista fechada, não é? Bom, o que eu ouço muito dos meus amigos que não estão na política: 'mas a ideologia terminou, não há diferença entre direita e esquerda'. Eu realmente fico bastante incomodado com isso. Eu acho que as ideologias não terminaram e que existe diferença entre direita e esquerda. E aí, quando você pensa em lista fechada, isso ficaria ainda mais claro no sentido de que partidos para se diferenciar de outros partidos, deveriam assumir posições políticas definidas ou ideologias definidas.

É muito difícil para um deputado ou um vereador, numa campanha, conseguir falar sobre ideologia, porque tem tanta

coisa: segurança, moradia, perfeito, desemprego, enfim, questões locais. É muito complicado para um candidato falar sobre ideologias nas eleições, principalmente em eleições proporcionais. É possível falar em eleições majoritárias, ou seja, para prefeito, para governador, para senador, para presidente. Agora, nas eleições proporcionais é difícil. Logo, pensemos, se o partido assume o papel de falar sobre a ideologia e ele assume esse papel para se diferenciar de outro partido, logo, o tema da ideologia poderia ser mais visível ao eleitor, perfeito? O eleitor poderia perceber: o PT é diferente DEM, que é diferente da Rede, que é diferente do, enfim, PTB. Ou seja, quais são as diferenças entre os partidos? Talvez fosse mais fácil, isso economizaria os custos do eleitor. Ou seja, os custos para o eleitor normal compreender qual é a ideologia do seu candidato são altíssimos, mas quando você pensa no partido, você economiza o cálculo do eleitor, economiza os custos de informação ao eleitor. Ou seja, o bom eleitor tem que se informar e isso é muito custoso. Custoso não só no sentido de comprar jornal, ter acesso a internet, mas de parar sua vida e ler, se informar diariamente. E, vejam bem, quando eu falo de informação, eu não falo informação de uma única fonte, de um único jornal, de um único telejornal. O bom eleitor é aquele que se informa de vários telejornais, de várias fontes, tanto da oposição como da situação, e a partir daí forma a sua opinião. Isso é muito custoso, gente, porque no lugar de brincar com seu filho, no lugar de ir à praia, de fazer um churrasquinho, você vai ter que se informar. Isso é muito custoso. Mas, no entanto, acho que cabe a nós que aqui estamos, sair daqui e extravasar, a Assembleia Legislativa, e dizer para amigos, parentes, colegas de trabalho que, 'se vocês querem uma democracia melhor, um País melhor, vocês têm o seu papel, que é de se informar, votar naqueles que fizeram um bom trabalho, premiar aqueles que fizeram um bom trabalho', e, do mesmo modo, não premiar aqueles que não fizeram um mau trabalho. Então, falando, vou falar mais à frente ainda, amnésia política, é isso aí. Ou seja, por que a amnésia política no Brasil é tão alta? Por quê? Eu, enfim, de novo eu vou jogar a bola não só para políticos, mas vou jogar a bola para os cidadãos também. Se você pergunta 06 meses depois das eleições em quem eles votaram, eles não lembram. A maior parte das pessoas não lembra em quem votou 06 meses depois. Que democracia é essa, queridos e queridas? Que democracia é essa? O cerne da democracia, a premissa da democracia é você acompanhar em quem você votou. Você não lembra em quem você votou, simplesmente você dá um cheque em branco. Eu sou muito sincero, e talvez até um pouco radical, se você der um cheque em branco para o representante, você não pode cobrar o representante depois, porque você se eximiu da responsabilidade. Você se eximiu da responsabilidade, você deu um cheque em branco para o representante, então vai cobrar por quê? Você não participou do processo, quer dizer, participou do processo por processo. Vou pegar aqui mais à frente, porque eu acho que a democracia não se faz a cada dois anos, nem a cada quatro anos, ela se faz diariamente. Quando políticos e cidadãos entenderem isso, talvez a gente consiga ir para frente, para além das regras eleitorais, que são fundamentais e importantíssimas. Eu estou falando aqui de cultura política, estou indo um pouco mais diferente. Porque, gente, é muito complicado. Eu fico nervoso, penso, enfim, como alguém que trabalha com isso, como melhorar a democracia, não é? A democracia exige maior participação. Isso tem que ficar muito claro para todos nós. Enquanto nós não participarmos da democracia, ela não vai melhorar. Todos nós temos que participar da democracia.

Seguindo, vamos lá. Por outro lado, eu vou falar também outra, eu estou sendo aqui bem provocativo, não é? Outra vantagem talvez, da lista fechada, seria justamente ir contra o que muitos chamam de 'clientelismo e personalismo' da política brasileira, em que sentido? No sentido de que políticos muitas vezes não estão preocupados com ideologia, estão preocupados em se reeleger. Então podem sair, como acontece muitas vezes, de um partido para outro partido com orientação ideológica radicalmente distinta. Ou seja, o que importa para determinados políticos, portanto, não é ideologia ou o partido, o que importa é a conexão com determinado grupo de cidadãos, com sua base, perfeito? Então, você pode dizer que muitos políticos, isso não é errado, eu não acho nenhum pouco errado, acho que é normal e correto. Se eu consigo identificar a minha base, que é uma cidade, é um bairro e eu sou votado por esse grupo de pessoas e eu levo para esse grupo de pessoas, melhorias, isso é correto. A democracia está aí, isso é corretíssimo, corretíssimo, corretíssimo! Para muitos, negativo; para muitos isso é personalismo, isso é clientelismo. Eu não vejo, eu vejo algo como necessário, parte do processo. Mas por outro lado, esses modelos de maior proximidade entre políticos e suas bases eleitorais teriam maiores complicações na lista fechada, porque basicamente, por mais que eu faça um trabalho junto as minhas bases, isso não quer dizer que eu vá ser eleito. Ou seja, um bom político, gerador de voto, numa lista fechada, se ele está atrás porque ele não é muito importante dentro do partido, ele não vai ser eleito, ele vai levar voto para os outros, perfeito? Então, são questões importantes para se pensar.

Bom, e aí, a gente está falando aqui de crise de representação, uma das perguntas foi sobre isso. Eu estudo América Latina, meu tema principal de pesquisa é a América Latina. E nós temos uma literatura clássica, até meu orientador de doutorado nos Estados Unidos, tem um texto muito clássico sobre isso, sobre crise de representação nos Andes. Você pensa nos países andinos, Bolívia, Equador, Venezuela, Peru, eles sofreram, nos anos 1990, uma enorme crise de representação que descambou também numa enorme crise política institucional. O sistema político basicamente ruiu nesses países. O sistema partidário ruiu nesses países, partidos que estavam no poder há 20, 30 anos, simplesmente sumiram, sumiram. Então, para pensar lá, pensar na literatura clássica e pensar no Brasil.

O que é que a literatura clássica fala sobre crise de representação? Ela fala sobre grande abstenção eleitoral. Ou seja, os cidadãos percebem que não vale mais à pena votar. Nós estamos percebendo um paulatino aumento da abstenção eleitoral no Brasil, ou seja, você deve conhecer uma série de amigos seus que falam: "bom, eu prefiro pagar uma multa pequena a votar".

Então, por que isso? Tem que pensar o porquê disso. Isso é um sinal de crise?

Seguindo, esvaziamento dos partidos políticos. Em grande parte a gente pode perceber isso justamente no momento que vivemos, no qual políticos e partidos políticos são atacados, e muitas vezes com razão, não podemos pegar a parte pelo todo ou o todo pela parte. Mas quando pensamos no elevado nível de corrupção que, enfim, infelizmente, temos a Operação Lava Jato está aí, enfim, as delações da Friboi, da Odebrecht estão aí para mostrar isso. Bom, parte dos políticos acaba se esvaziando. E aí o que fica? Outro sinal, e aí vamos ver agora, para frente, nas próximas eleições de uma crise de representação, é justamente o surgimento de que nós chamamos de candidatos outsiders. O que são candidatos outsiders? Candidatos que

não têm basicamente histórico na política. O que essa pessoa pensa? Essa pessoa justamente pensa: "eu vou mostrar para os cidadãos que eu não estou envolvido com a política". Afirma-se como apolítico, como se fosse possível ser apolítico. Não existe apolítico. Se alguém falar para vocês: - Ah, eu sou apolítico. Você fala: - Isso não existe. Por uma questão simples, simplesmente a escolha de não se envolver na política já é uma escolha política, percebam. A escolha de não se envolver na política já é uma escolha política.

Então, basicamente, quando você escolhe candidatos que nunca tiveram vida política pregressa, você na verdade está lidando com a incerteza máxima, porque essas pessoas que estão assumindo podem ser radicais de esquerda, de direita, as radicalidades vêm por ambos os lados. Enfim, algumas pessoas já estão imaginando que nas próximas eleições, enfim, serão eleições em que pessoas que não têm uma vida política, uma vida pública, o próprio candidato Dória é um grande exemplo disso. O candidato, agora, enfim, o Prefeito Dória mostra justamente que ele está à parte da política, ele vem de fora, perfeito?

Então, esse tipo de eleição de pessoas que estão fora da política são outsiders, poderia ser um sinal da crise. Então a gente vai ver isso nas próximas eleições. Ou seja, se mais candidatos outsiders forem eleitos, daí a gente pode falar que realmente, provavelmente estamos numa crise política, isso quer dizer o quê? Que talvez partidos políticos tradicionais percam também a sua importância. Justamente, que é pensar, será que, por exemplo, o PT, PMDB e PSDB, que estão os três partidos aqui, enfim, no meio do furacão, conseguirão eleger essas tantas pessoas no futuro? São questões fundamentais para a gente pensar, perfeito? Então, se não vão eleger, quem é que vai eleger? Quais serão os partidos e os grupos que vão, se vão, tomar à frente desses partidos com políticos tradicionais e políticas também bastante tradicionais?

Vamos lá, seguindo. E aí, já chegando ao final, encaminhando para o final, e pegando o texto que foi discutido aqui. Uma pergunta fundamental, eu publiquei um artigo em 2013, na Revista de Ciência Política do Chile com uma colega de Recife, uma colega de Salamanca, da Espanha, que basicamente a nossa pergunta de pesquisa era: existe conexão entre representantes e representados? Existe conexão entre os cidadãos e políticos no Brasil?

O que nós fizemos, como é que nós fizemos esse trabalho? Nós pegamos basicamente dois bancos de dados, duas pesquisas de opinião, uma pesquisa de opinião com os cidadãos e outra pesquisa de opinião com os legisladores, deputados federais e senadores. O que fizemos? Cruzamos os dados, perfeito? Mesmo período, mesmas perguntas. Então, e aí? O que o cidadão está pensando corresponde ao que o político está pensando? Resposta: Não.

Políticos muitas vezes, ou deputados, segundo a nossa pesquisa que é baseada em bancos de dados gigantescos, ou seja, pessoas foram até Brasília e fizeram entrevistas com todos os Deputados, fizeram um questionário para eles e eles responderam. Ao mesmo tempo, pessoas foram às ruas, institutos de pesquisas foram às ruas e fizeram as mesmas perguntas para a cidadania. Então, você vê que tem uma distância muitas vezes em temas como habitação, segurança, saúde, ou seja, nem sempre o que o político pensa ser o melhor, o cidadão pensa. Então, temos um problema, um problema informacional. A democracia tem um problema quando justamente não há uma relação, não há uma responsividade entre cidadãos e representantes. Então, isso gera, em resumo, uma enorme insatisfação e desconfiança da população em relação

à política, ao político e às instituições políticas, o que é radicalmente perigoso, porque isso enfraquece democracia e traz possibilidades negativas para a política e a democracia. Se políticos, partidos são mal avaliados, parlamentos são mal avaliados, na verdade nós estamos abrindo possibilidades que podem, por exemplo, trazer de volta o Totalitarismo para ao País. Então, nós devemos buscar sempre a negação disso e entender esse processo e perceber como podemos melhorar, que reformas devem ser pensadas no sentido de diminuir essa desconfiança e essa insatisfação.

Bom, seguindo um pouco mais, o que alguns autores advogam? Advogam o seguinte: quanto maior participação, mais estáveis tende a ser a democracia e a política. Então, uma questão fundamental, a meu ver, é ampliar a participação popular. O cidadão não deve se perceber externo à política. Então, muito se falou aqui nas Mesas anteriores e eu pergunto de fato quais foram ou quais são as percepções ou as discussões acerca da ampliação da participação popular? Eu falo isso no sentido, pensando agora de novo nos países andinos, que nós chamamos de novo constitucionalismo andino, uma das pesquisas minhas é justamente comparar constituições nos Andes. E esses países, você pode ter uma série de crítica em relação aos países, eu não estou falando especificamente dos países e sim das suas constituições, perfeito? Eles buscam o quê? Ampliar a participação popular. Essa ampliação vem de diversas maneiras. Pode vir, por exemplo, através do uso, de adoção, melhor dizendo de referendos. Ou seja, nós estamos aqui nesse momento de crise complexa, perguntando: queremos ou não queremos reformas na Previdência e no trabalho? Estou pensando aqui alto com vocês. Por que não, então, perguntar a nós cidadãos se queremos ou não queremos as reformas? É uma saída custosa, mas muito democrática e talvez menos conflituosa, perfeito? Ou seja, você vai falar que a decisão não está pegando, o que foi dito aqui ainda há pouco, em um Congresso que não tem legitimidade, num Congresso que não representa mais ninguém, que perdeu o seu apoio popular, justamente fazendo o quê? Chamando a população, chamando a população, trazendo de volta a democracia, tem custos, enormes custos, complexidade, mas são questões a se pensar. Infelizmente não tenho tempo de desenvolver mais a questão dos referendos. Você tem, por exemplo, na Venezuela e no Equador, o Poder Cidadão que é um quarto Poder, são os três Poderes normais e você cria um quarto Poder. O Poder Cidadão faz o quê? Ele ajuda a fiscalizar, ou seja, além do Ministério Público você tem um cidadão também fiscalizando, perfeito? Esse Poder Cidadão não dá também apenas na fiscalização, mas também tem cadeira dos Conselhos Consultivos que pensam políticas públicas. Ou seja, é trazer a cidadania para dentro da política, mas como? Não qualquer cidadão, é buscando o sindicato, movimento social, trazendo representantes da sociedade civil organizada, vejam bem, voltamos aqui à representação. Ou seja, vamos pensar aonde vamos colocar o dinheiro, qual orçamento, por exemplo, de Porto Velho. Então, pensar no orçamento significa trazer talvez sindicalistas, enfim, industriais para discutir junto com os políticos. Ou seja, talvez assim, pensando alto, as pessoas se sintam mais representadas e menos distantes da política, tudo isso são possibilidades.

Bom, por fim eu afirmo, na verdade a tônica da minha fala é buscar mecanismos de aproximação entre representantes e representados. Por exemplo, deputados, candidatos fazem pesquisas de opinião e deve fazer nas eleições, certo? Se um candidato quer ser eleito, ele vai contratar uma boa empresa que vai olhar e pesquisar. Ele vai falar, ele tem que falar

isso, então deve citar isso aqui, ele tem mais voto com as mulheres do que com os homens e com os adolescentes, estes jovens adultos. Aí você vai orientar a sua campanha para isso. Ou seja, todo político faz isso. A minha pergunta é, por que é que políticos não fazem isso ao longo ao longo do mandato? É custoso, é caro, é complicadíssimo, mas talvez diminuísse esse ato, essa distância, e as pessoas, talvez, que democracia não dá a cada dois anos, a cada quatro anos. Ou seja, o que eu estou falando é, e aí um bom político faz, enfim já elogiando o deputado Léo Moraes, é isso aqui, se mostra presente à população, chama a população ao debate, não está separado em seu gabinete. O bom político, a meu ver, justamente vai a sua base, ele faz o quê? Ele informa periodicamente a sua base do que ele faz. E aí sim, usando, por exemplo, hoje me dia a internet, as redes sociais, as mídias sociais das mais variadas. Imagina que o bom político deve fazer o uso frequente da internet, gastar dinheiro, imagino eu, informando basicamente aos seus eleitores o que ele faz: - Olha, eu estou aqui fazendo isso. - Ah, mas quem não tem internet? Pensa outras maneiras de chegar, tem que pensar. O que não pode é justamente, o que eu acho mais danoso à democracia é quando o cidadão fala: o político só vem aqui a cada dois anos, a cada quatro anos. Isso é muito danoso à democracia.

Então, quando o político se faz presente, justamente eu acho que ele aprimora a democracia. Eu, enfim, até por trabalhar com Ciência Política, eu faço o quê? Falo para vocês que estão aqui, principalmente os alunos, eu sigo twitter, facebook dos meus candidatos. Eu sei o que cada candidato que eu elegi está fazendo, eu sei. E o que é que eu faço? Eu premio ou não na outra eleição, ele e o partido dele, perfeito? E geralmente eu fico muito feliz, eu chego e falo para os meus colegas, compartilho no facebook e falo: olha, o meu deputado acabou de fazer, por exemplo, meu deputado fez isso no Rio de Janeiro, ele foi um dos que pediu o impeachment para o Temer. Então eu falei: estou orgulhoso disso, estou bastante orgulhoso disso, porque ele me representou, eu sei quem ele é. Ele agiu de maneira que ele vai de novo o quê? Ter o meu voto porque ele conseguiu chegar até mim e fez algo que eu concorei. Então, ou seja, políticos devem saber informar eleitores da mesma forma que eleitores têm um papel muito importante, que infelizmente nós não costumamos ter que é se informar, assumir o seu papel, assumir a importância de se informar. Então, em resumo, eu acho que era isso. Obrigado.

O SR. MANOEL VERÍSSIMO (Mediador) - Agradecer o Professor André Luiz por ter nos brindado com essa excelente palestra e antes de abrir as perguntas, Deputado, então deixa para o final.

Então eu queria convidar para compor a próxima Mesa e presidi-la o Dr. Richard Campanari, membro do Instituto de Direito Eleitoral de Rondônia - IDERO, e o Professor Guilherme Simões Reis.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Enquanto é desfeita esta Mesa, e já chegando os nossos próximos convidados conferencistas, só por conta do horário que nós temos que avançar, mas nós não vamos deixar de debater. Logo após a apresentação da próxima Mesa, a gente vai abrir rapidamente para os nossos colegas, os estudantes, todas as pessoas participarem e fazerem algumas indagações. Tudo bem? Todos de acordo? Todos de acordo. Ótimo.

Eu vou passar agora, de imediato a palavra para o Presidente desta próxima Mesa, Dr. Richard Campanari.

O SR. RICHARD CAMPANARI (Mediador) - Boa noite senhoras e senhores. Quero cumprimentar a todos vocês na pessoa do Excelentíssimo Deputado Léo Moraes e parabenizá-lo pela iniciativa. E em primeiro lugar dizer a todos, antes de apresentar o Professor Guilherme, que eu acredito bastante na política, Deputado. E acho louvável iniciativas como estas, a exemplo de outros parlamentares a própria Deputada Mariana Carvalho também tem iniciativas parecidas de aproximar a política da população e isso que Vossa Excelência faz aqui é muito importante. Eu quero aproveitar a oportunidade também para agradecer a gentileza do convite do Professor João Paulo. Eu fui aluno dele assim como os jovens que estão aí, eu tive a oportunidade de ter aula com o professor João Paulo na pós-graduação de Direito Eleitoral, e para mim é uma satisfação muito grande estar aqui esta noite junto com todos vocês e reencontrar o meu Professor.

Pois bem, eu conversava há pouco com uma das estudantes do Curso de Ciências Sociais, da matéria Ciências Políticas, do Professor João Paulo, e perguntando para ela se estavam conseguindo absorver bem o debate. Existem alguns conceitos, dentro de toda essa discussão da reforma eleitoral, que às vezes são meio nebulosos até para nós que estamos no meio. Às vezes me confundo com um sistema ou outro, me lembro das aulas da pós-graduação com o Professor João Paulo, que eu tinha tantas perguntas quantas fossem possíveis durante o tempo de aula. E o tema que nos cabe aqui na Mesa é para falar um pouco daquilo que já foi dito na última Mesa que é sobre o sistema proporcional de listas fechadas. Então eu queria simplificar só um pouquinho o tema, eu sei que o senhor vai abordar isso com bastante profundidade, mas eu sempre gostei das coisas mais simples e conceituais, até para a gente permita que os estudantes que estão aqui entendam também.

Então nós vamos falar dentro de todo esse cenário de reforma política, dentro de toda essa convulsão social, nessa ebulição de temas que estão sendo debatidos por aí, de um sistema proporcional de listas fechadas.

Pois bem, antes de mais nada, eu queria lembrar para vocês que quando nós tratamos dos sistemas eleitorais nós falamos basicamente no sistema majoritário, no sistema proporcional e misto, isso para classificação doutrinária. E para facilitar a nossa compreensão é importante que a gente entenda que o sistema majoritário é vivido no País, nós temos isso na eleição para prefeito, para governador, nós temos isso nas eleições para presidente e senadores, e o sistema proporcional nas votações para deputados, para deputados estaduais, federais e vereadores. E dentro da classificação dos sistemas eleitorais e das suas subdivisões nós vamos falar especificamente aqui da divisão quanto ao sistema de candidaturas, me parece. E dentro do sistema de candidatura nós temos outras duas divisões, que é a divisão do sistema de candidatura dentro do sistema eleitoral quanto a sua forma, que ele está dividido em sistema pessoal e de listas. Pessoal é aquele que você vota diretamente na figura do candidato e o sistema de listas que vai se subdividir basicamente em lista fechada, lista aberta e um sistema flexível, que seria uma mistura desses dois ou a possibilidade de um sistema de lista fechada, mas passível de reorganização pelo eleitor. E a gente já vive o sistema de listas no Brasil, embora isso não esteja presente muitas vezes no debate político no dia a dia.

Eu não quero me alongar muito porque eu também tenho muitas perguntas, Professor, como sempre, e eu quero deixar todo o tema e voltar ao final, se for possível, se ainda tivermos tempo, com algumas observações e quem sabe o

senhor me ajude a entender um pouco melhor toda essa problemática que envolve a escolha, dentro da reforma política, da adoção de um sistema de listas fechadas, bloqueadas, como foi dito aqui, ou então aberta ou flexível.

Então eu passo a palavra com muita honra para o Professor Guilherme Simões Reis, Professor efetivo da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, doutor em Ciência Política, mestre também, foi pesquisador do Núcleo de Estudos sobre o Congresso e também do Observatório Político Sul-Americano, foi pesquisador visitante da Universidade de Frankfurt e participou com apresentação de trabalhos ou em mesas-redondas de eventos internacionais de Ciências Políticas, como Congressos mundiais da IPSA, Congresso Latino-Americano e do Congresso do Conselho Europeu de Pesquisas Sociais na América Latina. Tem uma profusão de artigos, inclusive, logo ao início, eu tive oportunidade de debater um deles que me chamou bastante a atenção que é o Sistema da Social Democracia na América Latina.

Então, professor, seja muito bem-vindo a Rondônia. Parabéns mais uma vez ao Deputado Léo Moraes pela iniciativa, espero que essa seja uma das muitas vezes que o teremos aqui. Com a palavra.

O SR. GUILHERME SIMÕES REIS – Boa noite a todos. Primeiro eu queria agradecer a oportunidade de estar aqui, eu estou muito contente de estar aqui em Rondônia, de conhecer Rondônia. Queria agradecer muito ao Deputado Léo Moraes pela iniciativa que eu acho fundamental, é fundamental nós difundirmos conhecimento, ampliarmos o debate público. Eu acho que há pouco debate e mau debate, então eu acho importante um espaço como este. Ao mesmo tempo queria agradecer o João Paulo por ter feito esse meio de campo aí, ter ajudado a organizar esse evento, feito o convite, acho que é uma oportunidade muito rica para todos nós. Saudar Richard por dividir a mesa aqui comigo; saudar o público que está assim, até a esta hora da noite aqui pacientemente prestando atenção, ouvindo interessado, isso me deixa muito feliz. Aliás, foi uma excelente ideia do Deputado chamar vocês para embelezarem aqui a plateia, não fazia sentido ficarem escondidos lá atrás. É bem mais interessante falar para um público assim tão próximo.

Bom, vou falar uma série de coisas aqui, tentando organizar o debate, desmistificar alguns pontos, chamar atenção para outros, trazer exemplos, enfim, estamos avançados na hora, mas tem tempo, se é para falar, então, eu vou falar bastante coisa.

Bom, sempre existe certa, é um assunto que não sai nunca de pauta, reforma política, não tem um ano, não é que está com crise ou não está, não interessa, qualquer ano as pessoas estão falando que tem que fazer reforma política. E, geralmente, é interessante a gente observar, quando se fala em reforma política, a maioria das vezes estão falando especificamente de um aspecto da política, que são várias coisas que podem alterar numa reforma política, estão falando em sistema eleitoral, muito particularmente. É bem impressionante como volta esse tema, e com uma ideia um tanto equivocada de que é uma panaceia, de que você tem qualquer problema que seja, que não está funcionando bem, se você mudar o sistema eleitoral vai resolver tudo. E, aliás, foi muito bem falado, o tema da corrupção, volta e meio apontado como se fosse o sistema eleitoral resolver corrupção. Sistema eleitoral é a última coisa que vai resolver corrupção, não faz a menor diferença, está em outros âmbitos. A gente tem que pensar em outras questões quando a gente discute sistema eleitoral.

A gente tem que pensar o que a gente está gostando, o que a gente tem que alterar, quais são os efeitos que a gente espera de determinado sistema eleitoral.

Então, quando a gente fala, e várias falas chamaram a atenção que todo mundo tem o seu sistema eleitoral de estimação, é verdade. Mas nem todos têm o sistema eleitoral de estimação com uma clareza sobre o que significa o sistema eleitoral que está defendendo. Eu acho que diferentes sistemas eleitorais podem ser defendidos obviamente, e vai ficar muito claro na minha fala, eu sou um proporcionalista, eu rejeito qualquer hipótese de abrimos mão do sistema proporcional, por quê? Baseados em princípios, eu entendo que proporcionalidade, você permitir que diferentes correntes de opiniões sejam representadas de acordo com a força que eles tenham na sociedade. Isso significa não os mais fortes, significa que aquele que tem uma parcela minúscula da sociedade vai ser representado de forma igualmente minúscula no Parlamento, se for grande o suficiente para ter pelo menos um deputado. Eu sou um proporcionalista.

Agora, outras visões do que é uma boa sociedade, do que é um bom sistema político, obviamente vão justificar a defesa de outro sistema eleitoral não proporcional, mas é importante ter clareza sobre o que quer. Não é combater corrupção não é, enfim, tem que ter clareza de relação de causa e efeito.

Dito isso e deixando claro que eu sou proporcionalista, muito me alegra que o debate sobre reforma do sistema eleitoral esteja, hoje, em torno de adotar ou não a lista fechada, é incrível. Se nós recuarmos poucos anos, a maioria da classe política não queria sistema proporcional de lista fechada. Frequentemente defendiam mecanismos majoritários, e aí pode ser sistema majoritário uninominal, que é popularmente chamado distrital, não é um termo correto, é bom deixar claro, porque todo sistema eleitoral se baseia em distrito eleitoral, que é a área onde o representante é eleito. Então, por exemplo, quais são os nossos distritos eleitorais, hoje, para eleição para a Câmara dos Deputados? Os Estados, as unidades da Federação. A unidade inteira é um distrito com vários representantes eleitos ali. Então é um sistema distrital, todo sistema eleitoral é distrital. Especificamente quando se fala que é um sistema distrital, está se referindo ao sistema majoritário uninominal, criam distritos muito menores, áreas, um bairro, um município pequeno, um conjunto de bairros, onde um único representante eleito naquele distrito. É isso que se chama de majoritário uninominal, o termo técnico adequado. Quando falam de distrital, estão se referindo a isso.

Então, em torno do distrital, em torno de outro um sistema eleitoral que é popularmente chamado distritão, que aí pensam, que distrito pequenininho é distrital e quando foi um distrito grandão é distritão, enfim, parece que foi a ideia de uma criança que deu o nome de distritão, não faz sentido. Não é, aí é um distrito grande, mas é um sistema majoritário, os mais votados se elegem independente de partido.

É em torno desses sistemas ou um sistema misto, que é uma combinação de proporcional com majoritário, mesmo esse... Foi defendido por vários, vários palestrantes aqui, hoje. Eu não gosto não, eu sou contra a qualquer mecanismo majoritário, eu vou falar sobre ele com mais cuidado daqui a pouco. Então, o debate geralmente é em torno disso, quem defendia sistema proporcional de lista fechada? O PT, como foi falado aqui, o PSOL, o PCdoB meio que ficava ali lista fechada, lista flexível. Eu vou explicar melhor lista flexível, também, mais para frente, mas basicamente... Poucas exceções na direita, o Senador Ronaldo Caiado, por exemplo, defende sempre o sistema de lista fechada, já há alguns anos, consistentemente,

mas é uma exceção, então eram poucas pessoas. E é muito curioso que num momento tão grave da nossa história, um momento de, para usar um termo bastante leve, para ser o mínimo polêmico possível, de profundo déficit democrático, eu não costume usar termo, categorização tão leve, é um eufemismo bem grande. Eu não costume usar esse eufemismo para me referir ao nosso cenário atual. Enfim, num cenário tão complexo emergir com uma possibilidade de reforma 'lista fechada'. É curioso, na verdade, um cenário de terra arrasada aparece uma oportunidade para construirmos um sistema partidário mais sólido, por exemplo, é bastante curioso.

Foi levantado, a meu ver, muito possivelmente de forma correta, que boa parte dos neodefensores da lista fechada, que até ontem defendiam os sistemas majoritários ou sistemas mistos, enfim, está na ideia de que a lista fechada, se você estiver colocar bem colocado na lista pré-ordenada pelo partido, você basicamente está eleito. Portanto, políticos investigados por corrupção, etc., estivessem impopulares conseguiriam se eleger e assim continuar, inclusive, com mandato e com foro privilegiado.

Então, pontualmente, a lista fechada foi acusada de ser perniciosa porque ela seria uma proteção, uma blindagem para corrupção no cenário atual do Brasil. Bom, acho que o raciocínio até faz sentido, mas ainda assim, eu acho que por uma série de motivos a tendência em médio prazo, se não fosse curto prazo, seria fortalecimento do caráter mais problemático dos partidos, seriam partidos que não se apresentassem com clareza, suas ideias, encolherem de tamanho. Então, eu acho que a tendência seria termos, em médio prazo, um efeito positivo.

Mas vamos lá. Vamos pensar, então: quais são os efeitos da lista fechada? É consenso total na Ciência Política, dois elementos tendências da lista fechada. Um, fortalecimento de partido. Como foi explicado aqui várias vezes, vota-se apenas no partido. A lista do partido é pré-ordenada, dos candidatos do partido. Então, se o partido conseguir proporcionalmente, a proporção de votos que ele recebeu mais ou menos à proporção de cadeiras que ele vai conquistar no Parlamento, naquele Estado. Se ele consegue eleger cinco Deputados, os cinco primeiros da lista são os eleitos. Essa é a ideia da cláusula de barreira. Então, como o eleitor só se manifesta sobre o partido e os partidos, na campanha, só vão falar sobre eles enquanto o partido, encontro conjunto com seus programas, com as suas plataformas, com as suas preferências, com as suas diferentes ênfases, o resultado é você fortalecer partido. Então esse é o ponto positivo da lista fechada que é um tanto consensual.

O ponto negativo, que é muito chamado a atenção, é que o sistema tenderia a uma oligarquização, em que sentido? Tenderia a engessar os partidos, com as lideranças permanecendo sempre como lideranças, sempre ficando no topo da lista, com pouca oxigenação dos partidos e aumentando muito a hierarquização interna desses partidos. Chegando ao ponto de vários partidos terem um dono que vai lá e diz assim: - a lista é essa, eu sou dono do partido, eu escolho a lista. É um cenário muito ruim para quem está pensando em fortalecer a democracia. A questão da oligarquização, no entanto, eu acho que tem que ser relativizada. O João Paulo chamou a atenção para esse ponto. Eu acho que se deixada a lista fechada, simplesmente isso: lista fechada, ponto; e não falar nada sobre o processo de escolha das candidaturas e de formação das listas, de fato o risco de oligarquização é muito alto. Porém, se você faz uma legislação eleitoral, você não vem dizer simplesmente 'sistema de lista aberta ou lista fechada'. Você vai dizer como é que é o distrito, como é o financiamento de campanha,

como é que é a escolha de candidato. Então, se você deixar na lei eleitoral muito claro que é preciso ter mecanismos, explicando quais mecanismos seriam esses, que a gente tem que pensar sobre isso, que mecanismos para fortalecer a democracia interna dos partidos e o mecanismo de seleção dessas listas, a questão da oligarquização, que é um risco real da lista fechada, diminui, não é? Então você acaba tendo partidos fortes sem oligarquização. Então, a lista fechada, nesses termos, me parece uma boa ideia. Não é a única boa ideia, eu sou um proporcionalista, como eu falei para vocês. Dentro dos sistemas proporcionais podemos discutir muitas coisas, eu vou falar sobre algumas variações, sobre alguns tipos aqui, daqui a pouco, mas me parece uma boa ideia.

Outra coisa, a lista fechada, tradicionalmente é defendida por movimentos feministas, por exemplo, tipicamente defendida por movimentos feministas como uma forma de fortalecer a representação feminina. E aí voltamos ao ponto, depende da legislação específica sobre como são formadas as listas. Países onde a representação feminina se fortaleceu com a lista fechada são países que incluíam um segundo aspecto do sistema eleitoral: obrigatoriedade de alternância entre as candidaturas. Você tem que ter um homem e uma mulher, um homem e uma mulher, ou um homem ou mulher, depois, no mínimo daqui a duas posições depois tem que ter outro gênero, outro sexo, enfim. Então, só assim você assegura a representação mínima feminina. Você ter lista fechada sem falar sobre isso, vai ter partido que vai colocar as mulheres no final. Você vai eleger menos mulheres do que com a lista aberta. Você deixar livre, e o partido puder colocar a mulher no final e quiser colocar as mulheres no final, você não vai eleger mulher nenhuma. Então a lista fechada não resolve. Tem sempre que estar pensando em torno de características da formação de lista. Aliás, a lista fechada não é, contrariamente a todo debate, eu nunca vi ninguém defender esse ponto e isso me incomoda, eu falo para os meus alunos, eu sou professor específico, uma das minhas cadeiras na graduação de Ciência Política na UNIRIO é sistemas eleitorais especificamente. Então estou sendo mais detalhista, fazendo um discurso inteiro para falar sobre isso e discutir todos os detalhezinhos, as minúcias. Então, uma coisa que eu chamo a atenção, contrariamente a todo o debate que pensa que o único jeito de se fortalecer a presença de mulheres seja o estabelecimento de listas alternadas, de uma lista alternada entre os dois sexos, os dois gêneros e que, por exemplo, é muito problemático no Brasil, nós temos unicamente uma cota pensando em termos de candidaturas, e obviamente lista aberta o eleitor escolhe em quem vota. Então, se as mulheres tiverem pouco espaço, forem pouco conhecidas, não tiverem muitos cursos etc., vão se eleger menos, em menor quantidade. Daí o Brasil, como foi falado aqui, é real o dado, ter uma representação feminina inferior à média dos países árabes, é inacreditável isso, mas é real. Isso não é lenda, é real, é coisa de 8% da representação, um tanto ridícula, é irrisória, enfim, mas não é o único jeito, por exemplo, ao que nunca ninguém pensa. Nós não instituímos sistema de cota para entrada nas universidades públicas? Ele se baseia em quê? Ele se baseia em que você tem uma proporção de cotista que tem que entrar negros, indígenas ou baixa renda, enfim, você tem um percentual que tem que entrar, e isso o aluno faz a prova, tira uma nota e vai entrando aqui. Depois tem que completar a cota, se teve uma nota um pouco menor, bom, é cotista, vai poder entrar. A mesma lógica pode ser aplicada ao sistema proporcional de lista aberta. A gente pode fazer, por exemplo, 30%. 50% dos representantes têm que ser mulheres, então beleza, vamos lá, os mais votados, vão entrando.

Estourou a cota masculina as mulheres mais votadas vão entrando na bancada do partido, por exemplo. Ninguém fala sobre isso. Não tem nenhuma dificuldade operacional em resolver essa questão de fortalecimento da representação feminina diretamente no resultado, mesmo com lista aberta.

Então, muitas questões não são tratadas, mas a gente tem que pensar, tem que refletir sobre o funcionamento dos sistemas eleitorais, não é?

É preciso dizer outra coisa, por incrível que pareça o Brasil não tem mais o sistema proporcional de lista aberta. Sinto em dar notícias para vocês. A minirreforma eleitoral que foi feita na Presidência do nada saudoso Eduardo Cunha, fez a aberração de instituir uma cláusula de desempenho pessoal no sistema proporcional de lista aberta. E aí vou entrar no segundo ponto. Por que é que isso é problemático? Porque se você institui uma cláusula no desempenho pessoal o sistema deixa de se basear em partido em lista partidária, deixa dos partidos terem a sua representação de acordo com a proporção de votos que os partidos tiveram.

Então, o nosso sistema eleitoral hoje, na verdade, constitucionalmente ele deveria ser proporcional, mas ele não é nem proporcional, nem majoritário, ele é só um Frankenstein sem sentido.

Então, é fundamental que essa cláusula de desempenho pessoal caia e voltemos a ter um sistema proporcional de lista aberta ou outro sistema que decidamos conscientemente adotar como, por exemplo, a lista fechada.

Então, já que eu toquei nesse ponto, é importante outra questão entender, o Richard já começou a pontuar essa questão, que o sistema proporcional de lista aberta e o sistema proporcional de lista fechada não tem só o nome parecido não, eles fazem parte de uma mesma família, eles são muito próximos entre si, são sistemas proporcionais de lista, ambos são. Assim como o sistema de lista flexível, foi chamada atenção, também é um sistema proporcional de lista.

Qual é a lógica dos sistemas proporcionais de lista, de todos eles? Eleitores, quando votam conscientemente ou não, e é bom que seja conscientemente, então nunca vote para deputado sem olhar para o partido deles, qualquer que seja, o que vocês gostarem, o ponto é: sempre se preocupem com o partido, porque o sistema proporcional de lista aberta é baseado em partido, e mais que isso, não só isso, como os parlamentares se comportam um tanto partidariamente no Congresso com alta disciplina partidária, contrariamente ao senso comum. Então, é importante pensar em partido quando se vota. O partido que vocês gostarem, se aproxime das suas ideias, programaticamente do que vocês consideram que é importante para a sociedade, mas é importante ter o teu partido em mente.

Enfim, como funciona o sistema proporcional de lista, em geral? Partidos que recebem uma votação, eles têm que ter uma representação proporcional à votação que receberam. Se um partido tem 10% dos votos naquele distrito, lembrando, o distrito não é..., distrito no Estado ou distrito no Brasil. Têm 10% dos votos naquele distrito, ele deve ter aproximadamente 10% dos deputados daquele distrito. Essa é a lógica de todo sistema proporcional.

Mas tudo bem, lista fechada é muito clara. Quantos votos o partido teve? O eleitor só vota no partido, é só você contar. A proporção de votos é aquela que o partido recebeu na votação para ele. O eleitor não se manifesta em candidaturas individuais daquele partido.

E na lista aberta como é que é? Na lista aberta os votos do partido são todos os votos que o partido recebeu de legen-

da, e de todos os seus candidatos naquele distrito. Então, quando fica aquela história de “ah, carona, que absurdo, entrou de carona! O cara com muito voto puxou um monte de gente”. Saibam que não é só quem está lá em cima que puxou um monte de gente que está embaixo; quem está embaixo empurrou um monte de gente em cima também. A concepção não é que o candidato individual tem aqueles votos que são dele e está sobrando para outro. Não, todos os votos são do partido. Aquele cara que teve um milhão de votos, aquele que teve dez votos, o excedente daquele que teve um milhão de votos vai ajudar a eleger quem está embaixo no partido dele. Aquele que teve dez votos, aqueles dez votos vão ser aproveitados para eleger alguém do partido dele. A grande disputa de quem entra e de quem não entra está no meio, está naquele limite ali das cadeiras que o partido conquistou, que os de baixo estão ajudando a eleger os de cima, os de cima estão ajudando a eleger os de baixo. Então, esse papo de carona, carona, entendam, o fundamental aqui é fortalecer partido, é o partido fazer sentido. Se o partido não faz sentido realmente fica trágico eles terem um sistema proporcional de lista aberta, fechada, partido não quer dizer nada, é importante que ele queira dizer, é importante ter partidos fortes, coerentes, consistentes, com enraizamento social. Esse é o ponto; agora, carona não. Não faz sentido você ter um deputado que foi muito votado, aí você fala: - poxa vida, se fosse o sistema de voto único não transferível, que é esse que chamam de distritão, o candidato teve muito voto, muito mais do que ele precisava para se eleger, o que acontece com a sobra de votos dele? É jogado no lixo. Não faz sentido que alguém do mesmo partido que ele, que, portanto, comunga das mesmas ideias que ele, aproximadamente pelo menos, que vai votar igual a ele no Congresso se eleger, que pegue a sobra de votos dele e se eleja. Não tem nada de errado nisso, faz todo sentido do mundo a transferência de votos na lista aberta.

Agora, se o partido não dizer nada, a presença de coligações que podem juntar partidos que são completamente diferentes e aí acaba elegendo alguém de outro partido, aí são problemas reais. Então temos que fortalecer o partido, eu sou contra coligação proporcional entre partidos, então, esse é um ponto.

Temos diferentes sistemas proporcionais de listas, não é? Falamos aqui sobre lista fechada, lista aberta, a lista flexível é isso. A lista flexível, é complexa, tem muita variação entre os poucos países que adotam. A ideia geral da lista flexível é essa: tem uma lista pré-ordenada como a lista fechada, o partido pré-ordena uma lista, porém o leitor pode, se não quiser simplesmente votar no partido, ele pode de alguma forma, isso varia de país para país, mexer na lista, como? Por exemplo, o exemplo dado pelo João Paulo, ele pode fazer voto pessoal igual à lista aberta. Aí como é que funciona isso, já que tem uma lista fechada? Aí tantos votos valem tantos pontos, tem algum mecanismo matemático que permite que ele consiga subir posições na lista, dependendo se ele for muito votado no voto pessoal. Em outros países são mais complicados ainda, ele tem uma lista, ele pode enumerar os candidatos mudando a ordem, e aí tem uma operacionalização complexa, lista flexível é sempre complexa, que vai poder mudar a ordem dos representantes e, portanto, influenciar quem seria eleito no final, a partir dos votos dados no partido. Então, são todos esses sistemas proporcionais de lista.

Foi muito falado aqui sistema misto alemão. Normalmente, não chamam distrital misto essa coisa de distrital, eles já entenderam que é porque entenderam que distrito é um único representante e não é, todo sistema eleitoral é distrital.

Sistema misto alemão. O sistema misto alemão, como o João Paulo falou bem, é um sistema misto de correção. Existe um profundo mal-entendido no debate público brasileiro sobre as variações dos sistemas mistos, profundo mesmo. Para vocês terem uma ideia, o Deputado Marcelo Castro, hoje Ministro, foi relator da Comissão de Reforma Política na Câmara e ele é um ardoroso defensor do sistema misto; segundo ele, misto alemão, segundo ele. Eu fui a uma Audiência Pública assistir, não como palestrante, fui assistir, que aconteceu na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, sobre reforma política e ele estava presente. E ele defendeu claramente o sistema misto alemão, como que é o sistema misto alemão, segundo ele? Metade eleita no proporcional, metade no majoritário. Pois é, ele chamou de misto alemão justamente o sistema misto porque não é o alemão, é o sistema misto de combinação, que é outro sistema misto. O Japão, por exemplo, Nova Zelândia, alguns países usam. O que eu chamo misto de combinação é isso, uma fração que não precisa ser meio a meio, tem país, a Coreia do Sul, são 80, 85% majoritário, só 15%, 20% proporcional, por exemplo. Tecnicamente, claro que vai ter muito mais majoritário do que proporcional, mas tecnicamente ele é um misto de combinação. Então, o misto de combinação é isso, está predeterminado que uma fração da Câmara, da Assembleia vai ser eleita pelo proporcional, qualquer que seja o proporcional aí é definido lá e que outra parte vai ser pelo majoritário, qualquer que seja o majoritário, tipicamente ou uninominal, mas pode ser outro. Então, pode ser 50%, 50%, podem ser 60%, 40%, isso é determinado pela Lei Eleitoral, e não é o alemão. O alemão é mais complexo e justamente por ter feito um tanto proporcionais, é como o João Paulo observou na fala dele, chamado por alguns autores de proporcionar o personalizado. Alguns dizem que ele é proporcionar o misto, enfim, e eu vou aqui novamente estragar o prazer de alguns de vocês e dizer que ele não é proporcional, mesmo tendo resultados proporcionais tipicamente. Se eu fizer cálculos de proporcionalidade, existe índices para calcular isso, o sistema misto alemão tem obtido resultados muito proporcionais similares até superiores a alguns países que formalmente adotam sistemas proporcionais, é verdade. Mas os sistemas eleitorais têm que ser entendidos menos pelo seu resultado e mais pela sua dinâmica, pela lógica interna, pela sua lógica de funcionamento.

E como é que é o sistema misto alemão? Que é um misto de correção. A lógica do misto de correção é: você tem parlamentares eleitos pela forma uninominal distrital, com muitas aspas, por favor, errado esse termo, errado. Então, pelo sistema majoritário uninominal, mas como o sistema majoritário uninominal distorce muito o sistema partidário, tem uma tendência geral, no planeta, a sobre representar alguns partidos, de excluir outros etc. Para poder melhorar a proporcionalidade, que é um princípio importante para a democracia você ter diferentes correntes representadas, com força para intervir no debate, etc., para disputar as posições, então a ideia dele é que a parte proporcional do sistema corrija a distorção causada pela parte majoritária. Esse é o conceito. Como funciona na prática? Na prática o eleitor vota tanto num representante no distrito uninominal, como ele vota numa lista partidária. E aí, como é que se calcula, a princípio, qual é a bancada de cada partido? Da mesma forma que os sistemas proporcionais de lista. Você calcula a parte proporcional e a princípio essa é a bancada de cada partido, proporcionalmente ao número de representantes que os partidos vão ter. Qual é a diferença para lista aberta? A diferença é que os eleitores também votaram nos representantes uninominais. E a curiosi-

dade na Alemanha é que todo mundo que se eleger por distrito uninominal está eleito, independente da votação do partido. Então, o que acontece? O partido consegue dez deputados, se eles tiverem dez deputados eleitos no uninominal ele preenche as cadeiras, em vez de ser os mais votados na lista aberta, que é na lista pré-ordenada, os mais votados dos partidos é que ocupam as primeiras posições da lista, na Alemanha os que ganham os distritos uninominais é que ocupam as posições da lista. E se o partido tiver proporcionalmente conseguido mais representantes do que eleger representantes nos distritos uninominais? Aí, a lista fechada que o partido preparou completa os representantes que faltaram, os mais votados que não se elegeram no uninominal, os primeiros da lista que não se elegeram no uninominal preenchem as vagas restantes. Eu falei duas opções, não é? Eu falei a primeira possibilidade que é o partido conseguir nos distritos uninominais a mesma quantidade de deputados eleitos que no proporcional; falei a possibilidade de o partido conseguir mais representantes no proporcional do que eleger no uninominal.

Falta uma possibilidade, não é? É ele eleger mais representantes no uninominal do que eleger no proporcional. O que é que acontece? Cadeiras extras como foi bem falado, "*und berrant die mandater*" é o termo alemão. Qual é o efeito disso? Se são poucas cadeiras extras, pouco efeito; se são muitas cadeiras extras, a gente não tem a menor condição de falar em sistema proporcional. Você fala: - não, beleza! Mas você olha para a Alemanha, não acontece muito, tanto que você já falou que o cálculo de proporcionalidade indica que a Alemanha tem um sistema bastante proporcional pelos resultados. É verdade. Agora imagino uma hipótese, e eu escrevi um artigo sobre os sistemas mistos que eu chamei a atenção dessa hipótese que já aconteceu no mundo. Imagina se dois partidos são aliados e fazem a seguinte estratégia: você só lança candidaturas uninominais e eu vou pedir para todos os meus eleitores votarem nos seus candidatos uninominais. Por outro lado, você pede para os seus eleitores votarem na nossa lista no proporcional e não na sua. Sabe qual é o efeito disso? Que essa dupla de partidos consegue o dobro de representação que ela deveria ter.

Então o sistema só tem um resultado proporcional se os eleitores votarem de determinado forma. Se eles votarem de outra, se a estratégia dos partidos for outra, o sistema fica profundamente desproporcional. Então, sistema misto de correção tem um potencial de ser muito desproporcional e ao mesmo tempo tem esse mecanismo de representação uninominal que eu considero ruim, pessoalmente. Muitos acham: - é importante, ficam mais atentos às questões das comunidades ali e tal - como o André falou muito bem na fala dele. Nos primórdios do sistema representativo você não tinha ideologia, você não tinha a questão programática, o Bernard Manin, que é um cientista político francês muito importante, escreveu sobre isso. Na origem do sistema representativo tinha uma ideia inclusive coisa nociva, partido divide a população que tem um interesse comum e partido é facção, é parte, partido vem de parte. Então assim, cria briga por interesses mesquinhos ao invés de buscar o bem comum. Acontece que o tempo avançou, se começou a ter mais inclusão, os trabalhadores começaram a votar, começaram a se candidatar. Quer dizer, começou a ter uma diferença programática importante, a coisa começou a ter disputa entre direita e esquerda, você começou a ter uma série de mudanças importantes no sistema político. Isso fez com que a ideia de bem comum, claro, todo mundo entende bem comum é ninguém passar fome, sei lá, mas começa ter entendimento de que a forma de atingir o bem

comum pode variar muito, dependendo da sua percepção do que é bem comum, de qual é a melhor forma de chegar ao bem comum e as diferenças entre os partidos começam a ser muito importantes. E aí é um tanto anacrônico a gente querer entender que o fundamental é você representar comunidade, que vai eleger um único representante daquela comunidade em vez de ter diferentes correntes operando na sociedade representada como um princípio. Até por que a maior parte das questões discutidas não dizem respeito àquela ponte que tem que ser restaurada. Você está discutindo política fiscal, política externa, políticas para serem implementadas igualmente no Brasil inteiro. Realmente o fundamental é que seja um representante de uma comunidade específica de um bairro, para representar bem aquele bairro, é essa a questão? Então eu sou um proporcionalista, eu sou contra qualquer mecanismo majoritário no nosso sistema para eleição de deputados federais e estaduais, e distritais, deputado distrital no caso do Distrito Federal, e vereadores, eu sou um proporcionalista como falei. Então eu acho que a disputa, a discussão aqui, no meu ponto de vista, na minha forma de ver política, na minha forma de ver uma boa política, na minha forma de ver a justiça, na minha forma de entender democracia, eu acho que é antidemocrático você excluir minorias. E, aliás, quase esqueço um tema, muita discussão aqui em torno de redução de número de partidos. Eu sou um proporcionalista, isso significa que eu não estou nem aí para redução de número de partidos. Eu acho que os partidos têm que estar representados de acordo com a sua parcela da população. Qual é o problema? O problema é a quantidade de partidos? Provavelmente alguém está pensando aí: 'não, isso faria sentido no mundo ideal, mas tem tanto partido que não quer dizer nada'. Eles realmente representam alguém? Justamente é aí que está a questão. A cláusula de barreira tira partido que não quer dizer nada ou ela tira partido pequeno? Ela tira partido pequeno. Boa parte dos partidos que querem dizer alguma coisa são partidos pequenos. Eu prefiro tirar os partidos que não querem dizer nada, como é que a gente tira os partidos que não querem dizer nada? Não é pela cláusula de barreira. Você vai ter alguns partidos gigantes que não querem dizer nada. Inclusive, as grandes cláusulas de barreira são perversas. Eu gosto muito de citar esse exemplo, na Rússia. A Rússia é um país pequenininho, simples, pouco complexo, não é? Imagina, aquela coisa continental, com várias etnias, vários idiomas, várias religiões, é de se esperar que tenha muitos partidos, não é? Você imagina, ter dois partidos, três partidos que representam a Rússia? Parece muito pouco plausível. Pois é, a Rússia tinha uma cláusula de barreira de 4%, 5%, não é tão alta, foi defendida aqui hoje a quantidade de 5%. Qual foi o efeito disso? 40 partidos não atingiram a cláusula de barreira e teriam sido eleitos sem cláusula de barreira, 40. Sabe quantos por cento dos eleitores votaram nesses 40 partidos? 49%. A cláusula de barreira de 5% deixou metade da população russa sem representação. Não consigo ver ambiente democrático nisso, nenhum. Eu não só sou um proporcionalista por defender o sistema proporcional, como sou um proporcionalista por ser contra a cláusula de barreira. Então, você acha então, beleza! Me convenceu disso, mas você acha que o Brasil tem 40 partidos que fazem sentido, 35 partidos que fazem sentido? Não. Como é que a gente diminui isso, se não é com cláusula de barreira, já que cláusula de barreira não resolve o problema de tirar os partidos que não fazem sentido? Fazendo o eleitor votar em partido. Vai ser muito mais difícil ele votar num partido que não faz sentido se ele tiver que votar em partido, daí a relevância da ideia da lista fechada. Lista flexível

dá um passo nesta direção, também ajuda nesse sentido. Aí parece agora que chegamos a conclusão de que tem que jogar fora a lista aberta, que o único caminho é lista fechada ou lista flexível, eu digo não. A lista aberta também pode ser mexida, gente, tem possibilidades dentro da lista aberta. A OAB, a CNBB, enfim, diferentes grupos, organizações sociais fizeram uma proposta que fez algum alarde e já foi esquecida - esquecem rápido as coisas -, que chamaram de sistema proporcional de dois turnos. Qual era a ideia deles? A ideia deles é que o eleitor ia num primeiro momento e votava só no partido, que nem na lista fechada, só no partido. Porém, depois ele voltava num segundo momento, chamado de segundo turno, e votava em um dos candidatos pessoais que o partido colocou e aí os mais votados ocupavam as cadeiras que os partidos tinham conquistado naquele momento. É interessante, fortalece o partido, continua com o voto pessoal, eu gosto muito dessa proposta. O que pouca gente percebeu no debate público é que isso é sistema de proporção de lista aberta. Você define o tamanho da bancada pelos votos que o partido recebeu e isso são os eleitores que ordenam a lista para ver quem entra. A única questão é dividir o que acontece simultaneamente no sistema proporcional de lista aberta hoje, em dois momentos, que tem vários pontos interessantes. O eleitor tem mais clareza na hora de pensar no partido quando vota, tem mais clareza do que acontece com ele, qual o papel dele na eleição do candidato individual. Hoje, muitos eleitores acham que é majoritário, os mais votados entram, aí se sente injustiçado, porque alguém pegou carona no voto. Não pegou carona nenhuma! O sistema junta os votos do partido e vê proporcionalmente à bancada do partido, faz sentido. Agora, como é tudo misturado e ninguém explica, o TSE fala para votar limpo, para colocar digital, para não sei o que, para levar colinha para não esquecer o voto, e nunca vi na minha vida o TSE explicar num vídeo das suas propagandas institucionais, como funciona o sistema de proporção de lista aberta, gente. É uma aberração a gente votar num sistema eleitoral que não é explicado em lugar nenhum. É uma loucura isso! Então a culpa é do TSE, não é do sistema, o sistema faz sentido.

Então eu acho que ficaria mais claro para o eleitor o que está acontecendo, ele entenderia, eu estou votando num partido, para o partido ter bancada, fiz isso, agora eu vou votar para ver quem do partido entra. O que já existe hoje, acho que o eleitor muitas vezes não entende, não sabe, acontecer de uma maneira mais explícita, é uma possibilidade. Tem outra possibilidade, eu gosto muito da proposta da OAB, mas mantendo exatamente a lista aberta como é hoje, tem jeito de fortalecer o partido? Simplíssimo, a gente vota em urna eletrônica, não é? Como é que a gente vota em urna eletrônica? A gente vai lá digitar o número do candidato, o candidato pessoal, que todos perceberam, não é? Que os dois primeiros números são do partido. Então você está lá digitando não é, qual é seu número deputado? Isso. Foi 14.122 o número de campanha do Deputado Léo Moraes. O eleitor que votou no Léo Moraes, estou fazendo campanha atrasada, foi 14.122 o número, só para dar um exemplo, poderia dar qualquer exemplo genérico, mas faz sentido não é, aproveitar aqui o número de campanha que o Deputado Léo Moraes usou. Então, vai lá o eleitor quer votar no Léo Moraes, coloca lá: 14; quando aparecer 14 aparece o partido do Deputado Léo Moraes. Não vou nem citar para não estar falando que estou fazendo campanha, não vou nem citar qual partido é. Aparece o logotipo do partido e o eleitor está olhando para o número, não é? Não está nem vendo, apareceu o partido lá, ele não está nem olhando, 14... e continua o número. Ajuste na urna eletrônica, pequeno ajuste,

que tal colocar, o Deputado Léo Moraes matou a charada. Coloca o número do partido: Verde, aparece o partido, lista todos os candidatos do partido, o eleitor escolhe qual deles ele quer. Proposta, eu não vi isso, é o mesmo sistema eleitoral que a gente usa hoje, igualzinho, mudou a forma de clicar na urna, e você fortaleceu o partido. Então, tem forma de fortalecer o partido, elas não passam por cláusula de barreira, elas não passam por cláusula de barreira, elas não passam por pouco partidos, pode ter muitos partidos que fazem sentido. Cidade heterogênea tende a ter mais partido, cidade homogênea tende a ter menos partido. Cláusula de barreira, sistema majoritários tendem a forçar o eleitor a não votar em quem ele quer ou a fazer o eleitor ser frustrado porque não elegeu alguém que ele elegeeria.

Eu defendo a democracia, por isso mesmo eu estou bastante satisfeito com o cenário político brasileiro atual. Então, eu sou contra a esses mecanismos, eu sou a favor... Não é a antipolítica que resolve nada, é a política. Obrigado. Então, e eu sou a favor de fortalecer lista.

Então, vimos várias possibilidades mantendo a ideia do sistema proporcional, que eu acho que é justa, minha iniciação de mestrado foi defendendo que só proporcionalidade era justa. Tinha um título um tanto irônico: Democracia Democrática e Proporcionalidade Proporcional a Um Sistema Nacional Justo, era o título da minha iniciação de mestrado. Porque tem vários mecanismos para fazer o sistema proporcional ser desproporcional, também, viu gente, é complicado o negócio.

Então, mantendo-me fiel a minha defesa do sistema proporcional, têm várias possibilidades de fortalecer partido. Você pode mudar a forma de votação na urna; você pode adotar a ideia da OAB, de separar em dois momentos o voto no partido e o voto no candidato; você pode adotar lista flexível, que eu acho que mexe pouco, não sou um grande fã não, acho que complica muito para pouco resultado, mas, enfim, é uma ideia. Você pode adotar lista fechada com instrumentos muito democráticos de seleção interna das listas, lembrando esse ponto importante. Então você tem diferentes formas de fortalecer partido. Citar outro exemplo interessante de lista fechada, já que dá para falar bastante coisa aqui, a gente vai falando um monte de coisa.

Eu sou um grande estudioso de política uruguaia. Fui pesquisador do Observatório Político Sul-Americano, como foi observado, e eu especificamente era responsável por acompanhar a política Uruguaia. Lia jornais todos os dias do Uruguai, enfim, sabia o que acontecia. Enfim, foi um dos casos que eu estudei na minha tese de doutorado, Uruguai também, enfim. Então eu acompanho, sou quase um uruguaista. E o Uruguai tem um sistema eleitoral muito interessante. É lista fechada, como foi mencionado aqui, mas não é uma lista fechada qualquer. Eles usam um negócio chamado Lei de Lemas ou o voto duplo simultâneo. O que é Lei de Lemas? O Uruguai, como o Brasil, é um sistema presidencialista, presidencial, bicameral, com duas Câmaras, uma Câmara de Deputados e um Senado, uma Câmara de Senadores. A diferença é que o Senado não é eleito pelo sistema majoritário como aqui no Brasil, como o Richard mencionou. No Uruguai, o Senado também é escolhido pela lista fechada, também é proporcional. E olha que interessante, no Uruguai o eleitor tem que votar de forma consistente em todos os níveis. Então ele escolhe um candidato a Presidente. Cada candidato a presidente tem diferentes listas fechadas para senador. E aí, proporcionalmente a quantos votos cada um desta lista recebeu, vai ser eleita a bancada do partido desses presidentes. E ao mesmo tempo, cada lista para senador tem diferentes listas para deputados.

Então é uma lista fechada que está articulando todos os níveis. Isso é uma forma, um passo extra até para eventualmente fortalecer partido. Ou mesmo para conseguir incorporar as minorias, os grupos menores dentro de grupos mais consistentes sem uma coisa um tanto esdrúxula como as coligações hoje, que juntam partidos diferentes, que podem nem estar juntos depois no funcionamento da Câmara e tem uma lógica muito perversa. Porque no Brasil as coligações que são meio de um partido superar o quociente eleitoral sem ter tido votos para isso, acaba que os partidos coligados funcionem como se fossem um partido só para efeito eleitoral. Então, quando eu disse para vocês que você, no Brasil, na lista aberta você agrega os votos todos do partido, juntando voto de legenda com voto de cada candidato votado, seja muito votado ou pouco votado, se os partidos estiverem coligados você vai agregar todos os votos da coligação. Então, você votou de legenda em um partido, seu voto valeu a mesma coisa que se você tivesse votado de legenda para outro partido da mesma coligação. Mistura tudo. Então é muito ruim para você fortalecer partido, você ter coligação. A ideia de uma Lei de Lemas permitiria que partidos próximos, sei lá, PCdoB, PT, por exemplo, que são aliados históricos, tendem a estar juntos na maior parte das situações, podiam fazer parte de um mesmo lema. Aí, se você é mais PCdoB, você vota no lema do PCdoB. Aí, o candidato a presidente, ninguém sabe quem vai ser, não sabe mesmo, porque hoje em dia a gente sabe que têm mecanismos extraeleitorais para mexer na eleição, a gente sabe disso. A gente não sabe realmente se vai ser candidato, mas enfim. Mas digamos, o candidato a presidente desse lema, o eleitor é PCdoB, vota no lema do PCdoB, que proporcionalmente dentro desse lema vai eleger a bancada desse lema, mas ela votou no candidato do lema. Então é um sistema interessante o sistema uruguaio, a Lei de Lemas. Dá para a gente pensar quais seriam os efeitos no Brasil, assim, com cuidado, não é? Acho que vale a pena a gente pensar. Não tenho convicção de que seria o melhor, que funcionaria, que seria parecido com o Uruguai, que é muito mais simples, mas me parece, a princípio é uma ideia para se refletir a respeito, pelo menos.

Então, para chegar à reta final, que já falei basicamente a maior parte das coisas que eu queria falar. Eu sou contra fortalecer caráter majoritário da eleição, seja com sistema majoritário nominal, distrital, seja com voto único não transferível, distritão, seja adotando um sistema misto que concilia o sistema proporcional com voto uninominal, seja na sua forma pior, que é o de combinação, que uma parte é de um partido e outra parte é de outro, seja sua forma melhorada, mas ainda assim problemática, pelos motivos que eu expliquei, que é o misto de correção alemão. Então eu acho muito ruim, eu acho que isso tende a fortalecer personalismo, isso tende a fortalecer clientelismo, isso tende a fortalecer paroquialismo. Quer dizer, tudo que a gente aponta como problemas da lista aberta, se fortalecem no sistema majoritário. Não resolve nada disso. E, aliás, eu fiquei muito intrigado quando o João Paulo mencionou o Bruno Reis, falando que no limite a gente chegaria a 513 partidos, que era uma para cada deputado. Pois é, sabe o que é o mais engraçado? Existe uma crença, que ficam olhando para Grã-Bretanha e achando que é parâmetro, de que se adotasse o sistema majoritário nominal, o Brasil reduziria o número de partidos, 'é a tendência isso, tende a ter dois partidos'. Alguém acha que o Brasil, é que os sistemas partidários variam tanto de Estado para Estado, não é verdade? O partido que é forte aqui é fraco no Acre, aí volta a ser forte no Amazonas, é fraco no Pará, varia muito.

Alguém acha que por ser majoritário nominal e que um único representante de algum partido, que não depende nenhum pouco de outros candidatos do partido, basta ele ganhar eleição naquele distrito dele, alguém acha que isso reduziria o número de partidos? Alguém acha que teríamos os mesmos partidos em todos os distritos?

Se a ideia não é diminuir o número de partidos ou ter partidos mais sólidos, mas chegar aos 513, sugiro começar a defender o sistema majoritário nominal. É nossa grande chance de chegar 513 deputados, 513 partidos, é nós termos candidatos em distritos uninominais, a chance de cada um vivendo o seu próprio partido e basta ganhar eleição no seu distrito. Essa é a questão, contrariando completamente o senso comum.

Enfim, então, acho que o caminho da política e, portanto, o caminho é termos partidos mais sólidos. Partidos mais programáticos, partidos mais consistentes, partidos que os eleitores diferenciem, partidos que se diferenciem, partidos que façam campanha programática.

Então, se a gente vai querer fortalecer, a gente tem que mudar o sistema eleitoral e se a gente acha que isso é importante, nós temos que pensar num sistema eleitoral que vá nessa direção.

Então, se a ideia de vários investigados na Lava Jato, enfim, acusados de corrupção é adotar lista fechada para garantir seu mandato na próxima eleição, eu acho que por caminhos muito tortos é uma grande oportunidade, pode não ser fechada, como eu falei tem outras opções, mas é muito surpreendente que a gente esteja saído dessa discussão do sistema majoritário, de adoção de sistema majoritário, fortalecendo a ideia de sistema um proporcional dentro do cenário de terra arrasada tão trágica, de profunda falta de democracia, de crescimento autoritário, de crescimento da antipolítica é surreal que isso justamente esteja emergindo a discussão, fortalecendo discussão de defesa do sistema que fortalece partido e proporcionalidade.

Agora, por outro lado, boa parte dos Defensores defende até a segunda página. Eles querem que isso valha para uma, duas eleições e depois adote o sistema misto depois. Aí não, não é? É sério. Vamos adotar um sistema que fortaleça partido casuísmo, aí é para blindar mesmo. Vamos adotar um sistema que fortaleça partido. Podemos discutir dentro dos sistemas proporcionais todas as variações que eu falei, não tenho posição fechada sobre nenhuma delas, tenho sobre o sistema proporcional. Mas é isso, debatendo a sério, entendendo quais são os efeitos dos sistemas, quais são as influências, quais são os problemas, o que a gente quer fortalecer, tendo consciência, no debate, assim, sobra convicção e falta prova. É isso. Obrigado.

O SR. RICHARD CAMPANARI (Mediador) – Senhores, eu acho que pelo adiantar da hora nós vamos acabar dirigindo as perguntas todas para o email do Professor Guilherme. Certamente eu vou encabeçar essa lista com varais delas, a exemplo do que já fiz com o Professor João Paulo algumas vezes. E eu agradeço muito a oportunidade de participar da Mesa, Deputado Léo Moraes, e eu não gostaria de encerrá-la, na verdade eu gostaria de convidar o Professor João Paulo que eu quero ter a honra de ver o encerramento desta Mesa como aluno, sentado aí onde eu gosto de ficar. Então, por favor.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Dr. Richard, até antes de concluir, um evento tão esclarecedor, pelo menos que nos remete a tantos questionamentos, a gente não poderia perder

a oportunidade, com palestras tão ricas, de um debate tão profundo e que não se tem uma conclusão, nós não poderíamos deixar de ouvir a todos que aqui estão até a essa hora, numa sexta-feira.

Então, por mais que desliguem as luzes, isso é uma obra do além, eu acho. Léo Ladeia, vamos ver aí o que está acontecendo. Eu gostaria de, rapidamente, quem quiser fazer algum questionamento, pergunta ou até mesmo completar qualquer pensamento proposto, levante a mão, venha para a tribuna, pegue o microfone e participe desse debate. São quase 22:00 horas, sexta-feira, não é agora que a gente vai se eximir, deixar de comentar não, Dr. Richard, eu vou pedir...

O SR. JOÃO PAULO VIANA – Eu só quero, Deputado me perdoe, mas eu só quero assumir a culpa porque foi eu que mandei um recadinho aqui para o Richard...

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Ah! Está joia.

O SR. JOÃO PAULO VIANA – Preocupado com o horário, porque de certa forma algumas pessoas já estavam pedindo ali para sair porque estava se estendendo, mas o senhor tem toda razão e a gente continua o debate democrático, que é o melhor de todos, concedo a palavra ao Léo Ladeia.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – O Guilherme, Professor disse que a gente tem que ter muito cuidado que está indo na contramão da democracia. Galera, quem quiser ir embora, pode ir, mas quem quiser perguntar fique sentadinho aí, vamos perguntar aqui para os nossos professores que será importante. E, por gentileza também, Dr. André, sente aqui conosco, Dra. Érica, os palestrantes conferencistas Augusto, venham para cá porque as pessoas vão fazer pergunta certamente para vocês que participaram aqui, por favor. Quem quer falar, Léo Ladeia, já está aqui, por gentileza Léo. Curto, rápido, rasteiro é com você vá lá.

O SR. LÉO LADEIA – Nós ouvimos aqui, hoje à tarde, muita coisa sobre a pesquisa eleitoral, a reforma eleitoral, mas principalmente falamos sobre política. Neste momento que a gente vive essa conturbação na vida política nacional, eu só queria dizer para vocês que possivelmente eu sou a pessoa mais velha aqui, então, certamente eu sou a pessoa mais velha. Eu já vivi muita coisa e esse País aguenta muita coisa, nós vamos passar por tudo isso aqui porque nós temos uma Constituição garantidora, porque nós temos uma Constituição que diz no seu artigo 1º que 'todo poder emana do povo e em seu nome será exercido'. Às vezes eu fico pensando que nós estamos vivendo uma crise de responsabilidade no mundo. Descobri hoje com a palestra de todos aqui, principalmente do Dr. Afonso, eu falei o nome certo? Não.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Quem é Afonso Léo, só para saber?

O SR. LÉO LADEIA – Quem foi?

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – O Guilherme e o André.

O SR. LÉO LADEIA – Guilherme e André. Na Mesa anterior. Adolfo, perdão. Descobri o seguinte: que na verdade essa crise de representatividade que a gente tem no mundo não começou agora, começou há muito tempo. A gente só tem que andar um pouco mais para frente e dizer que o povo é que é o

senhor do seu próprio destino. A gente está escolhendo aqui diversas formas de fazer uma coisa que é muito simples: escolha. Deveria ser a forma mais simples, é só escolher o melhor e a gente consegue, com tantas leis e com tantas coisas, fazer isso aí muito complexo. Muito obrigado, muito boa-noite. Obrigado a todos os senhores.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Muito obrigado, Léo. Muito obrigado, a gente agradece, é realmente esclarecedor e coloca o eleitor cidadão no protagonismo de tudo, nós que decidimos e pronto. Ainda bem! Esse é o barato da democracia.

Antes de o Augusto fazer qualquer colocação, eu quero saber das pessoas, tem alguma pergunta? Vamos fazer agora, vamos lá, alguma pergunta, não? Galera do 1º período da UNIR, vamos falar, querem perguntar alguma coisa? Não? E a Celene? É você aí? E aí, minha querida.

O SR. JOÃO PAULO VIANA - Se apresente primeiro, Celene Gomes.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Eu já apresentei ela, Celene Gomes. Plebiscito seria o caminho, é isso? André.

O SR. ANDRÉ LUIZ COELHO – Vou puxar agora a Venezuela de Hugo Chávez. Sabe como é que o Chávez se manteve no poder durante um tempo? Chamando o povo. Basicamente Venezuela fraturada, divida em dois grupos que não tinham como se olhar, sentar numa mesa, como nos estamos sentados aqui, como é que Chávez resolveu? Vou chamar a população para decidir se quer ou não que eu me mantenha no poder e fez isso o quê? No meio do seu mandato, chamando o que nós chamamos de recall, que é no meio de um mandato chamar novas eleições. Olha, eu acho que poderia ser assim. Eu acho, enfim, primeiro 'diretas já', porque eu sou contra uma solução indireta nesse momento agora, caso o Temer renuncie ou ocorra outro processo de impeachment ou julgamento da chapa Dilma/Temer. Mas eu acho que sim, eu acho que na dúvida chama a população, sempre vou ser favorável a isso.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Muito bom André. O Augusto tem uma pergunta. Por favor, Augusto.

O SR. AUGUSTO PELLÚCIO – Bom, Deputado, como eu coloquei aqui mais cedo, eu trouxe um ponto de vista empresarial, mas de reforma política eu não entendo nada. Então, quero aproveitar o Professor que está aí, tive uma aula aí muito boa. Pelo que eu entendi então, você defende o fim da coligação? E a lista fechada também ou você acredita ainda no voto aberto e o fim da coligação e trabalhando proporcional, é isso?

O SR. GUILHERME SIMÕES REIS – Então, eu acho que, eu defendo proporcionalidade e defendo fortalecimento de partido. Essa é minha posição fechada. Eu não estou assim, eu acho que é preciso ter debate, eu acho que não tem clareza, não quero impor uma solução. Eu acho que as coligações atrapalham a clareza dos partidos, mas e o partido pequeno? O partido pequeno tem que ter a representação do tamanho dele, esse é meu princípio. Então, eu sou contra a qualquer cláusula de barreira, inclusive o quociente eleitoral como cláusula de barreira para mim caia, eu quero proporcionalidade plena. Agora, o partido vai ter a representação do voto que ele recebeu, se é 1%, é 1%; se é 10%, são 10%, não é juntando com outro, esse é o ponto. Fica uma aberração, fica um puxadinho,

não é? Você tem uma cláusula de barreira que exclui partido pequeno, aí eles se coligam para passar da cláusula de barreira, não faz sentido, é um puxadinho, então é esse o ponto. Então sou contra a coligação.

Agora, quero fortalecer partidos. A lista fechada, a meu ver, é uma das boas possibilidades para isso, mas eu enumerei outras possibilidades que eu acho também que são boas. A proposta da OAB eu gosto muito de voto em dois momentos, eu gosto bastante. Então tem possibilidades.

O SR. JOÃO PAULO VIANA - Eu queria só fazer um parêntese. Acabei esquecendo de citar na minha fala e eu sempre faz questão de frisar esse detalhe da queda da coligação e eleição proporcional. E foi muito bem colocado aqui pelo Dr. Manoel Veríssimo, pena que ele não está mais aqui no auditório, mas ele lembrou para um fator, Guilherme, fundamental, que é a partir do momento em que se proibir as coligações nas eleições proporcionais, ou seja, deputados e vereadores, ao mesmo tempo a gente cair a exigência de que partidos para participarem das sobras eleitorais, que é o segundo momento da conta do quociente, necessita em fazer pelo menos um representante. Ou seja, cairia a coligação, seria proibida a coligação, mas também cairia a exigência de que para participar das sobras seja necessário fazer pelo menos um representante. Porque aí os partidos pequenos, que muitas vezes não são partidos de alugueis, não seriam prejudicados e teriam uma proporcionalidade efetiva e de forma justa concebida. Então esse detalhe é importantíssimo.

O SR. GUILHERME SIMÕES REIS – Sim, só queria complementar, isso se agrava nos Estados que têm menos representantes, como Rondônia que tem 8. Isso ainda é mais grave, isso aumenta imensamente o risco de um partido que elegeria alguém, não eleger.

O SR. JOÃO PAULO VIANA – Isso, exatamente.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Vamos lá. Eu queria passar a palavra para a Vereadora da nossa capital, Cristiane Lopes, que desde o início está aqui conosco. Inclusive desejar uma salva de palmas que é a única representante da Câmara Municipal aqui conosco. E muito do debate também foi permeado por conta da representatividade feminina e muitas vezes até misoginia que em algum momento a gente consegue entender que é uma contrariedade até as mulheres, só se tutela pela metade o direito da participação feminina. Por favor, nossa Vereadora Cristiane Lopes.

A SRA. CRISTIANE LOPES – Boa noite a todos. Em primeiro lugar agradecer a grandiosa oportunidade, parabenizá-lo, Deputado, pela excelente iniciativa. Fico muito feliz de estar participando aqui neste momento e assim cheguei eu vim realmente com a missão de aprender. Quando eu vi as pessoas que iriam debater, os convidados, eu falei, 'eu vou lá para buscar um pouco mais, para aprender, para ter mais conhecimento, para poder lutar pelas nossas mulheres'. E a princípio eu me ative a observar e ia embora justamente por um compromisso familiar, Deputado Léo. E eu lembro-me que no tempo de campanha, nós caminhamos juntos, Vossa Excelência falava sempre isso, da dificuldade que é, que Vossa Excelência tinha em deixar a sua família, deixar a sua casa. E a política é isso, nós devemos abrir mão, muitas vezes, de estar em casa com a nossa família, e foi isso que eu fiz em um tempo aqui. E essa é a dificuldade das mulheres. É por isso que nós precisa-

mos de empoderamento, é por isso que nós precisamos de oportunidades, é por isso que nós precisamos sim de condições para que possamos trazer outras mulheres para debates importantes como estes aqui. E quando eu olho e vejo a quantidade de mulheres aqui presentes eu fico muito feliz. Eu chamei ali a colega, que tive o prazer de conhecer agora a pouco, e perguntei dela o porquê ela ainda não havia colocado o nome dela à disposição e se uma das dificuldades dela era a mesma que eu tinha. E realmente era e é a dificuldade de todas as mulheres, que é nós mulheres temos tripla jornada. Não é dupla não, é tripla jornada. Porque nós temos que dar conta de casa, temos que dar conta dos filhos e temos que dar conta da vida política, da vida pública também. E uma diferença muito grande, por que é que a maioria das mulheres não entra na política? Porque a mulher tem raiva, eu acredito, me perdoe a palavra raiva, porque eu creio que seja, as mulheres expressam dessa forma, de uma grande diferença, que é da politicagem. A mulher não gosta da politicagem, mas a mulher é política de essência, porque quem está dentro de casa, quem administra tudo para poder sair, para poder trabalhar fora também e para poder cuidar de várias outras missões é a mulher. Então ela faz o papel de gestora ali dentro da sua própria casa, então a mulher ela é a verdadeira política. Agora, o que ela não admite é a politicagem. Eu lembro que durante a campanha eu cheguei a ser coagida. Eu fiz uma campanha com poucos recursos, eu não tive empresários bancando, me auxiliando, me apoiando na minha campanha, eu não tive isso. Eu contei com o pouco recurso que eu tinha meu, do meu esposo e mais algum recurso do partido. Foi esse recurso que eu tive. Do meu bolso saíram R\$ 3.900,00, com mais um recurso do partido, um pouco de auxílio mais, eu creio que foi cerca de R\$ 9.000,00. É inacreditável, para recursos altos em campanha. Claro que sou jornalista, trabalho a 10 anos na área de comunicação e a emissora de TV favorece isso também, a gente está o tempo todo na casa das pessoas. Mas eu cheguei a ser coagida quando eu estava dentro de uma casa e a família me perguntou, o homem me perguntou o que eu ia dar para que a família dele pudesse me apoiar. E quando eu olhei para a casa, na frente da rua não tinha asfalto, não tinha iluminação e naquele momento a senhora abriu a torneira e não tinha água dentro de casa. E eu perguntei a eles, eu falei 'o que vocês preferem: asfalto, iluminação, água ou um litro de gasolina que vai acabar e vocês não terão direito nenhum depois de bater à porta de político? Porque eu estou cansada de ser enganada por políticos'. Ele falou: "na verdade é um jogo, você acha que está enganando, mas ao mesmo tempo você está sendo enganado". E a partir do momento em que você recebe alguma coisa em troca do seu voto você não tem moral para bater à porta depois de qualquer político, de qualquer representante para pedir alguma coisa. E naquele momento, naquela reunião familiar que eu saí e pedi perdão até pela forma como eu falei, a única que me seguiu foi a mulher que estava na casa. E ela foi até lá e disse que gostou muito das minhas palavras, eu quero acreditar que ela tenha sim depositado o voto de confiança, mas é para a gente ver como a mulher tem uma sensibilidade maior de entender como as coisas funcionam. Então nós mulheres somos políticas de essência, o que a gente não gosta é de politicagem e precisamos de mais apoio, de mais empoderamento e debates como estes são fundamentais. Muito obrigada, Deputado; muito obrigada a todos os palestrantes; obrigada mesmo. Para mim foi uma tarde maravilhosa e eu creio que para todos que estão aqui presentes. Muito obrigada, parabéns mais uma vez De-

putado Léo, te admiro muito, já falei isso várias vezes e reafirmo aqui.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Obrigado, obrigado Vereadora. Agente que fica realmente lisonjeado. Parabéns pelo interesse e tema tão importante e interessante. Cristiane Lopes realmente é diferenciada, o que ela falou é exatamente o que aconteceu, extremamente carismática, faz um trabalho com grande apelo social e faz o bem sem olhar a quem. E a gente está fazendo toda essa discussão nivelada por cima, em representatividade e proporcionalidade, e no caso da vereança que é o primeiro cargo eletivo, que realmente é o pára-choque do povo, você tem que estar próximo, atendendo as demandas das mais corriqueiras, como asfalto da rua, o saneamento, então você tem que estar grudado às necessidades do povo, é muito interessante. Eu fui vereador e realmente é uma faculdade da vida, é o que você aprende realmente de mais bonito que é isso, é fazer o bem sem olhar a quem, é não pensar nos dias futuros e sim em solucionar os problemas do presente de quem mais precisa. Então Cristiane Lopes está no local adequado, no momento certo e principalmente em condições apropriadas, que é com independência para realmente ser uma parlamentar diferente na Câmara Municipal. Então parabéns, Cris. Leve 10% do que você aprendeu aqui para a Câmara, que certamente eles já estarão satisfeitos e já vão ajudar bastante, porque você vai sair daqui bem melhor do que entrou, assim como eu, tenho certeza. Então parabéns a Cristiane Lopes, a nossa vereadora. Doutora Érica tem alguma pergunta a fazer para os nossos conferencistas do Rio de Janeiro?

A SRA. ÉRICA GERHARDT – Eu queria só, não uma pergunta, mas um esclarecimento com relação ao questionamento feito sobre o plebiscito.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – O da Celene. Legal!

A SRA. ÉRICA GERHARDT - A Constituição não prevê essa possibilidade, nós temos um arcabouço constitucional estabelecido suficiente para dar garantia inclusive se houver renúncia do presidente, se houver a cassação da chapa pelo TSE que não é o plebiscito, não são as eleições diretas ou não é essa proposta de Emenda à Constituição que estão trazendo para uma nova eleição. Então o arcabouço eleitoral e constitucional já prevê a transição sem nenhuma ruptura seja qual a consequência que tenha, seja renúncia, seja cassação, seja até mesmo impeachment. Só para esclarecer, não há necessidade de convocar a população para um plebiscito. Então as reformas açodadas para resolver uma crise, no meu entendimento, não é o melhor caminho. Então eu só gostaria de deixar esse registro, até porque nós temos muitos estudantes, eu sei que as redes sociais bombardeiam a gente com informação, para a gente só ter alguns pontos estabelecidos, para falar em homenagem ao Dr. Luiz Felipe, um constitucionalista nato, que fica às vezes incomodado com esse tipo de colocação. Então nós temos legislação suficiente para nos fazer passar por este momento de crise de uma forma tranquila e sem nenhuma ruptura institucional.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Muito bom, isso aí esclarecido juridicamente o questionamento. Tem mais alguma coisa Celene? Mais algum colega que queira falar ou não? Nós temos ainda eu acredito que seria um coffee break...

O SR. JOÃO PAULO VIANA - E está esfriando, me disseram.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – É para a madrugada não é, que nem... Então vamos fazer o seguinte, João Paulo Viana, tem mais alguma pergunta, questionamento, não?

O SR. JOÃO PAULO VIANA – Não, eu só queria agradecer, eu pedi também para que tocasse o Hino de Rondônia no final, acho que daqui a pouco.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Isso, isso excelente.

O SR. JOÃO PAULO VIANA – Mas eu queria só fazer um agradecimento a todos os alunos da Universidade, a nossa ex-reitora, Professora Berenice Tourinho, que gentilmente veio trazer os seus alunos para participar do evento, todos os estudantes da Universidade Federal de Rondônia, em especial os alunos de Ciências Sociais, que estão aqui até essa hora, mais de 60 pessoas aqui, desde as duas horas da tarde, querendo aprender Ciências Políticas, querendo aprender os sistemas eleitorais. E reafirmar aqui o convite desses dos brilhantes profissionais das Ciências Políticas, para vocês tentarem o mestrado na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, uma Escola de Ciência Política que está lá de portas abertas para receber os bons alunos. E, certamente, aqui todo mundo tem condição de pleitear isso. Depois do Guilherme eu gostaria só, passando a palavra a você Guilherme, parabenizar, também e agradecer em nome da Tetê e a Madalena, todos os funcionários desta Casa, que até agora estão aqui com a gente.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – O João, João Paulo, essa parte era minha velho, quem mandou o senhor se meter.

O SR. JOÃO PAULO VIANA – Desculpa. Mas como eu trabalhei três anos nesta Casa, apesar de não aqui diretamente, mas na Escola do Legislativo, ou melhor, quatro anos, eu me sinto também um pouco na obrigação de fazer isso.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Eu vou mostrar o meu espírito democrático e te expulsar da Mesa.

O SR. JOÃO PAULO VIANA – Não, obrigado. Guilherme, por gentileza.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Não, verdade, só para endossar, porque dez da noite e vocês estão aqui, fizeram acontecer um belíssimo evento, juntamente com o brilhante, abnegado, dedicado e apaixonado pela matéria que é o professor, mestre, João Paulo Viana, que eu posso compartilhar e dizer e nutro carinho, dizer que ele é meu amigo, dos idos tempos ainda de Colégio Pitágoras, de Dom Bosco, de infância. Sou amigo da sua família, do Artur, do Otávio, do Trivino, de todas as pessoas que realmente eu gostaria aqui de pedir que vocês, também saudassem o João Paulo Viana, que foi o promotor deste evento, obrigado.

O SR. JOÃO PAULO VIANA – Obrigado Léo, obrigado de coração.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Muito bom. Agora, a gente vai passar a palavra para o nosso amigo Guilherme para fazer suas considerações finais.

O SR. GUILHERME SIMÕES REIS – Não é consideração final não, já falei bastante. É só para fazer uma propaganda, aproveitar aqui a deixa, para eles acompanharem as atividades lá da Escola de Ciências Políticas da UNIRIO, não só o processo de mestrado, mas a produção acadêmica dos professores da Casa, no facebook, a Página: escoladecienciapolitica-unirio, lá há entrevista para imprensa, enfim, eventos organizados, tem bastante coisa lá para vocês curtirem, além de seguirem a nossa página para ver o que a gente está fazendo.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Valeu, Dr. Guilherme, professor; amigos. Depois vamos fazer um registro desta noite, deste dia memorável que vai ficar aí para os Anais da Casa e que certamente vai trazer bons frutos aqui para a política de Rondônia. Também, registra a presença da Dr. Ana Valeska, que estou vendo aqui de longe, não sei se é a Daniele, é? Minha colega de faculdade, que legal, seja bem-vinda, e boa noite também para vocês.

O SR. JOÃO PAULO VIANA – Fazer a foto, fazer a foto depois do hino.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Vamos fazer a foto. Vamos ouvir todos de pé, que o Mestre de Cerimônias, acho que já foi embora. Todos de pé, o hino mais lindo do Brasil, o Hino de Rondônia. Por favor, Céus de Rondônia.

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Desta belíssima forma nós encerramos a nossa Audiência Pública que tinha o intuito de debater a reforma política, a possibilidade de lista fechada, agradecendo a presença de todos, dizendo que nós temos um coffee break a todos vocês, de modo que possamos celebrar, congregar e confraternizar este momento único na história da Assembleia Legislativa. Fiquem todos com Deus e vamos tirar uma foto aqui para registro. Um abraço.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 21h59min).

17ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE O PASSE LIVRE ESTUDANTIL

Em 29 de Maio de 2017

**Presidência do Sr.
LÉO MORAES - Deputado**

(ÀS 10 horas e 02 minutos é aberta a Sessão)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Senhores e Senhores, bom dia. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo a Requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Léo Moraes, realizada Audiência Pública para debater o passe livre estudantil no transporte público municipal. Convidamos para compor a Mesa o Excelentíssimo Senhor Deputado Léo Moraes, proponente desta Audiência Pública; senhor Adriano Castro, representando o vice-governador do Estado de Rondônia; senhora Vanda Martins Borges, Professora da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Brasília; senhor Afonso Souto, Presidente da UMES; senhor Django Ferreira, Presidente da URES.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Invocando a proteção de Deus, iniciamos esta Audiência Pública que tem o intuito de debater o Passe Livre e os seus desdobramentos no Estado de Rondônia.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Excelência, antes de darmos sequência a Audiência Pública; convidamos a Tais, que representa o DCE da Universidade Federal de Rondônia, UNIR; o Deivisson, é da Coordenação da Juventude do Estado.

Nesse momento convidamos a todos para ouvirmos o Hino Céus de Rondônia, letra de Joaquim de Araújo Lima e música de José de Melo e Silva.

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

Podem sentar, muito obrigado. Excelência, antes das palavras iniciais de Vossa Excelência, o senhor Deputado Léo Moraes, proponente desta Audiência Pública, convidamos o Secretário Executivo representando o DETRAN, Sérgio Lopes, para com por também esta Mesa desta Audiência Pública. E registrar aqui Deputado, a presença do Luiz Paulo Assunção, representando o gabinete da Deputada Federal Marinha Raupp; o senhor Deivisson Souza, Agente de Coordenadoria, representando a SEJUCEL; de uma forma geral, a todos os alunos das escolas aqui representadas; Ieda do Santos, Presidente da Associação de Moradores do Bairro Nova Conquista, da Cascalheira e também alunos da Escola Estadual de Ensino Médio Fundamental Bela Vista e Brasília e demais estudantes aqui das demais escolas do município de Porto Velho, escolas do Estado. Toda a metodologia, toda a dinâmica desta Audiência Pública a partir deste momento com Sua Excelência o senhor Deputado Estadual Léo Moraes.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Bom dia a todos! Nós gostaríamos de agradecer a presença, a Assembleia Legislativa agradece a presença de todas as pessoas nesta manhã de segunda-feira. É muito importante este debate, não tenho dúvidas em que pese à dificuldade de cativar, de realmente apresentar a relevância do debate a sociedade como um todo, de modo que as pessoas participem, afinal quando a gente chama uma Audiência Pública o interesse é exatamente este, não é impor nada que não seja do interesse da população, isto é, nós queremos ouvir a todos, a Audiência tem essa finalidade de aproximar as pessoas, os contribuintes, os adolescentes, os jovens, todas as pessoas da Casa do Povo que nada mais é do que a casa da vontade de todos vocês, afinal somos eleitos investidos pelo voto, e o voto é sufragado por todas as pessoas acima de dezoito anos, facultativo dos dezoito aos dezoito e também de dezoito em diante obrigatório. Então, a gente fica um pouco também decepcionada porque é algo tão relevante que eu tenho certeza que terá um encaminhamento, porém, não tem Audiência necessária para nós fazermos e tomarmos as deliberações. Gostaria de cumprimentar a todos que fazem parte da Mesa, o Adriano que representa o Vice-Governador Daniel Pereira, a Vanda, que é Professora da Escola Brasília, grande parceira, colaboradora desta Casa de Leis, tem um belíssimo projeto de educação integral, talvez agora com uma das melhores estruturas de escola de toda a nossa capital. Então, gostaria de cumprimentar todos os alunos aqui da Escola Brasília que se fazem presentes, sejam sempre muito bem-vindos e venham sempre com frequência aqui a Assembleia, porque afinal eu já disse é a Casa de todos vocês, sintam-se em casa. O Afonso Souto, representando a

UMES, está aqui, o Django, Presidente da URES, a Tais de Souza Leite, comunicadora e que hoje está à frente do DCE da UNIR, um trabalho espinhoso, mas também extremamente gratificante, e o Deivisson, que é Coordenador da Juventude da SEJUCEL, que está aqui conosco imagino também, representando o Secretário Superintendente que é o Rudney Paes. Nós vamos passar a palavra para os nossos integrantes e depois quem quiser também falar, só levantar o braço que o cerimonial da Assembleia Legislativa, vai colher o nome de vocês para que possam fazer uso da palavra, tudo bem?! Aqui é um bate papo, fiquem mesmo bem a vontade para a gente ter um encaminhamento, afinal eu acho que vai ter coisa boa aí no final de tudo isso. Agradecer a imprensa que também se faz presente, é fundamental que a gente possa divulgar e propagar aos quatro cantos a intenção desta Audiência, deixando bem claro que esta Audiência, não é para instituir o passe livre de forma imediata, até porque nós somos do Legislativo, a gente propõe, a gente intercede, abre o diálogo com o Poder Executivo, Prefeituras de todo o Estado e Governo do Estado de Rondônia, que tem essa responsabilidade, que tem a caneta, porém, nós fazemos esse debate desde a época da Câmara Municipal, foi lá a primeira vez que nós discutimos, discutimos o passe livre, conseguimos apresentar o Projeto da meia entrada para hipossuficientes, para os nossos adolescentes e jovens que não tem condições de renda, de quinze a vinte e nove anos e depois isso veio a funcionar, além disso, o Vereador por um dia, que a gente levava os estudantes a Câmara Municipal para que eles pudessem ter a experiência por um dia de viver aquela realidade de ser Vereador, de criar Leis, de fiscalizar, e foi muito bonito esse Projeto. E eu tenho certeza que a Escola Brasília, ela é vocacionada a inovar, sempre está na vanguarda, certamente a gente pode fazer uma parceria nesse sentido com todos os alunos da Escola Brasília.

Vamos passar a palavra aqui para ouvir todas as pessoas, antes de nós termos no nosso encaminhamento. Passar aqui para o Adriano, que é o representante do Vice-Governador para que ele faça as suas considerações iniciais, pode ser até aí mesmo Adriano, por favor.

O SR. ADRIANO CASTRO – Muito bom dia a todos! Cumprimentar aqui Excelentíssimo Deputado Léo Moraes, ao tempo parabenizá-lo mais uma vez Deputado por esta iniciativa; cumprimentar os demais membros da Mesa e saudar todos os presentes aí na galeria. Por motivo de agenda o Vice-Governador não pode comparecer, mas por entender que a Audiência é muito relevante em respeito a vocês alunos, em respeito à Casa de Leis, ele está mandando um representante, que os encaminhamentos aqui, após a Audiência nobre Deputado, eu estarei levando para o Vice-Governador e de modo que a Vice-Governadoria está de portas abertas para atender mais esse pleito tão importante, sabemos que a educação é um dos principais pilares para o desenvolvimento socioeconômico, desenvolvimento social, a inclusão social aqui é apenas um meio, mas o resultado, o fim é um Brasil melhor amanhã, porque a educação é o principal pilar para o desenvolvimento de um país. Então a caminhada é longa, mas parabéns ao deputado que teve a iniciativa de iniciá-la. Então um abraço a todos, muito bom dia e muito obrigado deputado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Nós que agradecemos. Vamos passar a palavra para a nossa amiga Vanda que é professora do Brasília, que ela possa fazer uma apresentação aqui, fique bem à vontade professora.

A SRA. VANDA MARTINS BORGES – Aqui cumprimentando o deputado Léo, a quem nós temos um carinho muito especial e em nome dele cumprimentando aqui toda a Mesa, os componentes e também o meu bom dia a todos os estudantes aqui representando os demais estudantes, em nome da professora Clarinda que eu estou representando a nossa Diretora, professora Clarinda e a nossa Vice, Isis, então em nome delas é que eu falo. Quero cumprimentar os nossos alunos que aqui estão, são poucos, mas eles estão representando todo o alunado da nossa Escola e os demais que aqui se faz presente. E neste momento quero assim parabenizar o deputado por essa iniciativa, pelo carinho muito especial para com a nossa Escola e para com a classe estudantil. Então é importante a gente ter essas pessoas jovens e que realmente reconhece o quanto é importante a classe estudantil. Aqui vocês já estão aprendendo a exercer a cidadania em busca dos seus direitos, dos seus deveres, mas é isso mesmo, é começando é que vocês vão se tornando pessoas mais experientes, pessoas mais responsáveis, pessoas mais cidadãs. Então deputado Léo parabéns em nome da Diretora da nossa Escola, e que o senhor tenha bastante sucesso e que esse debate seja de sucesso para todos. Que Deus abençoe vocês.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Muito obrigado nossa amiga Vanda. Nós convidamos aqui para fazer parte desse debate, eu gostaria de elencar para deixar registrado nos Anais aqui na Casa de Leis, vai ficar arquivado demonstrar o grau de interesse dos nossos atores, das autoridades para que entendam que um dos maiores pecados é a omissão e depois quando se implementar a política vão anunciar por aí como grande benfeitores de algo tão relevante como é o passe livre, principalmente as políticas sociais que eu tenho certeza quem em dado momento irão acontecer e não vai tardar. Gostaria de registrar a presença da Pastora Lucimar, nossa amiga está aqui conosco, é uma grande lutadora em defesa da sociedade portovelhense, com grandes projetos sociais de inclusão das pessoas mais carentes. Encaminhamos ao governador, vice-governador, ao chefe da casa Civil, subchefe, Secretaria de Educação – SEDUC, junto com o adjunto, a SEFIN, de finanças, chefe de Gabinete do Prefeito, Assessor Jurídico do consorcio SIM, a OAB, Ordem dos Advogados do Brasil, Ministério Público, Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça, Prefeitura, Secretaria Municipal de fazenda, Secretaria Municipal de Transito e também os nossos colegas deputados estaduais, esses foram os convidados. Deixar registrado que o Secretário de Transito conversou conosco agora há pouco e logo mais ele estará aqui conosco, apesar dele estar enfermo, ele vai vir aqui para debater conosco a questão do passe livre.

Passar a palavra para o Afonso Souto, que representa a UMES, para que faça as suas considerações.

O SR. AFONSO SOUTO – Em primeiro lugar bom dia a todos que se fazem aqui presentes, e desde de já em nome do deputado Léo, eu quero cumprimentar toda a Mesa. Pessoal eu sei que muita gente olha assim de imediato e diz 'ah! Tem pouco estudante aqui'. Eu admito que tem pouco estudante aqui, a questão toda é que vocês não imaginam o quanto é burocrático hoje em dia você ir numa Escola e tirar estudante de dentro de uma Escola. E só que estão presentes aqui todos eles estão completamente documentados, foi mandado autorização para os pais tudo certinho, assinado, tudo bonitinho, é muito difícil trazer estudante, tirar estudante dentro da Escola e trazer para cá. Mas nós fizemos o máximo possível, mas vocês podem crer também que nós temos um grande apoio

em todos os lugares que nós andamos, em todas as escolas nós temos um grande apoio e garanto para vocês que na próxima vai faltar espaço aqui para colocar os estudantes porque nós vamos usar um novo método, uma nova forma para trazer mais estudantes para cá, porque é muito complicado trazer os estudantes para cá. O deputado Léo foi muito feliz quando ele disse que a partir dessa primeira Audiência Pública que ela vai sair em toda a mídia, quando muitas pessoas tiverem noção da magnitude do que estamos começando a fazer aqui, eu garanto que vai ter muita gente aqui e muitos outros que vão querer, que nem diz o ditado 'que vão querer aparecer como pai da criança porque é assim que funciona'. Mas fico feliz de estar aqui hoje, estarmos começando esse trabalho. Nós já temos um aceno muito grande do poder público do Estado por isso que estamos começando e vamos conseguir o que nós estamos querendo. Nós já temos uma discussão bem avançada com a prefeitura, como poder público municipal, principalmente com este prefeito atual e logo, logo, bem breve nós vamos estar com novidades boas para vocês, muito boa mesmo para a classe estudantil, e para o ano que vem, se Deus quiser, nós vamos estar com o passe livre implantado, é tudo uma questão de boa vontade e existe boa vontade do poder público não só do Estado como do município. Eu digo isso porque já estivemos reunidos várias e várias vezes, existe a boa vontade, nós vamos atingir os nossos objetivos, em tenho certeza disso, é tudo uma questão de sentarmos, conversarmos, dialogarmos, termos paciência que a gente vai conseguir atingir os nossos objetivos. Desde já eu agradeço muito a presença de todos aqui e vou estar sempre à disposição, vou deixar o meu contato com todos, vou estar sempre à disposição para atender a todos vocês, ou na escola de vocês, onde quer que seja para estar sempre munindo vocês de informações atualizadas. Mais uma vez obrigado. Bom dia a todos.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Muito obrigado Afonso, está certinho, o importante é a gente não perder o entusiasmo e a vontade de transformar a nossa realidade, isso é típico da juventude, é a inquietude, o direito de se indignar e demonstrar isso a todos, é dessa maneira que a gente transforma o mundo de verdade. Gostaríamos de passar a palavra para a senhorita Tais de Souza Leite que representa neste ato o DCE – Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Rondônia, por favor Tais.

A SRA. TAIS DE SOUZA LEITE – Bom dia a todos. Peço licença para falar em pé e não composta na Mesa, porque a princípio o início da minha fala eu faço uma manifestação que é com essa mochila que todos os dias nós saímos de casa para estudar, todos os dias nós saímos de casa com os livros na bolsa para garantir o direito a educação. A educação é um direito e não um privilégio. Em épocas de perdas em direitos e garantias da educação como cortes na educação, como reestruturação do ensino médio e principalmente no nosso Estado que a garantia a gente estudar próximo da nossa casa, da nossa residência, nós passamos por reestruturação na educação no Estado e pela educação ser um direito nós precisamos conquistar o nosso direito ao passe livre estudantil. O passe livre estudantil não deve ser feito com boa vontade dos políticos do nosso Estado e nem dos representantes do município, ele deve ser feito com compromisso e responsabilidade, porque é um compromisso e garantir o direito de nós estudantes a ir para a escola, é um compromisso das trabalhadoras e trabalhadores garantir que o seu filho estude porque essa é uma responsabilidade, está lá no artigo 5º da Constituição, e nós precisamos

garantir. Os nossos políticos não devem fazer isso com boa vontade, deve fazer como compromisso, compromisso com o povo porque eles são políticos representantes do povo. Lamento nesta Casa nós não termos outros deputados estaduais acompanhando esta audiência pública que é de garantir direito à educação. Como nós podemos falar em educação se nós não conseguimos garantir a qualidade do nosso ensino, como nós não conseguimos garantir uma estruturação das nossas escolas no Estado de Rondônia? Mas nós precisamos no mínimo garantir o passe livre para esses estudantes, porque um trabalhador e uma trabalhadora que sai às 6:00 horas da manhã e que volta no final da tarde para garantir que o seu filho passe o dia na escola ou que lhe garanta a educação é por meio do passe livre que nós podemos contribuir, porque R\$ 3,60 uma passagem de ida e uma passagem de volta é caro para o trabalhador. O passe livre implantado em outros Estados do Brasil garante que o estudante tenha 42 passagens ao mês para lhe garantir, ele garante que o estudante durante as suas férias também pode continuar estudando. Nós precisamos debater, é tardio este debate, nós precisamos debater hoje, amanhã e estar mobilizados para a gente garantir que passe o passe livre estudantil, porque eu garanto e pergunto a vocês quantos de vocês estudantes do ensino médio pretendem estar na Universidade Federal de Rondônia? Podem levantar o braço? Podem levantar o braço quem quer estudar na Universidade Federal de Rondônia. Sabe como é que a gente vai conseguir garantir que o nosso ensino seja garantido lá? Porque a gente precisa fazer isso no fundamental e ensino médio para a gente poder fazer o ENEM para a gente entrar no processo seletivo da Universidade Federal de Rondônia e nós, deputado, conseguimos garantir quando nós temos um compromisso e no qual o senhor puxa agora o debate do passe livre como eu estava na Câmara de Vereadores, estava nas mobilizações contra o aumento da passagem de ônibus, nós precisamos garantir aqui, nós precisamos garantir que não seja uma boa vontade, mas seja um compromisso com o povo, porque nós somos representantes do povo, nós somos representantes desses estudantes que querem garantir seu ensino com qualidade, seja na rede pública, seja na rede privada, nós precisamos garantir. E esse direito é possível que o nosso Estado garanta, mas garanta com compromisso, no qual ele assuma uma responsabilidade em garantir o passe livre, porque sabe como é garantido? A gente precisa, é impostos, governo. Eu me pergunto os governos estaduais de outros estados do Brasil conseguiram implantar, conseguiram implantar, ou seja, nós também podemos conseguir implantar aqui no Estado de Rondônia e não só a nível municipal, a nível estadual também, porque estudantes do interior da universidade federal de Rondônia que estuda em Ouro Preto, que estudam em Jarú, eles se deslocam para a Unir Ji-Paraná, para a Unir Cacoal, para ele garantir o ensino superior, sabem o que é ensino superior? É profissionalização dos nossos estudantes, são esses estudantes que serão professores, são esses estudantes que serão professores, engenheiros, que serão médicos, que serão advogados. E essa nossa educação começa por aqui, começa no ensino fundamental, no ensino médio, até nós conseguirmos sermos estudantes da Universidade Federal de Rondônia. Então, o passe livre tem que sair daqui, dessa proposta. E nós precisamos, sim, precisamos dos representantes aqui, precisamos do governador, precisamos do vice-governador, precisamos dos deputados estaduais dessa Casa acompanhando esse debate. E é nesse sentido que nós como representantes do DCE, estudantes, que saímos todos os dias de casa com os nossos livros e nossas

mochilas precisamos estar mobilizados para o passe livre estudantil, porque, entenda, é uma garantia, é um direito e nós precisamos lutar por ele, porque só com luta e só com mobilização estudantil é que nós vamos garantir essa conquista, e nós precisamos fazer essa conquista no Estado de Rondônia, nós precisamos fazer essa conquista por meio dos deputados e por meio de um compromisso do nosso governador do Estado para garantir o passe estudantil para os estudantes. Obrigada.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Agradecemos a Taís pelo seu entusiasmo, pelo seu ideal e, principalmente, por sua vontade prática de fazer, lógico que o ideal, a vontade tem que permear o nosso imaginário, mas ser o combustível suficiente para a gente praticar as boas ações. Então, parabéns a Taís, que é fundamental, ela que está à frente do DCA agora da Unir, e eu tenho certeza que o DCA da Unir vai dar uma guinada na sua forma de pensar e enxergar a política estudantil, se baseando e lutando, principalmente, por ensino pesquisa e extensão que é o tripé de ensino de qualidade e não simplesmente por clientelismo como acontece muitas vezes, e é bom a gente deixar isso elencado para distinguir as boas pessoas das pessoas que se oportunizam do cargo.

Gostaria de registrar a presença do nosso colega Vereador Edwilson Negreiros, Vereador aqui da Capital, Vereador de Porto Velho, gostaria de já pedir para ele fazer parte da Mesa, aqui como deferência ao cargo, ao representante do Poder Legislativo e também a condução do seu mandato que já está à frente dessa discussão do passe livre, nessa legislatura, por gentileza Vereador Edwilson, faça parte aqui da Mesa.

Registrar a presença da senhora Elizabeth do SIM, que está aqui conosco, seja muito bem-vinda, do Abreu que imagino que seja do jurídico aqui do consorcio SIM.

Vamos passar a palavra já de ato contínuo ao Deivisson, que é o Coordenador da Juventude, da Coordenação da Juventude da SEJUCEL, Deivisson, por gentileza, a palavra está franqueada ao senhor.

O SR. DEIVISSON SOUZA - Primeiramente, em nome do Deputado Léo Moraes cumprimento toda a Mesa e claro todos os presentes nesta Audiência Pública, em nome do Governo do Estado através da SEJUCEL, da Superintendência da Juventude de Cultura Esporte e Lazer, venho aqui representando o nosso Secretário o Superintendente Rudney Paes. E, primeiramente, gostaria de agradecer ao convite para a gente estar debatendo nessa Audiência Pública sobre um tema tão importante que é o Passe Livre. E agradeço até ao protagonismo Deputado Léo, como já nos dizia Paulo Freire, “o diálogo é a base para a colaboração”, e este ato de estar reunido aqui para tratar de algo que é comum aos estudantes do ensino médio, ensino fundamental e universitário. Hoje é um marco na história do Estado de Rondônia, creio que é um passo fundamental para que proporcione aos nossos jovens o acesso à educação, que como a Taís Leite, bem dizia é um direito, é um direito assim como o acesso a Cultura ao Esporte e ao Lazer. E nós, que eu também sou estudante, enquanto acadêmicos, estudantes, devemos lutar e ser presença nessas discussões, porque todo direito e ser presença nessas discussões porque todo direito foi adquirido através de luta, luta popular, luta coletiva, união. E tem um grande cara que eu gosto muito de ler, Pedro Casa d’Arga, que ele dizia assim: “o segredo de ser jovem é ter uma causa pela qual dedicar a vida”. Não importa a idade, a gente precisa ter essa causa, a gente precisa se

unir e lutar por ela. Então, enquanto o Governo do Estado, a gente se preocupa com as questões da juventude. Hoje em dia temos uma Coordenadoria que foi constituída há menos de 02 anos, que poderia ter sido constituída bem antes e a gente, aos poucos, tenta constituir políticas voltadas para a juventude. E é de interesse essa questão da votação, assim como é de interesse o acesso do jovem ao trabalho, à renda, à educação, a uma vida digna. Então, é nessas falas de entusiasmo, de quem acredita na política pela juventude, de quem acredita no protagonismo do jovem, que a gente deseja a todos uma boa Audiência. Obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Obrigado, Deivisson Souza, da Coordenação da Juventude.

Gostaria de passar a palavra para o Célio Lopes, que representa o DETRAN do Estado de Rondônia. Célio, a palavra está franqueada a você e já pedir também, por gentileza, que...

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Está aqui, a senhora Elizabeth Rute, Gerente do Consórcio SIM, para ocupar a Mesa, por favor. O Django preferiu ficar ali assistindo.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Por gentileza. Vamos passar a palavra para o Célio, agora. Vai lá, Célio.

O SR. CÉLIO LOPES – Bom dia a todos. Quero aqui cumprimentar o Excelentíssimo Deputado Léo Moraes, companheiro, amigo de longas datas. O Deputado Léo tem se tornado aí um Deputado que tem defendido as causas populares. Deputado Léo, parabéns pelo seu trabalho. Sempre que nós vemos aqui causas populares sendo discutidas nesta Casa de Leis, sempre está remetido o nome do nobre Deputado Léo Moraes. Parabéns, Deputado Léo, pelo seu trabalho, por ter defendido tanto as causas dos jovens do Estado como todas as causas populares dentro desta Casa de Leis. Quero cumprimentar aqui também o Vereador e amigo Edwilson Negreiros, representando nossa Casa de Leis Municipal. Tenho muita honra de tê-lo como amigo, Edwilson. Quero cumprimentar aqui também o nosso amigo Deivisson, que é da Coordenadoria de Juventude Estadual; cumprimentar nossa Diretora da Escola, Professora; cumprimentar nossa companheira Taís, sempre estamos aí nas lutas, não é Taís? Quero cumprimentar aqui também os representantes da UMES, da URES; e o Adriano, que representa o amigo também, Vice-Governador do Estado, nosso Excelentíssimo Senhor Daniel Pereira. Bom, e quero cumprimentar aqui também os estudantes que são o futuro do nosso País, são o futuro do nosso município, são o futuro do nosso Estado de Rondônia e com certeza farão diferença. E um País que não cuida dos seus estudantes, não cuida da sua educação, como poderemos ter uma emancipação política, econômica, financeira deste País, se nós não tratarmos nossos professores, nossos alunos com dignidade? Essa é uma indagação que eu faço a todo tempo e tomo licença aqui, Deputado Léo, não para falar como representante do Departamento Estadual de Trânsito, mas como jovem, jovem este que é militante também dessas ações sociais. Eu acredito que esses programas sociais que nós temos de acesso à educação são muito importantes. E como nós teremos um acesso realmente universal à educação se nós não conseguimos dar aos nossos estudantes a forma de como eles conseguirem chegar as suas escolas? A gente vê que os pais acabam, Deputado Léo, usando outros programas sociais, como o bolsa-família, como outros programas para bancar essa passagem de ônibus para o

aluno poder ir a sua escola. Então, quer dizer, aquelas finalidades, às vezes, que aquele programa social tem, acaba se desviando por conta dessa dificuldade de não ter um passe livre estudantil no nosso município, no nosso Estado. E a gente vê que outros Estados conseguiram implantar isso, que outros municípios conseguiram através de criatividade. Nós precisamos, na administração pública, Deputado Léo, ter criatividade. A gente não pode administrar a bel-prazer, conforme nós queremos, da forma que nós achamos que é melhor. Nós temos que ter criatividade e responsabilidade com o dinheiro público. E nós precisamos pensar, colocar nossas cabeças para pensar e verificar se nós podemos dar incentivos fiscais para as empresas. Se nós podemos utilizar recursos oriundos de outras classes para que nós possamos subsidiar, porque nós precisamos subsidiar, de alguma forma, de algum lugar e de alguma fonte financeira vai ter que sair esse recurso, e nós devemos pensar. Na Audiência Pública, como o Deputado Léo bem citou, foram convidados vários órgãos, foram convidados vários Deputados, vários órgãos do município, do Estado, de todas as esferas. Porém, estamos nós aqui, engajados desta missão de fazer com que isso se torne realidade. E como a nossa professora falou, vocês estão hoje aqui exercitando o direito à cidadania. Vocês estão hoje na Casa de Leis de maior autoridade do nosso Estado, que é a Assembleia Legislativa. Imaginem isso como um marco na vida de vocês e que vocês deverão fazê-lo sempre, porque nossos pais, nossos avós, pelos direitos que nós temos hoje, nós termos, eles brigaram às duras penas e passaram às duras penas para ter todos os direitos que nós temos hoje. E hoje vocês podem ver que a maioria absoluta, uns 90% da classe política não quer que vocês tenham um acesso digno à educação. Isso é fato, é evidente e nós precisamos lutar pelos nossos direitos e às vezes a juventude fica um pouco acomodada. Aquela juventude que já tirou presidentes do poder, aquela juventude que já fez esta Casa aqui se tornar alvo de manifestação, a gente precisa retornar e fazer isso com mais afinco nas nossas atividades do dia a dia. Não se calem! Eu digo para vocês jovens, façam o futuro de vocês! Façam com que o futuro seja aquilo que vocês querem, que nós, que todos aqui dependem de vocês. E, Deputado Léo, quero mais uma vez parabenizá-lo e dizer que estamos à disposição para pensar numa forma diferente de fazer, pensar em algo a fazer. Nós temos aí várias ideias. Eu estava até conversando com o Raildo, quero cumprimentar o Raildo, que é Coordenador de Juventude Municipal. Estávamos conversando outro dia sobre isso no grupo de WhatsApp, não é, Raildo? E ele falava: "Célio, como é que pode, será que tem possibilidade de utilizar recurso de certa fonte, para subsidiar o passe livre? E eu dizia para ele, e perguntava: "nós temos um recurso...", eu falava de acordo com o DETRAN, nós passamos mais de R\$ 40 milhões de IPVA para o município, anual, isso é uma mega sena, não é, Deputado Léo? E o que é que se faz com esse dinheiro no município, hoje? Temos que nos perguntar, R\$ 43 milhões de IPVA, o que é que nós fazemos? Será que a gente não pode usar para subsidiar esse projeto? Será que nós não podemos usar para subsidiar outros projetos de educação? Porque ele é um imposto livre, não é um imposto carimbado. Nós podemos usá-lo da forma como a administração e nosso amigo ali diz que há boa vontade da administração da forma que nós achamos conveniente. Então quero parabenizar a todos e parabéns por vocês estudantes estarem aqui no dia de hoje. Muito obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Agradecemos ao Célio pela participação. Ele foi muito feliz quando disse que as con-

quistas que nós hoje temos, as garantias individuais e as liberdades, foram conquistadas pelos jovens de outrora, que hoje são os nossos pais, avós e por aí vai. Eles eram jovens e tão entusiasmados quanto os que aqui estão. Então é importante a gente militar, mobilizar e nunca perder esse espírito de luta, de perseverança porque senão as coisas não acontecem.

Gostaria de passar a palavra para o Vereador Edwilson Negreiros, que está aqui, para que ele possa se manifestar. Já cumprimentar também aqui o Mário César Carvalho, também vai falar; a senhora Elizabeth. Registrar a presença do Pastor Gilmar Gomes, da Igreja Mundial, também. Seja bem-vindo. O Diretor da Juventude do Município, Raildo Sales, também seja bem-vindo.

Com a palavra o Vereador Edwilson Negreiros. Por gentileza, eu gostaria de pedir para o Secretário Municipal de Transporte e Trânsito, que ele faça aqui parte do nosso dispositivo, da nossa Mesa porque eu tenho certeza que boas notícias virão. Então, sente-se aqui conosco, Secretário, por favor.

Vereador, a palavra está franqueada pelo tempo de 05 minutos. O senhor é o único que eu estou imputando tempo porque o senhor é político. Eu também só vou falar 05 minutos. São direitos iguais.

O SR. EDWILSON NEGREIROS – Bom dia a todos. Em seu nome, Deputado Léo Moraes, cumprimento toda a Mesa e quero aqui falar também ao senhor Adriano Castro, que representa o Vice-Governador do Estado de Rondônia, a senhora Vanda Martins Borges, Professora da Escola Estadual do Ensino Fundamental Brasília, representando aqui a nossa educação; senhor Afonso Souto, representando a UMES, senhor Django, Presidente da URES; senhora Taís de Souza Leite, representando a UNIR, o Deivisson Souza, Coordenador da Juventude do Estado de Rondônia; meu amigo Célio, representando aqui o DETRAN, um grande amigo. Obrigado pelas suas palavras, Célio. A minha amiga Elizabeth Barofaldi, que representa aqui hoje, administra a Empresa de Ônibus que presta serviço para o nosso município. Quero também aqui cumprimentar a presença do nosso Secretário de Transporte, meu amigo Jader, bem-vindo.

Bem gente, eu vou ser breve Deputado como o senhor falou os 05 minutinhos, mas, olha eu quero dizer para vocês estudantes, que eu quando assumi como Vereador fui o primeiro a levantar bandeira do Passe Livre. Tem um Projeto de Lei na Câmara tramitando, só que eu segurei o Projeto porque eu também não queria enganar os estudantes. Aprovar um Projeto de Lei dessa magnitude é uma responsabilidade muito grande e você para dar hoje o Passe Livre você tem que ter uma contrapartida ou de um Fundo que ele venha ali arcar com essa responsabilidade e com essa despesa ou num bom consenso como nós estamos desenhando essa conversa hoje aqui como outras Audiências que fizemos na Câmara Municipal, fiz duas Audiências Públicas levantando essa questão do Passe Livre. O Deputado Léo Moraes o ano passado, tive a oportunidade de participar de uma Audiência pública também nesse contexto como está acontecendo à segunda, e quero aqui Deputado parabenizar Vossa Excelência pela sua atuação como Deputado cobrando desde o início levantando essa bandeira do Passe Livre em nosso Estado de Rondônia, o senhor como Deputado representando o Estado de Rondônia e a gente fica muito feliz porque sabemos que agora nós vamos aqui se Deus quiser, sair daqui hoje, pelo menos com algumas notícias que vocês vão obter nos próximos dias, boas. Nós queri-

amos aqui Deputado, deixar claro, que já tive várias conversas com a Elisabeth sobre essa questão, fizemos contas juntos para vê o que poderia ser feito nessa questão do Passe Livre e Lea sempre deixou claro para nós, Câmara Municipal e Prefeitura, eu queria zerar a tarifa hoje para os estudantes, mas eu preciso de mecanismos e de ajuda tanto da Prefeitura do Município de Porto Velho como do Governo do Estado de Rondônia e quero aqui em nome do senhor Deputado, pedir ao senhor que converse com o governador Confúcio Moura, para que ele dê a desoneração do óleo diesel para a empresa, o ICMS que seria a isenção do petróleo que hoje a empresa gasta que paga 17, 18% e com esse custo e com outras contas que o município já fez e está fazendo juntamente com o governo do Estado aí teríamos uma possibilidade de zerar essa tarifa para que todos os estudantes tanto da rede pública municipal como da rede pública estadual não pague mais a tarifa, que a tarifa seja zero para todos eles. Então, Deputado, eu peço ao senhor como líder da sua bancada aqui nesta Casa, líder do Governo também, porque é um líder não no papel, mas um líder em liderança política que tem um brilhantismo muito grande dentro desta Casa, pedir ao senhor, para que o senhor faça essa reunião e eu não tenho dúvida que com esse passo que Vossa Excelência vai dar e nós no município de Porto Velho, nós não temos condições hoje de zerar o ISS municipal, mas nós podemos diminuir de 5% para 1%, diminuindo de 5 para 1% e o governo do Estado dando a desoneração do diesel em cima do ICMS aí nós zeramos a tarifa para vocês, vocês não vão pagar nada. E quero aqui Deputado, dizer para o senhor que desde a semana retrasada o Prefeito vem construindo, vem construindo um caminho independentemente de hoje nós sairmos daqui com a segurança que todos vocês venham pagar a tarifa zero na questão do Passe Livre, mas vocês podem ter certeza desde o primeiro momento nós vimos se empenhando, o Prefeito vem buscando junto a Secretaria Municipal de Transporte, o Secretário tem sido uma pessoa desde o princípio trabalhando para trazer uma notícia boa para vocês. Tivemos reunidos na sexta-feira, saímos lá da Secretaria Municipal de Transporte era quase oito horas da noite e se Deus quiser nos próximos dias a Prefeitura de Porto Velho está anunciando um pacote no transporte na questão da tarifa e vocês, não vou aqui falar em números porque isso quem vai dizer é o Prefeito, mas nós temos buscado desde o primeiro momento de zerar essa tarifa, no princípio não vai ser zerada, mas vocês vão pagar um valor muito inferior do que vocês já pagam hoje, que vocês já tem direito por Lei da metade do Passe Livre, que é o que vocês já pagam, mas eu acredito que da forma que vai ser anunciado, pelo menos agora, no primeiro momento Deputado, vai ser uma informação muito importante para esses jovens que estão aqui e todos os estudantes, mas podemos nos próximos dias anunciar coisa muito melhor, depende de Vossa Excelência; Vossa Excelência agora não tenho dúvida vai levantar essa bandeira, vai buscar junto ao Governo do Estado. Eu quero lhe informar Deputado, que não precisa ser votado essa questão dessa isenção. No Mato Grosso, agora, recentemente o Governo do Estado baixou um Decreto e já deu a isenção de imediato a empresa que prestava o serviço e lá foi dado o Passe Livre aos estudantes. A gente queria ter o financeiro, mas você sabe Deputado, você foi Vereador também você sabe q eu tudo o que a gente faz nem tudo depende do Vereador, depende do Executivo que é o Prefeito, nós somos limitados, não adianta também fazer uma Lei para enganar vocês, só para dizer assim: olha, o Vereador Edwilson conseguiu junto aos Vereadores da Casa, aprovar a Lei do Passe Livre, mas uma Lei natimorta, uma Lei que não vai funcionar, e

eu jamais seria irresponsável de enganar qualquer um de vocês, mas não tenho dúvida Deputado que agora com o seu empenho desde o primeiro momento Vossa Excelência tem levantado essa bandeira junto ao Estado de Rondônia, a bandeira do Passe Livre e nós lá na Câmara Municipal de Porto Velho, vereador Edwilson, desde o primeiro princípio que assumi o meu mandato, a minha bandeira de campanha foi o Passe Livre integral para todos os alunos da rede pública estadual e municipal. E quero aqui agradecer Deputado mais uma vez o seu empenho, a sua dedicação e peço a você Beth, ao senhor também Secretário, eu sei que nós já fizemos uma boa parte que vai ser anunciada nos próximos dias para vocês, vocês vão ficar muito felizes com o anúncio que o Prefeito vai fazer para vocês estudantes, não vou aqui me adiantar porque isso é uma prerrogativa da Prefeitura e eu deixo está prerrogativa para eles, mas a gente tem trabalhado desde o princípio para buscar esse entendimento e se Deus quiser, nos próximos dias vocês vão ser contemplados com a uma tarifa maravilhosa para que vocês por enquanto ainda continue pagando, mas nos próximos dias como Deputado, o empenho dele, nós vamos zerar a tarifa do Passe Livre. Em nome de Jesus agradeço a cada um de vocês. Muito obrigado Deputado, parabéns.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – A gente parabeniza aqui o Vereador Edwilson Negreiros e faz registro, um alerta que aqui não existe transferência de responsabilidades vereador, é cada qual cumprindo com a sua obrigação e principalmente cobrando, cobrando os gestores para que as coisas aconteçam, parece que vai e não vai, comentasse algo e aí volta atrás porque depende do ... Não, não é bem por aí, não é bem por aí a gente tem que entender qual é o valor da desoneração, até onde o Estado e o município pode ir; o município tem as suas responsabilidade primaz, exatamente legislar sobre tributos e principalmente sobre o ISSQN, lógico, não vai zerar, mais de 5 para 1, qual que é o impacto? Quem te que nos passar é a Secretaria Municipal de Transporte, quem tem que passar é a Prefeitura do Município de Porto Velho. Diga-se de passagem, que pelo menos de 10 anos para cá nós fomos percursores em fazer esse debate do Passe Livre Estudantil aqui em Porto Velho e nem por isso sou padrinho e aponto o dede para cobrar resultado de outras pessoas. Isso é, todos temos que fazer juntos para realmente acontecer e logicamente quem tem a caneta na mão, quem é dono do cofre que é a Prefeitura e lógico o Governo do Estado de Rondônia. Nós temos Leis para viabilizar o projeto, nós temos a Lei do Passe Livre a nível de Estado, para implementar em região metropolitana, como já é considerada Porto Velho, em comum acordo com o município de Candeias do Jamari; isso aqui estão em nosso alcance, já estou com a minuta pronta há muito tempo. Nós temos as competências que são impostas pela Lei a União e lógico, a gente vai falar de direito de ir e vir, a gente vai falar da tutela aos hipossuficientes, aos direitos resguardados como é a habitação, a saúde, também é o transporte público de qualidade, diga-se de passagem; nós temos a isenção do ICMS que já foi apresentada como indicação e que a gente pode fazer um dispositivo de Lei, até porque todo e qualquer Decreto é um ato frágil e vulnerável, diga-se de passagem, é o Decreto, por exemplo, do Estado, o Estado apresentou um Decreto que acabava com a Licença Prêmio dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia e na minha condição de Deputado Parlamentar, aí sim, apresentei Projeto de Resolução para sustar ato do Executivo e nós acabamos dentro do plenário que é soberano, o Decreto que era do Poder Executivo e hoje

todos os servidores públicos tem o direito resguardado da Licença Prêmio, fruto da nossa intervenção. A gente tem que entender que existem remédios e soluções e logicamente tem que entender o ordenamento jurídico, processo legislativo e tecnicidade, porque senão as coisas não acontecem. Nós temos aqui a Lei da política nacional de mobilidade urbana que consegue isenções e benefícios para discutir necessidades como tal, é bem claro; nós temos o Decreto de 13 de julho de 2015, 188 que fala da isenção em operações com combustível destinados ao abastecimento de veículos de transportes. Assim, como nós temos que envolver a bancada federal também para discutir a desoneração do IPI, para aquisição de produtos e principalmente de uma nova frota, quem sabe. A gente tem que trazer condições para que opere o transporte público de qualidade, com tarifa social e também com a isenção e gratuidade para os nossos alunos. Mas, eu tenho certeza que o município também está caminhando nesse sentido. A gente vai ouvir agora o Secretário e como bem disse o vereador, quem tem que anunciar uma política pública, certamente é o executivo que tem essa prerrogativa como bem disse o vereador Edwilson Negrinhos. Então, por gentileza o Secretário Marden Negrão possa fazer uso da palavra. A palavra está franqueada ao senhor num prazo de cinco minutos, mas se tiver boa notícia pode falar até dez.

O SR. MARDEN NEGRÃO – Bom dia. Deputado Léo Moraes na pessoa de quem eu cumprimento as demais autoridades, meu amigo Vereador Edwilson Negrinhos, a quem eu cumprimento as autoridades municipais; a todos os estudantes, aqui eu vou me referi aos colegas porque já fui líder estudantil em determinada época da minha vida, quando eu tinha cabelo e a barba era preta. Mas, participei dessas trincheiras e me foi um tempo muito grato. Nós temos sim a responsabilidade social com o transporte; o transporte, ele começa com um mandamento constitucional indicando que ele é um direito do cidadão e é um dever do Estado. Quando ele indica ser um direito, ele não difere esse direito do estudante, do idoso, do portador de necessidade especial, nem do trabalhador comum e então, a sociedade quando se mobiliza e enfrenta temas em sua premência, em sua natureza, em sua proteção que se cotizando resolvem beneficiar um ou outro. Nós temos hoje um sistema de transporte coletivo na cidade estruturada em 1986, o que cria uma disparidade muito grande porque a cidade em 1986, e a cidade de 2017 são muito diferentes. Aplicando técnicas de replanejamento e estudo viário, nós estamos tentando melhorar os itinerários, aplicando técnicas de definição de utilização viária, nós estamos criando sincronismos dos semáforos isso a gente já conseguiu efetivamente dar um ganho no tempo do deslocamento dos veículos, então, dentro da aplicação de boa técnica a gente consegue alguns bons resultados. A proposta de discussão sobre tarifa zero, ela tem que ser conduzida com este critério que a Casa está apresentando, que os vereadores, o Vereador Edwilson tem apresentado, o Deputado Léo Moraes, tem apresentado e que nós sempre adotamos, ele tem que ser o critério da viabilidade. Dentro do escopo de proteção e incentivo a educação, nós estamos trabalhando efetivamente na definição de tarifas sociais para o estudante, outras tarifas sociais já são bem definidas e delineadas na legislação que é a do idoso, que é a do portador de necessidade especial, das gestantes, essas já existem dentro do sistema, não existe almoço de graça. Então, é impossível a gente imaginar que um ônibus vai rodar na rua sem ninguém pagar tarifa, como é que se acerta essa conta? Quais as parcerias que se faz, quem vai abrir mão de qual recurso? E esse recurso tem

que está lastreado para indenizar, porque simplesmente não pagar, vai gerar com que o sistema falhe, então, nós temos que ter um critério muito objetivo para implementação disso. Como eu disse no início, eu me reporto a vocês estudantes como meus colegas, eu participei das lutas desde o movimento estudantil, desde o secundário até o universitário, isso me fez entender algumas coisas, muitas revoltas eu já passei, muitos sorrisos eu já dei nessa batalha também. O ganho dos direitos vai vir com a nossa postura ética, com o nosso auxílio ao encontrar soluções, aqui vocês estão tendo a oportunidade de discutir aberta e francamente com o Executivo e o Legislativo nas duas esferas, não percam essa oportunidade, pensem sobre esse problema, tentem apresentar soluções, como é que se faz uma contrapartida desse benefício? Talvez se o estudante se mobilizar e ele oferecer uma contrapartida, como um estágio dedicado ao município, ele consiga aí suprir essa tarifa. Criem mecanismos, pensem em possibilidades, não esperem só receber o direito. Nós estamos vivendo num país crises institucionais que vem da não participação ou só da observação do que acontece e da crítica impura, a crítica justa é quando você conhece do sistema e pode dele utilizar-se para melhorar. Sejamos antes de tudo justo e vamos nos empenhar em fazer um grande trabalho para a nossa cidade, para o nosso Estado e para o nosso país. Há benefícios que nós já definimos conforme o Vereador Edwilson, já adiantou aqui, na sexta-feira, nós nos estendemos mais um pouquinho do que o normal para discutir esses benefícios. Mas, eu não poderia aqui fazer apresentação, isso eu tenho que deixar a cargo do Prefeito, até porque a ideia e o empenho foi dele, então, eu não posso tirar esse benefício dele. Mas a tarifa para o estudante vai ser uma coisa significativa e dentro desse escopo de auxílio de incremento a atividade estudantil, que não deve ser só ir à banca e sentar-se e observar o professor, é também participar da atividade, é também discutir a sociedade, é também pleitear o seu direito. Mas pensando sempre que a gente pode pleitear o direito e pedir também para ser uma contraparte desse direito. Não basta simplesmente a gente receber o benefício, qual o benefício que a gente devolve? Acho que a primeira entrevista que eu dei aqui em Porto Velho, o jornalista me perguntou o que eu faria para resolver o trânsito da cidade? O que eu faria para resolver o transporte? O que eu faria para resolver a bicicleta? Ao que eu respondi tecnicamente, quando eu terminei a entrevista eu perguntei a esse mesmo jornalista; o senhor já sabe tudo que eu vou fazer e o senhor o que vai fazer? E aí remete a uma frase que nós usamos nos anos 90 nas campanhas estudantis que é “Juntos somos fortes, sozinhos o problema é seu”. Aproveitem esse espaço democrático, aproveitem essas iniciativas, pensem do que vocês podem fazer para viabilizar o que vocês estão pretendendo com a contraparte; o que eu vou oferecer também para ter uma remuneração dessa? Por que isso é uma remuneração, se você vai pedir que aja um subsídio como é que você indenizar esse subsídio? Se ele é social talvez do estudante ser um prestador de serviço quando universitário ou no ensino médio como voluntário, isso além de agregar valor a sociedade vai poder agregar também uma satisfação enorme de estar presente na vida social da nossa cidade, na vida social e no desenvolvimento do nosso Estado, e contribuindo com isso a grandeza do nosso país. Eu agradeço muito a oportunidade de estar aqui com vocês, fico muito honrado de novamente ser convidado e bem recebido a esta Casa, vou pedir licença porque eu rapidamente vou me ausentar daqui, então aproveitando enquanto estou no microfone, já saúdo a

todos os estudantes, saúdo aqui as autoridades e vou acompanhar mais uns instantes a discussão e tenho que...

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Só Secretário aproveitar o gancho da sua fala, da sua explanação. Já existe um estudo de possibilidade de diminuição de alíquota, de diminuir o ISSQN, números que sejam claros, fatos evidentes da possibilidade assim como do ICMS, que nós entendemos que já existem também esses números que daria cento e oitenta mil reais a possibilidade de aí sim isentar todos os alunos. E quanto ao ISS que é competência exclusiva do município?

O SR. MARDEN NEGRÃO – Quanto ao ISS que é competência exclusiva do município, existe também regravativa específica aos municípios. Não se pode fazer em andamento do orçamento uma quebra de arrecadação orçamentária, isso é recomendação do Tribunal de Contas do Estado, isso é recomendação do Tribunal de Contas da União. Isso nós como operador de direito também conhecemos...

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Sim, mas existe o estudo para implementar para o ano, para o próximo ano orçamentário?

O SR. MARDEN NEGRÃO – Existe um estudo para no próximo orçamento definindo os impactos ...

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Mas que acontece agora não é isso? Para daí isentar para o ano subsequente?

O SR. MARDEN NEGRÃO – É, faz-se no momento adequado que é quando da elaboração da lei orçamentária a proposta, feito os estudos técnicos tem-se a viabilidade e aí uma vez aprovado vai a Câmara Municipal para...

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Mas vocês estão em fase de elaboração?

O SR. MARDEN NEGRÃO – Sim, nós estamos em fase de estudos para quando na apresentação do orçamento façamos o caminho correto e...

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – E vocês já têm o número da diminuição quanto que isso gera em benefício da tarifa para os estudantes?

O SR. MARDEN NEGRÃO – Olha no primeiro momento deputado Léo, com a tarifa que nós colocamos isso exoneraria o sistema, ou seja, evitaria que no ano que vem houvesse acréscimo a tarifa para os outros passageiros.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – A tarifa geral?

O SR. MARDEN NEGRÃO – A tarifa geral, nós estamos fazendo a tarifa social para o estudante e é nesse ímpeto que nós estamos gerenciando, só que nós temos que pensar que o transporte ele serve a todos, e já existem desonerações que oneram em sua contraparte o sistema. Nós temos no município de Porto Velho inscrito na Lei Orgânica do município que o idoso é a partir de 60 anos, quando a lei federal fala em 65, isso impacta no termo geral do contrato no sentido que hoje, acho que ele está girando em torno de 35 a 37% a gratuidade, 32 a 35% da gratuidade.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Só fazer um adendo já que nós estamos falando de operadores de direito, se existe essa lei e ela se opõe a Constituição, o próprio município pode ingressar com Ação Direta de Inconstitucionalidade, não é? É alguma possibilidade, não a rejeição política e social.

O SR. MARDEN NEGRÃO – Deputado ela não se opõe, ela não confronta, porque a própria Constituição ela...

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Ela é concorrente, mas não com a idade ...

O SR. MARDEN NEGRÃO – Não, mas ela passa a competência para essa definição, então não há inconstitucionalidade...

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – É exatamente, mas já tem, se depender de questão de opinião ótimo! Mas já tem decisão também no sentido de acompanhar a da Constituição que é de 65, mas não é o caso. O que eu queria perguntar é do ISS, hoje o ISS ele está sendo estudado com base para tarifa geral, não é isso?

O SR. MARDEN NEGRÃO – Exato...

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – E aí a questão do ICMS que entraria...

O SR. MARDEN NEGRÃO – Toda vez que você pensa na tarifa você tem que pensar na tarifa geral...

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Geral. Porque você faz a separação de tarifa social e a tarifa geral, não é isso? Na análise.

O SR. MARDEN NEGRÃO – É, porque se você não fizer o cálculo, o cômputo pela tarifa geral você não tem como o sistema operar.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Mas seria o quê, a intenção de cristalizar a tarifa? Manter mesmo valor que hoje é pago para evitar um aumento?

O SR. MARDEN NEGRÃO – Não. Há uma necessidade de readequação.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Reajuste.

O SR. MARDEN NEGRÃO – Reajuste. Há uma necessidade e aí para o estudo...

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Mas como faz reajuste, por exemplo, tem possibilidade de licitar o transporte público coletivo?

O SR. MARDEN NEGRÃO – O próprio contrato existente firmado na gestão passada define que todo janeiro tem que haver reajuste, nós não fizemos em janeiro, fizemos um reestudo das linhas, percebemos a necessidade de readequação, já estamos promovendo todo o estudo de um plano de mobilidade, porque pensar em linha de ônibus não é só pensar naquele trajeto que ele faz, tem que imaginar como você melhora aquele trajeto e como você melhora para quem está embarcado naquele veículo, então há um reestudo de planejamento de utilização desde a calçada até a construção de terminais.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Mas tem previsão de licitação, ou não?

O SR. MARDEN NEGRÃO – Tem previsão de licitação.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Este ano?

O SR. MARDEN NEGRÃO – Se Deus quiser, até antes do final do ano a gente consegue soltar o edital correto, o que não dava para fazer era soltar um edital que não está correto. Inclusive a própria empresa que opera quando esse edital foi solto contestou, impugnou o edital e não houve participação, não houve concorrência, então você tem que ter um sistema atrativo para que haja participação num processo licitatório. Eu agradeço então aqui mais uma vez a oportunidade, vou aguardar mais alguns instantes, mais um pouco, eu tenho que sair correndo daqui a pouquinho.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Eu agradeço o secretário porque já tinha avisado da dificuldade aí, problema de saúde, e ainda assim está aqui conosco mais uma vez, não é a primeira vez, então a gente agradece pela cortesia, pela solicitude, pela boa vontade de discutir um tema tão relevante e importante como é o passe livre e seus desdobramentos como todo e qualquer tarifa social em defesa da cidade, do nosso Estado. Obrigado.

O SR. MARDEN NEGRÃO – Eu agradeço mais uma oportunidade de demonstrar o carinho que nós temos pela cidade.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Muito obrigado. Passar a palavra ao Vereador Edwilson rapidamente e depois para o Presidente da URES.

O SR. EDWILSON NEGREIROS – Chamar a atenção de V.Exª Deputado para que nós já nesta reunião aqui façamos um termo de compromisso, todas as partes envolvidas tanto o município como o Estado e pedir para V.Exª conduzir essa conversa com o governo do Estado ainda este ano porque o ano que vem nós temos o problema que é um ano de eleição e nada poderá ser dado de isenção ou qualquer tipo de decreto que venha beneficiar empresa A, ou B ou C, mesmo que seja de utilidade pública, chamando a atenção de V.Exª neste sentido para que V.Exª já de imediato tenha essa conversa com o Governo do Estado porque aí a gente junto com esse corpo técnico que já tem feito esses levantamentos da forma que foram feitos para que a gente traga um resultado positivo.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Isso aí, valeu vereador. Vamos passar a palavra para o Django Ferreira que é o Presidente da URES, depois o nosso colega Mário César Carvalho. Quem mais quiser se inscrever fique à vontade.

O SR. DJANGO FERREIRA – Cumprimentar a Mesa em nome do Deputado Léo, parceiro nosso há mais de, vai fazer uns 08 anos, não é Léo? Que a gente vem nessa parceria aí; cumprimentar o Afonso; cumprimentar meu amigo Deivisson, Coordenador da Juventude do Estado de Rondônia, o qual tive o grato prazer de trabalhar 10 meses na Coordenação de Juventude, fizemos alguns encaminhamentos lá, não é Deivisson? Como por exemplo o Centro de Formação de Juventude lá no Iata, município de Guajará, que vai ser uma realidade daqui mais alguns anos, não é Deivisson? Acho que até o ano que vem já começa a ter esse centro que vai ser um Centro para

Formação de Juventude em nível de Estado, profissionalizante, capacitação, então eu acho que o legado que a gente deixou lá a gente encaminhou que vai servir para outras gerações que virão pela frente aí. Cumprimentar Dona Elizabeth Barofaldi lá do Consórcio SIM, que a gente mantém um diálogo quase que constante; cumprimentar aqui a Tais nossa representante do DCE da UNIR; cumprimentar o companheiro do DETRAN que eu não assimilei o nome ainda, cumprimentar a Mesa. A primeira coisa que eu queria frisar é que as escolas principalmente da rede estadual, viu Léo, elas hoje a maioria das escolas estão em processo de jogos internos, a exemplo da Escola João Bento que é uma escola que participa de todos os eventos vem bastante alunos, hoje está sendo encerrado os jogos internos, a Escola Brasília também não veio todo mundo, toda a galera que costuma vir, porque também vocês estão em período de provas, não é? Então, assim, como também a escola Bela Vista que sempre vem bastante gente, também está em período de prova e o horário da manhã é o horário onde os estudantes são bem pequenos, geralmente o horário da manhã é só para os estudantes do ensino fundamental, aí não adianta trazer uma garotada que não consegue nem compreender o que a gente está discutindo ainda. Geralmente essas discussões de passe livre, tarifa social ela é justamente passada para os estudantes do ensino médio, não é Tais? Que daqui uns dias vão ser estudantes universitários também. Hoje nós temos na cidade de Porto Velho, que utilizam a meia passagem, hoje, que ainda não é a tarifa social, nós temos hoje segundo dados passados pelo Consórcio SIM, hoje nós temos 31 mil estudantes que utilizam transporte coletivo, ou seja, quase uma cidade como Candeias, como outros municípios pequenos que têm aqui no Estado de Rondônia. Essa galera a partir da semana que vem vai pagar após o anúncio do Prefeito, vai pagar com certeza um preço mais em conta na passagem, e com esse trabalho que o Deputado Léo vem fazendo, não de agora, mas desde o ano passado para a gente trabalhar essa questão da desoneração do ICMS sobre o combustível para que seja possível se Deus quiser o ano que vem a gente ter a questão do passe livre, não só para os estudantes secundaristas que é o ensino fundamental e médio, mas também, os estudantes universitários que também utilizam para se deslocar até a Universidade Federal de Rondônia, e alguns estudantes também que fazem cursos técnicos profissionalizantes. Que tem até caso de estudante que mora perto da escola, que estuda na escola, não precisa do transporte coletivo para ir até a escola, mas que no período da tarde faz curso técnico profissionalizante, alguns até estudam também no SENAI, no SESC em outros locais onde têm ensino público, então esse pessoal também vai ter acesso à tarifa social e num futuro muito próximo terão acesso também à questão do passe livre. E o nosso papel enquanto representante dos estudantes; queria até frisar aqui para o Deputado Léo, que o município de Cacoal, também o município de Cacoal está em processo de instalação e organização também do transporte coletivo, acredito que essa Lei da Desoneração, por se tratar de uma Lei em nível de Estado, também, vai contemplar os estudantes lá de Cacoal que não é um número tão grande quanto é aqui, mas hoje Cacoal é um município que é o maior polo universitário do Estado de Rondônia. Então, eu acredito que seja importante acrescentar à lei tanto o município de Cacoal quanto o município de Ji-Paraná, ao qual saúdo, não está presente, mas eu saúdo o Prefeito Jesualdo, que no município de Ji-Paraná já é uma realidade o passe livre, os estudantes lá já não pagam passagem no transporte coletivo. É claro que o número de estudantes contemplado é

infinitamente menor do que o número de estudantes que são transportados aqui no Estado de Rondônia no município de Porto Velho. Mas de qualquer forma o Prefeito tão logo assumiu lá, o Prefeito Jesualdo, que era Deputado Estadual aqui, já implantou no município de Ji-Paraná a questão do passe livre que deve ser no caso lá uma contrapartida financeira da Prefeitura para a empresa de ônibus que transporta lá os estudantes. Dito isso, a gente só precisa, na verdade, aguardar que seja feito esses encaminhamentos, me parece que o Deputado Léo vai entrar com um anteprojeto aqui nessa questão da desoneração do ICMS para ser encaminhado ao Executivo, entendeu, para que daí o Executivo tome as providências para que ele volte para cá ou se faça um decreto para que se Deus quiser a partir do ano que vem terminado os estudos da prefeitura, consolidada a questão do transporte coletivo aqui, nós possamos contar a partir do ano com a questão do passe livre que na realidade já existe em outras cidades, em outros Estados a questão de passe livre, numa contra partida da nossa Prefeitura com o Governo do Estado. Quero cumprimentar os colegas que estão aqui, que são representantes das escolas, o Mário, Presidente do Grêmio da Escola Brasília, a Vitória que é a Vice-Presidente do Grêmio, Willians que é Diretor do Grêmio da Escola Bela Vista. E a gente enquanto URES enquanto UMES, não é Afonso? Nós temos contato com todos os Grêmios estudantis do Estado, tem Grêmio estudantil inclusive lá no município de Buritis, Deivisson, que está funcionando bem. Lá em Ji-Paraná a maioria das escolas já está com Grêmios; Cacoal no Josino Brito, nas escolas lá maiores lá; Bernardo Guimarães, também já tem os Grêmios estudantis; na cidade de Presidente Médici, na Escola Paulo Freire já tem o Grêmio estudantil também. Em todas essas escolas a gente tem um contato com os presidentes de Grêmio, onde vai ser a partir do 2º semestre agora trabalhado a organização, assim como em Ariquemes também que tem na Escola Cora Coralina, onde a vice-presidente da URES é lá de Ariquemes, a estudante Nicole lá da Ricardo Cantanhede. Então, vai ser trabalhada a questão da organização das uniões municipais de cada município dessas cidades, que é importante terem a UMES para que ela encaminhe as lutas específicas dos municípios, a questão do passe livre, melhoria na qualidade de ensino em cada escola, de cada município, é o pessoal da UMES, junto com os grêmios estudantis que vivenciam a realidade da escola, de cada município. As entidades estaduais, as entidades nacionais, o papel delas é de encaminhar debates e questões nacionais e estaduais para que esses estudantes canalizem e repassem para a base que são os estudantes comuns, através dos grêmios estudantis. Esse trabalho já está sendo feito lá na Coordenação, não é, Deivisson? Lá na Coordenadoria a gente já fez o cadastro, começou todo o trabalho, a SEDUC também tem feito algumas ações nesse sentido, apesar de ser muito tímida, mas é importante também. Eu acho que a Escola Brasília, Professora Vanda, vai ter um grêmio, que eu acho que vai ser um dos grêmios modelos para o Estado de Rondônia, que na Escola Brasília tem um grupo de teatro, tem um grupo de... Todos esses clubes vão participar. O Deputado Léo está ajudando na implementação da rádio do grêmio, não é Deputado Léo? Vai ser repassado recurso lá, através de emenda parlamentar e com certeza a Escola vai ficar bem dinâmica, assim como a Escola também Bela Vista, que a gente está trabalhando para que seja feita a rádio escola para ser administrada pelo grêmio estudantil. E na cidade aqui, nós temos rádio escola na Escola Orlando Freire, temos rádio escola na Escola José Altino; temos rádio escola na Escola João Bento também. Então, quer dizer, todas essas iniciativas buscam, na verdade, organizar o

movimento estudantil que é a preocupação da Taís, que o movimento estudantil se organize a partir da base, não esteja só o pessoal... Que de certa forma, me desculpe o pessoal da UNE, UBES, mas sempre a gente ficar à mercê deles, eles manipulando todo processo, seja de eleição, seja de toda participação nos Estados, limitando a participação da base, onde na realidade quem deveria participar desses Congressos são os estudantes. A gente tem conhecimento de que a maioria dos processos em nível nacional são fraudados e acabam aqueles representantes que deveriam realmente estar participando do Congresso da UNE e da UBES. Mas a gente, enquanto Estado, está buscando construir um processo democrático, amplo para que os estudantes tenham acesso a participar do movimento estudantil, construindo uma renovação pela base. No mais eu queria agradecer aos companheiros, dizer que nós estamos na luta. O Vereador Edwilson, não sei se está aqui, mas vai ter outra Audiência Pública na Câmara Municipal, para a gente continuar esta discussão na Câmara, em relação à isenção do ICMS na Câmara também. E a gente vai estar sempre cobrando, fazendo dessa luta dia a dia, para que não caia no esquecimento e essa coisa não aconteça. E tem um grande parceiro, que é o Deputado Léo, que a gente tem conseguido encaminhar várias e várias questões das escolas. O ano passado a gente conseguiu levar dois computadores, através do Deputado Léo, para 32 escolas, não é Deputado Léo? Hoje os computadores estão nas salas dos professores, alguns estão, como no caso da Escola Brasília, estão à disposição do Grêmio. Ou seja, tinham muitas escolas que não tinham computador na sala de aula para o professor fazer o planejamento de prova. Hoje, pelo menos nessas 32 escolas já têm esses computadores e eu quero, em nome dos estudantes, te agradecer, Deputado Léo, esse seu empenho de estar sempre voltando suas ações para a comunidade estudantil e principalmente acatando e tornando realidade os pedidos que a gente faz para Vossa Excelência, tanto na questão desses computadores como outras questões que são de luta do dia a dia dos estudantes. E a gente entende que as coisas são feitas em parceria. Foi muito criticado, o ano passado a dona Elizabeth acompanhou junto comigo por eu estar, não do lado do Consórcio SIM, mas estabelecendo uma parceria para a gente discutir os prós e contras, para tentar achar um entendimento, visando e buscando principalmente que esses benefícios cheguem de maneira concreta, de maneira certa para os estudantes. É muito fácil ir para o meio da rua fazer discurso, falar mal das pessoas, criticar sistema, criticar todo mundo e na prática não apresentar solução nenhuma. Ou seja, tenho pautado esse meu último mandato, como Presidente da URES para tentar levar soluções práticas, fazer um movimento estudantil de resultado, ou seja que chegue alguma coisa concreta, de ação, de alguma coisa que realmente aconteça junto às escolas, não só de Porto Velho, mas de todo Estado de Rondônia, a exemplo de Cacoal, onde nós temos sede, onde está sendo discutido passe livre, onde está sendo discutido tarifa social, junto já a implementação da empresa de ônibus que vai fazer o transporte coletivo de Cacoal. Nesse sentido também nós temos a Lana, que é nossa Diretora lá em Vilhena, que também está encaminhando essa discussão em nível do município de Vilhena e a URES está, graças a Deus, se fazendo representar em todo Estado de Rondônia. No mais eu queria agradecer a todos, agradecer ao Deputado Léo pela parceria. Estamos juntos aí para o que der e vier. Um grande abraço a todos.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Parabéns. Parabéns ao Django pela sua fala, pela sua luta, seu engajamento. Regis-

trar a presença do Bruno Eduardo também, ex-coordenador de Políticas Públicas da Juventude, aqui no município de Porto Velho, Eduardo Áureo também. Passar a palavra para o Mário César Carvalho, aluno da Escola Brasília. Por favor, Mário. Pode falar aí ou aqui, aonde você quiser. Eu acho até melhor que você venha aqui, você está representando todos. Vai que é tua. Parabéns aí por participar, velho.

O SR. MÁRIO CÉSAR CARVALHO – Primeiramente bom dia a todos que estão aqui! Eu quero falar por todos os alunos das Escolas Estaduais e Públicas que se esse Projeto for aprovado realmente vai facilitar não só a vida desses alunos, mas de todos que precisam por quê? Porque é muito difícil hoje em dia um aluno de renda baixa, de família de renda baixa pagar dois ônibus e ficar uma semana sem ir para a escola porque não tem condições de pagar todo dia ônibus e mesmo com esse Cartão SIM, é muito difícil pagar porque nem toda família tem condições. Então, por mim, todos os alunos que estão aqui eu faço esse apelo que quanto mais rápida essa Lei for aprovada mais rápido vocês vão obter mais alunos na escola, porque isso que vai chamar mais atenção, isso vai dar oportunidade para aqueles que não conseguem, porque não é só o fato de ter poucas vagas na escola é o fato de ter transporte que nós também nós necessitamos de transporte, porque se tivesse isso bem antes de começar as aulas iria ter muito mais alunos estudando, muitos alunos fora da rua. Então, era só isso que eu queria falar mesmo, pedir esse apelo para vocês e muito obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Show de bola, show de bola, parabéns Mário César. O Mário César encorajou alguém de vocês para falar? Então vamos falar. Qual o seu nome? Liga aí o microfone. Qual o seu nome?

A SRA. FERNANDA QUEIROZ – Fernanda.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Fernanda? Fala Fernanda, por gentileza.

A SRA. FERNANDA QUEIROZ – Primeiramente eu queria agradecer ao Exmº. Sr. Deputado Léo Moraes, por tudo o que senhor está fazendo pela nossa cidade e também pela nossa Escola Brasília e além disso eu queria falar porque tem pessoas de baixa renda como o Mário disse que não podem ir para escola por causa disso, porque vamos ver bem é R\$ 3,00 por dia; R\$ 21,00 por semana; R\$ 90,00 por mês e R\$ 1.095,00 por ano. Então, para os pais que ganham pouco é meio difícil levar o filho para a escola porque nem todos têm carro. Então, se essa Lei for aprovada vai ajudar muito, muitos estudantes e também vai tirar alguns da rua e eles vão obter educação para ser futuros profissionais melhores. É isso. Obrigada.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Isso aí, a gente que agradece. Nós temos esse entendimento, não é? Como isso prejudica a renda familiar, as famílias têm tantas prioridades, tantas dificuldades e seria um alento em não se preocupar com o pagamento do ônibus, da tarifa de ônibus, afinal, aqui é consenso e vocês vieram para Assembleia e com certeza pensam como a gente que a educação é a única ferramenta de transformação social, é a educação que vai salvar o nosso País, eu não tenho dúvidas e todo investimento na educação ele ainda é deficitário pelo tanto de benefícios e vantagens para a soberania nacional, para a qualidade de vida, para comunidade científica, para industrialização do nosso País, para novas técnicas

no campo, na área rural e tantas outras atividades que são correlatas e não se faz de outro modo senão pela educação. Coréia do Sul, Índia, eles entram em outro patamar porque eles priorizaram a educação, parte do seu orçamento, a fatia destinada a educação em muitos desses Países foi até triplicada, o que se investia 10% se investe 50%, se investe 40%. Então lógico que é uma bandeira de todos nós, não somos nós aqui quem sabe na Assembleia Legislativa na segunda-feira que vamos aumentar o orçamento destinado a educação, mas são várias mentes e pessoas opinando e se manifestando que acabam levando uma pressão saudável ao Congresso Nacional, aos executivos, aos gestores, a fim de promover essa mudança que tão é necessária e vocês sentem na pele isso. Então, é muito bacana esse tipo de debate eu queria trazer o encaminhamento aqui de rediscutir, não é a primeira vez, rediscutir a questão do ICMS da desoneração com o Estado de Rondônia, com o Governo do Estado, é fundamental, eu acho que todas as autoridades devem ser responsáveis e cuidadosas em anunciar qualquer benfeitoria que depois não se concretize, que não se materialize. Então, a gente tem que antes de qualquer coisa discutir com todos esses atores, esses poderes, afinal, o diálogo é a salvação, quem tem boca vai a Roma, que a gente sabe. Então a gente precisa conversar com todas essas pessoas.

Alguém mais quer fazer algum tipo de comentário?

Eu queria deixar aqui registrado de tantas conquistas que os alunos, estudantes nos ajudaram na condução do mandato. Eu fui o autor do Projeto Célio, que criou o Voto Aberto na Câmara Municipal quando eu fui Vereador, hoje na Câmara Municipal ninguém mais vota secreto, todo mundo tem que mostrar a cara, tem que se identificar e mostrar também como está votando. Com quem que eu contei para nós termos o sucesso dessa matéria dessa votação? Com os alunos, é os estudantes participaram de todo o debate do início lá na Comissão de Constituição e Justiça, que era uma reunião restritiva, fechada, até o dia da votação no plenário e se não fosse os alunos, muitos vereadores não teriam votado conosco neste projeto, eles já estavam convictos que votariam pelo voto fechado, o voto secreto, isso é, vocês são preponderantes nisso. O Projeto do Vereador por um dia que se consumou lá na Câmara Municipal, também por conta dos alunos, dos estudantes, geralmente desta faixa etária, de vocês que aí estão. A criação do Conselho Municipal da Juventude; também desta mesma maneira, a gente cria, a gente luta agora para efetivação por parte do município, é importante que vocês também cobrem. A questão do Passe Livre, também que vocês cobrem. Porque senão a gente vai ser só o indutor, nós fazemos em outras palavras; o meio campo. O meio campo é a gente quem faz; agora, a gente não quer ser pai, padrinho, avô do projeto, nós queremos é que vocês lutem tanto quanto vocês merecem e que vocês sempre levem um ou dois para entender que isso daqui nada mais é do que a extensão da casas de vocês; o Poder Legislativo, realmente é a Casa do Povo e se vocês não participarem como a gente ver que não são muitos os que participam, a gente faz uma Audiência, muitas vezes, que não é o caso de hoje porque vai ter um encaminhamento; mas, ela fica muito aquém da expectativa e a gente queria sempre ter o apoio da Escola Brasília, de todas as outras escolas. Qual é a escola que está ali sentada? Bela Vista? Bela Vista, zona sul, legal, parabéns, parabéns por vocês estarem aqui também prestigiando. Vamos fazer esse encaminhamento, o Django, o Célio, a Tais, a Professora, a Elizabeth responsável do Consórcio, o Adriano, a UMES e o nosso representante da Coordenadoria, que nós vamos e aí eu preciso da Ata para assinar, que nós vamos encaminhar uma agenda

com o Governo do Estado, com a Casa Civil para mais uma vez discutir a desoneração do ICMS e alternativas para o transporte público, não somente de qualidade que isso é competência do município, mas um transporte público inclusivo. Nós vemos em várias capitais do Estado que tem a tarifa social. Como? Ah, domingo em Curitiba. Domingo, Curitiba a tarifa é um real para toda população, para que elas possam visitar os pontos turísticos, para que elas possam visitar os museus, os locais que faz bem e faz a gente ter pertencimento, conhecer cada vez mais a nossa cidade. Lógico, isso circula dinheiro, isso aquece o mercado, isso gera emprego, isso é importante que aconteça, então a gente vai fazendo o encaminhamento. Tá bom Kid? Tem mais alguma coisa e alguém que queira falar algo nessa reunião?

O SR. DJANGO FERREIRA – Só a título de encaminhamento.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Está falando a camiseta verde.

O SR. DJANGO FERREIRA – Só a título de encaminhamento. Que caso seja feito um anteprojeto que Vossa Excelência, que se contemple também o município de Cacoal.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Não, está aqui, desculpa. O outro encaminhamento eu estou com ele na mão e não estava falando. Mas, vamos fazer um autorizativo e um de Lei, da Lei do Passe Livre, isso daqui é nossa responsabilidade. Nós vamos discutir, discutir a Lei para utilizar o IPVA de forma segmentada, direcionada que possa discutir política inclusivas através do recurso que é destinado por parte do IPVA para os municípios.

O SR. DJANGO FERREIRA – Outra questão que precisa se avançada aqui na Assembleia Deputado Léo, a própria Assembleia aprovou e o governador já sancionou que é a questão da Lei da Meia Passagem no transporte intermunicipal, que precisa ser regulamentada. Vossa Excelência também encaminhe essa questão.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Muito bom, fazer a regulamentação do Poder Executivo em relação ao intermunicipal e também nós vamos discutir de forma direta e imediata a isenção do ICMS e vamos tentar entender a constitucionalidade desse projeto, isso daí são responsabilidades que trago, avoco para mim para que a gente possa avançar. Não existe avanço sem luta, não existe conquista sem disputa, sem exposição de ideias, sem apresentação de motivos e sem convencimentos, quem não convence não conquista, a gente tem que convencer ao nosso modo, com ideias e principalmente com os alunos ao nosso lado, que aí as coisas avançam.

Nada mais a declarar aqui, logo, logo eu peço que todos da Mesa fiquem, fiquem aqui no nosso coquetel para que possam assinar a Ata da nossa reunião.

E nada mais a declarar, invocando a proteção de Deus, nós encerramos a nossa Audiência Pública que teve a intenção de discutir o Passe Livre e também desdobramento de política social, já convidando todos os nossos alunos para um coquetel que será servido aqui a todos vocês para que a gente possa discutir e queria também chamar todos os alunos para que venham aqui a frente para gente fazer uma foto oficial dessa nossa reunião que pode ser um divisor de alas. Muito obrigado.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 11h38min).

ADVOCACIA GERAL

Extrato SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 003/2016 Processo Administrativo nº 16681/2015-60

Contratante: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDONIA – ALE/RO

Contratada: POLICARD SYSTEMS E SERVIÇOS S/A.

DO OBJETO: O presente **TERMO ADITIVO** tem por objetivo a inclusão do §3º na Cláusula Nona que passará a ter a seguinte redação:

“§3º Os funcionários ou servidores do(a) Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, quando da sua adesão ao Sistema Policard, firmarão autorização através do contrato físico específico ou, alternativamente por conversa telefônica a ser gravada pela Policard, para que se proceda ao desconto mensal em seus vencimentos dos valores despendidos com as compras/e ou contratação de serviços, inclusive a contratação de prestação de adiantamento salarial na modalidade SAQUE, através da rede de ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS, através do seu cartão ou de seu beneficiário, bem como o valor relativo à adesão, contribuição mensal e outros serviços, para ressarcimento de despesas administrativas da CONVENIADA com o sistema de convênio.”

DA RATIFICAÇÃO: 3.1. Ficam ratificadas todas as cláusulas do Convênio n. 003/2016, bem como o Primeiro Termo Aditivo, lavrado no procedimento administrativo nº. 16681/2015-60.

6.1. Para firmeza e como prova do acordado foi lavrado o presente **SEGUNDO TERMO ADITIVO**, o qual depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelas partes aditantes e com visto do Senhor Advogado Geral-Adjunto desta Casa Legislativa, e registrado às fls. 13 (treze) do Livro de Registro de Termos Aditivos do ano de 2017 da Advocacia Geral.

Porto Velho, 12 de abril de 2017.

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

Deputado Mauro de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário-Geral

Contratada: Policard Systems e Serviços S/A

Sergio Martins Ferreira
Procurador

Visto:

Whanderley da Costa Silva
advogado geral-adjunto

SUP. DE RECURSOS HUMANOS**ATO Nº 346/2017-SRH/D/P/ALE**

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina o Parágrafo Único do Art. 1º da Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

R E S O L V E

Conceder 04 (quatro) diárias no período de 06 a 09/06/2017, ao Deputado Estadual ALEX MENDONÇA ALVES, cadastro nº200160365, conforme Processo nº. 00007330/2017-28.

Porto Velho - RO, 26 de Maio de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
Presidente

Maria Marilu do Rosário de B. Silveira
Secretário Geral Adjunto

ATO Nº 347/2017-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina o Parágrafo Único do Art. 1º da Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

R E S O L V E

Conceder 04 (quatro) diárias no período de 06 a 09/06/2017, ao Deputado Estadual LAERTE GOMES, cadastro nº200160364, conforme Processo nº. 0007333/2017-31.

Porto Velho - RO, 26 de Maio de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
Presidente

Maria Marilu do Rosário de B. Silveira
Secretário Geral Adjunto

ATO Nº 348/2017-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina o Parágrafo Único do Art. 1º da Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

R E S O L V E

Conceder 04 (quatro) diárias no período de 06 a 09/06/2017, ao Deputado Estadual JOSÉ RIBAMAR ARAÚJO, cadastro nº200121898, conforme Processo nº. 00007404/2017-06.

Porto Velho - RO, 26 de Maio de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
Presidente

Maria Marilu do Rosário de B. Silveira
Secretário Geral Adjunto

ATO Nº 349/2017-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina o Parágrafo Único do Art. 1º da Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

R E S O L V E

Conceder 04 (quatro) diárias no período de 06 a 09/06/2017, ao Deputado Estadual CLÉCIO MARCELINO TENÓRIO DE ALMEIDA, cadastro nº200152611, conforme Processo nº. 0007208/2017-96.

Porto Velho - RO, 26 de Maio de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
Presidente

Maria Marilu do Rosário de B. Silveira
Secretário Geral Adjunto

ATO Nº 350/2017-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina o Parágrafo Único do Art. 1º da Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

R E S O L V E

Conceder 03 (três) diárias no período de 07 a 09/06/2017, ao Deputado Estadual AELCIO JOSÉ DA COSTA, cadastro nº200160358, conforme Processo nº. 00007201/2017-89.

Porto Velho - RO, 26 de Maio de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
Presidente

Maria Marilu do Rosário de B. Silveira
Secretário Geral Adjunto

ATO Nº 351/2017-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina o Parágrafo Único do Art. 1º da Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE

Conceder 04 (quatro) diárias no período de 06 a 09/06/2017, ao Deputado Estadual JESUÍNO SILVA BOABAID, cadastro nº200160356, conforme Processo nº. 00007206/2017-94.

Porto Velho - RO, 26 de Maio de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
Presidente

Maria Marilu do Rosário de B. Silveira
Secretário Geral Adjunto

ATO Nº 352/2017-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina o Parágrafo Único do Art. 1º da Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE

Conceder 04 (quatro) diárias no período de 06 a 09/06/2017, ao Deputado Estadual EZEQUIEL JUNIOR SANTOS DA COSTA, cadastro nº200160360, conforme Processo nº. 00007203/2017-91.

Porto Velho - RO, 26 de Maio de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
Presidente

Maria Marilu do Rosário de B. Silveira
Secretário Geral Adjunto

ATO Nº 353/2017-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina o Parágrafo Único do Art. 1º da Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE

Conceder 04 (quatro) diárias no período de 06 a 09/06/2017, ao Deputado Estadual NEIDSON DE BARROS SOARES, cadastro nº200160355, conforme Processo nº. 0007204/2017-92.

Porto Velho - RO, 26 de Maio de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
Presidente

Maria Marilu do Rosário de B. Silveira
Secretário Geral Adjunto

ATO Nº 354/2017-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina o Parágrafo Único do Art. 1º da Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE

Conceder 04 (quatro) diárias no período de 06 a 09/06/2017, ao Deputado Estadual LEONARDO BARRETO DE MORAES, cadastro nº200160362, conforme Processo nº. 0007580/2017-92.

Porto Velho - RO, 26 de Maio de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
Presidente

Maria Marilu do Rosário de B. Silveira
Secretário Geral Adjunto

ATO Nº 355/2017-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE

Conceder 04 (quatro) diárias no período de 06 a 09/06/2017 ao servidor relacionado, que irá participar da XXI Conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais, realizada pela UNALE, na cidade de Foz do Iguaçu - PR, com a abordagem principal "O Brasil e suas Reformas", conforme Processo nº. 0007197/2017-84.

Matricula: 200161077
Nome: Wesley Nunes Ferreira
Cargo: Diretor de Departamento
Lotação: Dept. Logística

Porto Velho - RO, 29 de Maio de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 356/2017-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE

Conceder 04 (quatro) diárias no período de 06 a 09/06/2017 ao servidor relacionado, que irá participar da XXI Conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais da UNALE,

na cidade de Foz do Iguaçu - PR, conforme Processo nº. 0007200/2017-88.

Matrícula: 200162211
Nome: Whanderley da Silva Costa
Cargo: Advogado Geral Adjunto
Lotação: Adv. Geral - AI/RO

Porto Velho - RO, 29 de Maio de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 357/2017-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE

Conceder 04 (quatro) diárias no período de 06 a 09/06/2017 ao servidor relacionado, que irá participar da XXI Conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (CNLE), com o tema "O Brasil e suas Reformas", na cidade de Foz do Iguaçu - PR, conforme Processo nº. 0007199/2017-86.

Matrícula: 100007626
Nome: Carlos A Martins Manvailer
Cargo: Secretário Legislativo
Lotação: Gab. Sec. Legislativa

Porto Velho - RO, 29 de Maio de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 358/2017-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE

Conceder 04 (quatro) diárias no período de 06 a 09/06/2017 aos servidores relacionados, que irão participar da XXI Conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais, conjuntamente na ANSREHL - Associação Nacional dos Servidores Públicos em Recursos Humanos do Legislativo, na cidade de Foz do Iguaçu - PR, conforme Processo nº. 00007311/2017-07.

Matrícula: 200163540
Nome: Ailton José da Silva
Cargo: Diretor de Depart.
Lotação: Sup. Rec. Humanos

Matrícula: 200163109
Nome: Cleucineide de Oliveira Santana
Cargo: Superintendente
Lotação: Sup. Rec. Humanos

Porto Velho - RO, 29 de Maio de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 359/2017-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE

Conceder 04 (quatro) diárias no período de 06 a 09/06/2017 ao servidor relacionado, que irá participar da XXI Conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais da UNALE, na cidade de Foz do Iguaçu - PR, conforme Processo nº. 00007321/2017-18

Matrícula: 200163132
Nome: Leme Bento Lemos
Cargo: Sub Procurador Geral
Lotação: Advocacia Geral

Porto Velho - RO, 29 de Maio de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 360/2017-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE

Conceder 04 (quatro) diárias no período de 06 a 09/06/2017 aos servidores relacionados, que irão participar do Curso de Capacitação de Gestão de Documentos Públicos, na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme Processo nº. 0006721/2017-54.

Matrícula: 100012386
Nome: Cleonice Souza de Araújo Primo
Cargo: Chefe de Divisão
Lotação: Div. de Documentação

Matrícula: 100004672
Nome: Julio Cesar Carminato
Cargo: Ast. Tec. Legislativo
Lotação: Div. de Documentação

Matricula: 200161066
Nome: Maria Das Dores Gomes
Cargo: Assessor Técnico
Lotação: Sup. de Finanças

Porto Velho - RO, 29 de Maio de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 361/2017-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

R E S O L V E

Conceder 05 (cinco) diárias no período de 05 a 09/06/2017 aos servidores relacionados, que irão participar do Curso de Capacitação de Gestão Integrada de Almoxarifado e Patrimônio, incluindo depreciação e reavaliação de bens, na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme Processo nº. 0006722/2017-55.

Matricula: 100008963
Nome: Eunilson Costa Freitas
Cargo: Chefe de Divisão
Lotação: Div. Almox. e Pat.

Matricula: 200161655
Nome: Estevam Alves Barbosa
Cargo: Assistente Técnico
Lotação: Dept. Logística

Porto Velho - RO, 29 de Maio de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 362/2017-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

R E S O L V E

Conceder 04 (quatro) diárias no período de 06 a 09/06/2017 a servidora relacionada, que irá participar da XXI Conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais da UNALE, na cidade de Foz do Iguaçu - PR, conforme Processo nº. 00007195/2017-82.

Matricula: 200160377
Nome: Maria Marilu do R de B. Silveira
Cargo: Secret. Geral Adjunto
Lotação: Gab. Secret. Geral

Porto Velho - RO, 29 de Maio de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 391/2017-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

R E S O L V E

Conceder 06 (seis) diárias no período de 04 a 09/06/2017, a servidora relacionada, que irá ministrar curso de Administração de Finanças Pessoais, no município de Vale do Anari - RO, conforme Processo nº. 00008278/2017-94.

Matricula: 100019572
Nome: Iarlei de Jesus Ribeiro
Cargo: Auxiliar Administrativo
Lotação: Esc. Legislativo

Porto Velho - RO, 02 de Junho de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 1318/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013, resolve,

E X O N E R A R

Da Função em Comissão de Assessor Técnico, código AT-25, do Departamento de Comunicação Social o servidor **GESSI TABORDA DA COSTA**, cadastro nº. 100004200, Cargo de Oficial Legislativo, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Casa Legislativa, a partir de 01 de junho de 2017.

Porto Velho, 01 de junho de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 1358/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013, resolve:

D E S I G N A R

A servidora **LUCIANA CALDEIRAS SIMOES DA SILVA NOBRE DE SOUZA**, matrícula 200163609, ocupante do Cargo de Secretário Administrativo, para responder pela Secretaria Geral, no período de 06 a 09/06/2017.

Porto Velho, 05 de junho de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE